

ISSN 0101-7993-R\$ 5,50

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

199



LIVRE MERCADO, A ARMA DA DOMINAÇÃO

VALE

ESCÂNDALO NA PRIVATIZAÇÃO

MST: A LONGA MARCHA



**A partir de dezembro
a Editora Terceiro Mundo
tem mais um endereço:**

<http://etm.netune.com.br>

E-mail: caderno@ax.apc.org



No site na Internet da Editora Terceiro Mundo os navegantes do ciber-espço encontram a produção da nossa equipe e também os serviços prestados por nós

Visite-nos e faça-nos chegar as suas sugestões!



DIRETOR FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA EXECUTIVA: Beatriz Bissio
DIRETOR ADMINISTRATIVO: Altair Campos

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993 Nº199 Abril/Maio 1997

Publicação com informação e análise
das realidades dos países emergentes

DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITORES: Marcelo Monteiro e Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam)
 Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e Juan Somavia (Chile)
REDAÇÃO: Beth von Zuben (Rio), Roberto Bardini (Argentina), Carlos Pinto Santos (Portugal), Cristina Canoura (Uruguai)
REVISÃO: Valdenir Peixoto
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO: Sílvia Arruda (chefia), Marco André Balloussier, Mônica Pérez e Leila Câmara
ARTE E EDITORAÇÃO ELETRÔNICA: Nazareno de Souza (chefia) e Sheila Cristina Massapust
RESPONSÁVEL WEB: Macário Costa
GERENTE COMERCIAL: Euler Sather
PUBLICIDADE: Pedro Ivo Bezerra e Aline Matos
GERENTE ADMINISTRATIVO: Jonas Bezerra da Silva
ASSINATURAS: Izabel Nascimento (supervisora), Francisca Antonia, Sidnei de Souza; Carlos Alberto de Souza e Hilário Brambilla (circulação)
Tel: (5521) 221-7511 / Fax: (5521) 252-8455
PAGAMENTOS: cheque nominal, vale postal (Agência Lapa- Rio) e cartão de crédito
E-mail: caderno@ax.apc.org
FOTOS: Agence France Presse (AFP)
SUCURSAL EM LISBOA: Artur Baptista (diretor)
 Tricontinental Editora Ltda. Calçada do Combro 10/1º andar - Lisboa, 1200 - Tel.: 32-0650

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

Utiliza os serviços das seguintes agências: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e o pool de agências dos Países Não-Alinhados. Intercâmbio com as revistas: África News (EUA), Altercom (México-Chile), Third World Network (Malásia) e Against the Current (EUA)

REPRESENTANTES DE ASSINATURAS:

Amapá: Misael Santana - (096) 242-5853 / **Bahia:** Carlos Filho Rep. Ltda. - (075) 223-4109 / **Maranhão:** Via Publicidade - (098) 232-1325 / **Minas Gerais:** SHS Representant.Ltda. - (031) 274-8600 / **Pará:** José Maria R. de Souza - (091) 244-3617 / **Rio Grande do Sul:** Com.e Repres. Kuffner Ltda. - (051) 593-8465/594-3633

DISTRIBUIÇÃO: Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766

NÚMEROS ATRASADOS: ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas acrescentando 30% ao valor do pedido para despesas de postagem ou adquirilos diretamente na sede da Editora.

EDITORA TERCEIRO MUNDO

Rua da Glória 122, Grupos 105/106, Glória
 Cep: 20241-180 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
 Tel. PABX: (5521) 221-7511 / Fax: 252-8455
 E-Mail: caderno@ax.apc.org
 Internet: <http://etm.netune.com.br>

Filiada à **ANER**

Associação Nacional dos Editores de Revistas

leitor

Dois pensadores unidos pelo nacionalismo

Nesta edição, publicamos matéria de capa com as principais declarações de Noam Chomsky, o incisivo lingüista norte-americano, e uma homenagem póstuma ao antropólogo e educador Darcy Ribeiro, recentemente falecido, o qual muito nos honrava com a presença no conselho editorial da revista.

Exemplos destacados de uma mesma geração, porém formados em escolas de pensamento diferentes, ambos coincidem em suas duras críticas ao neoliberalismo, no reconhecimento da importância do nacionalismo na vida de um povo e no amor às causas por muitos consideradas perdidas. Ambos, também, sempre se nutriram das lições da história, para melhor se situarem no presente e projetarem o pensamento no rumo do futuro.

Esta edição traz, também, uma matéria sobre a privatização da Companhia Vale do Rio Doce: o autor, deputado federal Miro Teixeira, explica aos leitores as denúncias que já fez no Congresso sobre as suspeitas de subavaliação das jazidas e do patrimônio da transnacional brasileira em favor dos possíveis compradores.

E ainda publicamos um artigo de Neiva Moreira a respeito da formação do Bloco Parlamentar de Oposição - um fato que pode vir a marcar a atuação da esquerda no futuro -, e a íntegra do documento divulgado, na ocasião, pelos presidentes dos partidos que integram a articulação.

Na parte internacional, os destaques são o artigo de avaliação da proposta de criação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e as matérias sobre as crises no Peru e Zaire. No Peru, o drama dos reféns na embaixada do Japão entra no quinto mês; o Zaire, os rebeldes acuraram o governo autoritário de Mobutu, que já perdeu até o apoio dos Estados Unidos, antes seu aliado incondicional. Há ainda um extenso material sobre a China, que viveu o trauma da morte do líder Deng Xiaoping, que não conseguiu realizar o sonho de estar presente na histórica data da reintegração de Hong Kong à pátria mãe chinesa, em julho próximo.

Beatriz Bissio

SUMÁRIO

Abril / Maio 1997 - Nº 199 - Ano XXII

Capa

Noam Chomsky: As várias caras da dominação

O linguísta e pensador contesta a pretensa novidade do neoliberalismo e demonstra qual é a verdadeira filosofia a inspirar o relacionamento dos Estados Unidos com a América Latina

6

Economia

Companhia Vale do Rio Doce: vende-se um pedaço do Brasil

Ações judiciais tentarão impedir a entrega a interesses privados de um patrimônio nacional de valor econômico, social e estratégico incalculável

14

Política

Esquerda forma bloco no Congresso

Bancadas do PT, PDT e PC do B atuarão em conjunto

18

Darcy Ribeiro: lições de brasilidade

Humanista, pensador, educador, antropólogo, romancista, poeta, político, Darcy Ribeiro deixa ao país um exemplo de vida dedicada à construção de uma nação desenvolvida, culta e consciente de seus valores

20

Infância

Vilas Olímpicas: resgate social pelo esporte

Projeto de vilas olímpicas começa a desempenhar importante papel na promoção educacional e formação moral de milhares de crianças carentes

24



Saúde

Talidomida, a nova geração

Medicamento está sendo usado no tratamento da hanseníase e é pesquisado para utilização em outras doenças, mas requer muita cautela, pois causa deformações nos fetos

33

As mulheres não devem ser cobaias

Falta de informação e assistência médica fazem com que as mulheres brasileiras sejam vítimas de complicações pré e pós-parto em proporção muito superior à verificada em países desenvolvidos

35

CARTAS

4

PINGPONG

28

ESPAÇO DO LIVRO

Viagem no texto:

As doenças do sistema de saúde

30

Viagem no texto:

A "mãe" dos pobres argentinos

31

Com a palavra, o autor:

Tomasz Lychowski - Memórias da Segunda Guerra Mundial

32

Economia

Alca, nova Doutrina Monroe

Depois de 180 anos do lema "A América para os americanos", seu desgastado sentido libertário adquire formas cada vez mais agressivas de dominação política e econômica.

40

América Latina

Peru: Sem final feliz

Uma operação militar treinada em seus mínimos detalhes, e que serviu para que Fujimori recuperasse parte de sua credibilidade perdida, põe fim ao mais longo seqüestro da história da América Latina. Mas o saldo é trágico: 17 mortos

44

Equador: O povo tem a palavra

O presidente interino busca respaldo político através de iniciativa inédita de consulta popular aos equatorianos

46

Oriente Médio

Palestina:

Tudo na estaca zero

Medidas unilaterais da administração Netanyahu criam condições à retomada da violência e lançam dúvidas sobre a continuidade dos acordos de paz

48



Ásia

Tempo de expectativas

O futuro das reformas econômicas e o iminente retorno de Hong Kong à soberania chinesa são algumas das questões que levam o Ocidente a acompanhar com atenção as mudanças que podem acontecer em decorrência da morte do líder Deng Xiaoping, pai da idéia de "dois sistemas, mas um só país"

57



Timor Leste:

Os desdobramentos do Nobel

A transferência do bispo de Dili e as sutis mudanças na diplomacia norte-americana podem ser creditadas aos efeitos causados pelo prêmio concedido em 1996 aos nacionalistas timorenses

61

Página Aberta

A longa marcha

A vitoriosa mobilização dos sem-terra muda o quadro político nacional, acua o governo e leva a Brasília a "voz rouca das ruas"

63

África

Zaire: Começou a era pós-Mobutu

Ante o avanço das forças rebeldes, ditador do Zaire rejeita a renúncia e entrincheira-se em Kinshasa, alvo que a guerrilha quer conquistar em junho

50

Custos complicam socorro

Ruandeses deslocados também enfrentam os problemas causados pela guerrilha zairense

53

Fome ronda outra vez

Etiópia, Eritreia, Quênia, Somália e Sudão sofrem os devastadores efeitos da seca

54

Corrupção abala integração

Mercado Comum da África Oriental e Austral (Comesa) entra em crise ante denúncias contra o secretário-geral do bloco

56

CARTAS



Centenário

Em 22 de janeiro, Barbosa Lima Sobrinho completou um século de vida e de luta. Quero parabenizar **cadernos do terceiro mundo** pela brilhante matéria publicada sobre este extraordinário brasileiro.

Escrevendo livros e artigos para jornais, presidindo atos públicos, como o de 10/1/97 contra a privatização da Vale do Rio Doce, com milhares de pessoas na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), discursando, caminhando, Barbosa Lima Sobrinho chega aos 100 anos pleno de lucidez e de saúde física, pedalando diariamente sua bicicleta ergométrica.

Presidente da ABI e membro da Academia Brasileira de Letras, ex-governador de Pernambuco, ex-deputado federal pelo histórico PSB de João Mangabeira, este extraordinário brasileiro jamais traiu seus ideais. Permanece coerente, lutando pela emancipação econômica e pelo avanço social do

Brasil em seus *Estudos nacionalistas* - no qual sempre ressalta o caráter democrático e popular do nosso nacionalismo, alertando-nos para não sermos patriotas apenas emocionalmente, mas, sobretudo, racionalmente.

Em seus artigos, sempre de grande profundidade, Barbosa Lima, ao mesmo tempo em que nos reforça a fé no Brasil, nos adverte quanto à forma sigilosa e enganosa com que estão promovendo as privatizações do patrimônio público brasileiro. Depois de entregarem a Petrobras, o Banco do Brasil, a Eletrobrás, as Telecomunicações, a Vale do Rio Doce, nosso país se transformará num mero entreposto comercial, adverte Barbosa.

Parabéns, Brasil de Lima Sobrinho, enquanto existirem jovens brasileiros como você, os maus brasileiros não conseguirão desmoranar o nosso país.

Francisco Soriano de Souza Nunes
Rio de Janeiro - RJ

Intercâmbio

Sou aluno do curso de Direito da Unisinos e tenho especial interesse pelas disciplinas humanísticas, como sociologia, humanismo e tecnologia (em cuja disciplina realizamos muitos debates, principalmente com referência ao neoliberalismo), deontologia, direito constitucional, direito de propriedade intelectual e direito internacional público. Tenho interesse em livros e publicações periódicas com fundamentação teórica e política, que não tenham orientação ditada pelo Norte, mas, sim, o mundo visto pelo próprio Terceiro Mundo (leio em

espanhol, inglês, francês, italiano, holandês, alemão e russo).

Procuro também as constituições atuais de Portugal, Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Cuba, Nicarágua, República Popular da China, Vietnã e Coreia do Norte.

Gostaria de saber se houve outra edição do *Guia do Terceiro Mundo* após a de 89/90? Como devo proceder para adquiri-la? Houve alguma edição em espanhol ou inglês? Há alguma publicação no Terceiro Mundo que se refira ao Timor-Leste? Qual a associação de solidariedade que congrega os simpatizantes de Timor?

Günther Gaulke
Vianão - RS

O *Guia do Terceiro Mundo 89/90* foi a última edição brasileira e, em 1993, saiu a mais recente edição portuguesa. *Guia del Mundo (1996)* e *Third World Guide (1995)* podem ser solicitados ao Instituto del Tercer Mundo - Juan D. Jackson, 1136 - Montevideo - 11.200 Uruguai; e-mail: item@chas-que.apc.org; fax: 598-2-41-9222; telefone: 598-2-496192

A partir de 1993, a Editora Terceiro Mundo passou a editar o *Almanaque Brasil*, do qual já saíram as edições 93/94 e 95/96. A edição do *Almanaque Brasil 97/98* está sendo finalizada.

Outros dados solicitados em sua carta: *Fretilin* - Comissão para os Direitos do Povo Maubere: Rua Pinheiro Chagas, 77/3º E - 1050 - Lisboa - Portugal; e-mail: cdpm@gn.apc.org; Escritório da OLP no Brasil: SHIS QI 07 - Conjunto 05 - Casa 20 - CEP 71.615-250 - Brasília - DF

China socialista

Parabenizo a revista **cadernos do terceiro mundo** pela distinção e clareza de suas matérias. A publicação, ao contrário das outras revistas, não distorce os fatos.

A prova disso é a excelente matéria, publicada no nº 192, "China X Ocidente", que desmascara os tradicionais meios de comunicação, que tentam passar para a opinião pública mundial a imagem de que o país está adotando medidas capitalistas e que o socialismo não deu certo. Estes fatos não são verdadeiros. Os dirigentes chineses não cometeram os mesmos erros de outros países, e promovem as mudanças necessárias sem abrir mão dos princípios socialistas.

*Alcides Florencio da Silva
Ceilândia - DF*

Vale do Rio Doce

É impressionante como o Governo FHC está apressadíssimo para entregar a maior mineradora do mundo. Preocupado com o crescimento do movimento contra a doação da Vale do Rio Doce aos estrangeiros, está agora antecipando o lançamento do edital de privatização, fixando-o para 29/04/97.

Não existe nenhum argumento que justifique tal entrega, pois trata-se de uma empresa altamente rentável, seu lucro fica no Brasil, tem presença marcante em nove estados brasileiros e é essencialmente estratégica. Seria uma ação entre amigos? Infelizmente, só por defenderem interesses escusos podem explicar tal intento.

Por tudo isto, o Movimento de Defesa da Economia Nacional (Modecon), presidido por Barbosa Lima Sobrinho, conclama os brasileiros a se manifestarem, contundentemente, contra a doação do nosso subsolo.

*Francisco Isnard Barrocas
Rio de Janeiro - RJ*

Via e-mail

Reforma agrária

Sou estudante do 7º período do curso de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais e leitora assídua da revista **cadernos do terceiro mundo**. Estou levantando dados para minha monografia de final de curso, dentro do tema "Reforma Agrária". A entrevista com o economista João Pedro Stédile, na edição nº 197 (novembro/dezembro de 1996), me causou grande interesse por tratar justamente desse assunto, sobre o qual desejo me aprofundar.

Gostaria, se possível, de entrar em contato com o entrevistado ou que ele me indicasse algumas bibliografias e, para isso, conto com a ajuda da revista.

*Juliana de Freitas Resende
Belo Horizonte - MG*

Contato com o Movimento Nacional dos Sem-Terra pode ser feito através dos telefones: (011) 864-8977 e 871-4612. Correspondência deve ser enviada para: Movimento Nacional dos Sem-Terra - Rua Ministro Godoy, 1484 - CEP 05015-900 - Perdizes - São Paulo - SP

INTERCÂMBIO

Pedro Rosales Pérez

Médico fisiatra
Calle 142 nº 7315
Reperto La Victoria
Mariel - Habana - Cuba

Aurilene Ferreira Costa

Av. Rodolfo Chermont
Conj. Mendara I
Rua J, nº 62
CEP 66.615-690 - Marambaia
Belém - Pará - Brasil

Raquel Andino Pérez

San Octavio # 77
esq. San Javier
CP 87.510 - Manzanillo
Granma - Cuba

José María Lorenzo Ardao

c/ Fontemoura, nº 93-95
-4-B - 15.404 - El Ferrol
La Coruña - España

Leticia Aqüin Barandela

Calle 12 # 3702 e/37 y 39
CP 52.610 - Caibarién
Villa Clara - Cuba

Rita Pacheco

Avenida 01 - Quadra 05 - Casa
33 - Conj. Angelim
65.076-030 - São Luís
MA - Brasil

Lisbeth Hernandez Sierra

606, Ave 15 / 6 y 8
Caibarién - CP 52.610
Villa Clara - Cuba

Tatiana Rubina Thomaz

Rua Alfredo Varela, 214, M.V.I -
94.110-090 - Gravataí
RS - Brasil

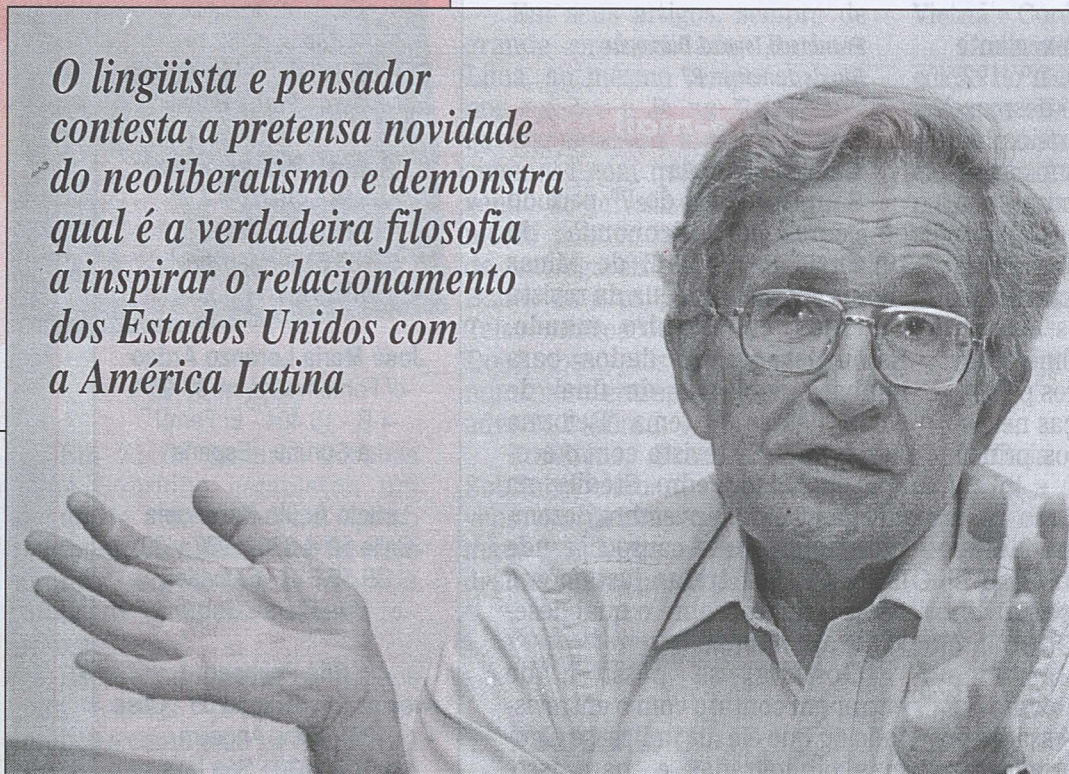
Marcos André Sousa

Av. Jorge Tibiriçá, 1096
C4 - 127.000-000
Cruzeiro - SP - Brasil

NOAM CHOMSKY

As várias caras

O lingüista e pensador contesta a pretensa novidade do neoliberalismo e demonstra qual é a verdadeira filosofia a inspirar o relacionamento dos Estados Unidos com a América Latina



Procópio Mineiro

No último dia 30 de março, o famoso lingüista norte-americano Noam Chomsky fez uma curta aparição na Seção de Cartas do *Jornal do Brasil*, opinando sobre a projetada privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Chomsky defende o estudo técnico, pelo qual a Coordenação de Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe/UFRJ) estabeleceu que houve subavaliação da companhia. Admirava-se da posição governamental de contestar o estudo e de manter o processo de privatização.

Tratando-se de Noam Chomsky, não é de espantar que tenha saído de seus cuidados para se pronunciar sobre um fato brasileiro. Afinal, a polêmica é seu ambiente, o que o torna uma voz de contestação

e de exercício crítico no panorama internacional. Uma racionalidade extrema aliada ao mais fino humanismo.

A argúcia de seu pensamento é movida por imensa bagagem de informação e pela paixão humanista, o que o posiciona como adversário do neoliberalismo. Essa foi a mensagem que trouxe, em sua carta na Seção de Cartas do *JB*, e que, de forma ampliada, havia exposto, quando por aqui passou no final de 1996, a convite de entidades acadêmicas.

Profundo conhecedor da história e bisbilhoteiro constante dos documentos que vêm à luz depois de passado o prazo de segredo de Estado, Chomsky não percebe novidades na atual onda mundial de realinhamento das economias do mundo não-desenvolvido. Acredita que nada se faz mais que repetir outras ondas do passado, quando os mesmos objeti-

da dominação



A onda neoliberal, a rearrumação dos mercados e a primazia dos interesses das corporações marcam a atual fase da economia

vos foram alcançados, “ordenando” o fluxo econômico mundial de acordo com as necessidades e interesses das economias dominantes da época.

Entre tantos outros exemplos, há um episódio da história brasileira que permite identificar a espinha dorsal do neoliberalismo, com a sua pretensa construção da nova ordem mundial para o teatro do século XXI. O episódio é a “desindustrialização” que D. Maria, a Louca, promoveu, ao determinar o fechamento e a destruição das manufaturas que já se propagavam pelo Brasil, no final do século XVIII. A decisão pode ser definida como a integração a uma onda de alinhamento internacional que reforçou em muito o destino agrário do país no período seguinte. D. Maria, a Louca - com seus condes economistas - estava em sintonia com a época, ao frear o desenvolvimento da colônia e reduzi-lo à agricultura de

exportação e ao comércio de importação de manufaturas. Mas errou a mão e sequer obteve qualquer lucro para a metrópole: arrastou o próprio Portugal no atrelamento aos interesses da economia inglesa. Colônia e metrópole ainda sentem os efeitos da façanha, duzentos anos depois. D. Maria, a Louca, mergulhou de cabeça na onda do futuro... inglês.

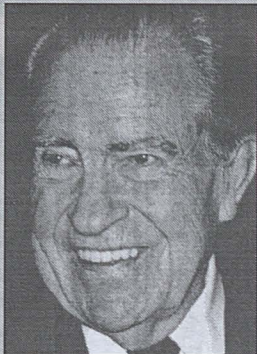
Por opções como essa a Índia, a China, o Egito e outras economias até avançadas na época viveram o mesmo drama de regredir e é desses exemplos que Chomsky se serve para afirmar que o processo hoje apenas se repete, num ajuste mundial aos interesses de quem tem força para impô-los. A única novidade desta vez, é que os canhões estão silenciosos, ante a adesão das mentes que decidem nos governos e se deixam convencer pelos brilhos de argumentação dos centros de dominação econômica.

Livre mercado

Uma nova doutrina sobre democracia e livre mercado está em voga, segundo Noam Chomsky. "A vitória dos Estados Unidos na Guerra Fria foi a vitória de um conjunto de princípios econômicos e políticos, a democracia e o livre mercado. Tais princípios constituem a onda do futuro, da qual o governo norte-americano é tanto o guardião, quanto o modelo a ser copiado. Este é o entendimento convencional, muito repetido pela mídia do mundo todo", assinala. É também chamada de Doutrina Clinton, que atribui aos Estados Unidos a missão de "consolidar a vitória da democracia e de mercados abertos."

Chomsky propõe que se examine o significado desses conceitos na prática histórica, como um cientista submete suas teorias aos testes de laboratório. "A América Latina, especialmente o Caribe e a América Central, é o terreno de teste óbvio. Lá Washington enfrentou desafios durante quase um século. A região é uma câmara de horror onde se registraram terror, destruição e miséria. Este recorde nos dá uma lição valiosa sobre a aplicação dos princípios políticos e econômicos que constituiriam essa onda do futuro. A cruzada dos Estados Unidos pela democracia, como se chama, foi brandida com fervor particular nos anos do governo de Ronald Reagan (1976-1988). Os estudos mais relevantes desse período foram feitos por um pesquisador, Thomas Carothers, que examina as políticas pela perspectiva interna, pois trabalhou no Departamento de Estado sob Reagan."

"Ele afirma que Washington crê sinceramente em promover a democracia, mas isto sempre resulta em fracasso. Onde a influência de Washington foi menor, como no caso do Cone Sul, o progresso em direção à democracia foi maior. Na realidade, a administração Reagan se opunha a esse direcionamento democrático nessa região, embora tenha pretendido assumir créditos pela abertura, quando o processo se revelou irreversível", comenta Chomsky.



Lindon Johnson e Richard Nixon: auge da Guerra Fria e do intervencionismo: Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Chile, América Central e Caribe

"A vitória dos EUA na Guerra Fria foi a vitória de um conjunto de princípios econômicos e políticos, entre eles o livre mercado"

"Já onde a influência de Washington era maior, o progresso democrático foi menor. Carothers conclui que os Estados Unidos buscaram manter a ordem básica de sociedades não-democráticas e tentaram evitar qualquer tipo de mudança de orientação popular."

Segundo Chomsky, quando Washington falou em democracia na região, estava querendo na verdade aliviar pressões por mudanças profundas e sustentar as forças tradicionalmente dominantes, base de suas alianças regionais. Isto explica por que os processos de redemocratização no continente não levaram a qualquer mudança significativa, mantendo no poder as mesmas forças e interesses, na

maioria dos lugares com as mesmas figuras dos regimes caídos.

"Esta conclusão é clara e nos diz algumas coisas sobre os princípios dessa chamada vitória norte-americana na Guerra Fria. Mas Carothers não pergunta como Washington mantém a estrutura de poder tradicional de sociedades altamente não-democráticas. Seu tópico não é a brutal guerra terrorista, que deixou centenas de milhares de corpos torturados ou mutilados e milhões de refugiados, intensa devastação e miséria, além da falta de perspectiva de recuperação. Podemos dizer que foram, em grande parte, guerras travadas contra a Igreja, porque a Igreja se tornou inimiga, ao adotar a doutrina da opção preferencial pelos pobres e procurou ajudar os carentes e os povos que sofriam."

Chomsky destaca ser "altamente simbólico que a década de 80 se abra com o assassinato de um arcebispo (D. Oscar Romero, de El Salvador) e a mesma década se encerre com o assassinato de seis padres jesuítas, também na América Central. Em ambos os assassinatos foram executados por forças terroristas do Estado, treinadas e armadas pelos Estados Unidos para essa cruzada pela democracia".

"O anúncio da Doutrina Clinton" - continua Chomsky - "foi acompanhado por exemplo dramático que serve para ilustrar o que é a onda do futuro:



A ex-premier Margaret Thatcher, musa das privatizações inglesas

Washington e que, de fato, ainda mantêm estas conexões. O próprio presidente Aristide foi submetido a um curso intensivo de democracia e capitalismo nos Estados Unidos, num processo descrito como o de civilização de um padre que estava sofrendo", descreve.

Como condição para seu retorno ao poder, "o padre Aristide foi obrigado a aceitar um plano econômico imposto pelo governo norte-americano e que (cito agora documento oficial) dirige a política do governo do Haiti para o atendimento das necessidades da sociedade civil haitiana, principalmente as do setor econômico privado, tanto nacional, quanto estrangeiro. Isto significa que os investidores nos Estados Unidos são considerados o núcleo da sociedade civil do Haiti, juntamente com os haitianos mais ricos que sempre apoiaram o golpe militar. Não fazem parte, pois, do núcleo da sociedade civil do Haiti, nesta concepção, os camponeses e favelados que organizaram a sociedade civil de uma maneira tão vibrante, tão rica, que foram capazes mesmo de eleger seu próprio presidente, contra toda as forças possíveis".

"Estes fatos inaceitáveis se transformaram em atos de violência, com a cumplicidade direta dos Estados Unidos. Por exemplo, tanto o governo Bush, quanto o governo Clinton secretamente autorizaram que a empresa petrolífera Texaco desembolsasse apoio aos líderes do golpe contra Aristide. Isto foi revelado, aliás, um dia antes que as tropas norte-americanas desembarcassem no Haiti em setembro de 1994. Nada disso saiu na mídia. Tudo foi mantido longe do conhecimento da opinião pública pelo zelo

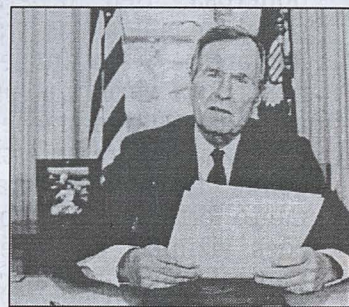
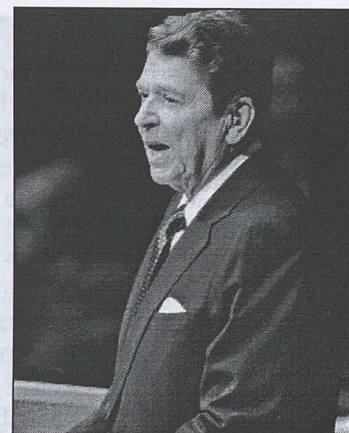
o papel da administração norte-americana no Haiti. Já que este se apresenta como o caso mais polêmico e forte, é justo que examinemos este exemplo. É verdade que o presidente eleito do Haiti (Padre Jean-Bertrand Aristide) pôde voltar a seu país, mas somente depois que as organizações populares tinham sido submetidas a três anos de terror por forças muito ligadas a

dos guardiões do pensamento adequado. Mas agora a ordem foi restaurada, o novo governo abandonou os programas democráticos e as políticas de reforma que escandalizavam Washington e está obrigado a seguir as políticas do candidato de Washington nas eleições de 1990, apesar dele ter recebido apenas 14% dos votos."

Chomsky destaca que "este exemplo concreto nos diz muito sobre o significado da vitória para a democracia e para os chamados mercados abertos".

Intervencionismo

"A reação dos Estados Unidos à primeira tentativa da Guatemala de estabelecer a democracia é outro exemplo revelador", destaca Noam Chomsky, citando uma nação que viveu a maior parte deste século sob tiranias militares e, nos últimos 30 anos, em estado de guerra civil. Em 1952, segundo um documento secreto



Ronald Reagan e George Bush: década e meia de ação pelo alinhamento dos mercados

"Bush e Clinton secretamente autorizaram que a Texaco desembolsasse apoio aos líderes do golpe militar no Haiti"

recentemente liberado ao público e citado pelo professor, a CIA alertou que políticos e forças nacionalistas do governo tinham ganho o apoio de quase todo o povo da Guatemala. O citado documento afirma que: "O governo está mobilizando os camponeses, que eram politicamente inertes, e criando um apoio de massa para o regime, através da organização dos trabalhadores, reforma agrária e outras políticas identificadas com a revolução de 1944, que despertou um movimento nacionalista para libertar a Guatemala da ditadura militar, do atraso social e do colonialismo econômico que tinha sido o padrão do passado."

"Ainda citando esse documento secreto, as políticas do governo democrático inspiraram a lealdade e estavam ligadas ao alto interesse da maioria guatemalteca. A CIA relatou também que a liderança política insistia em manter um regime político aber-

to, permitindo a expansão de forças comunistas no meio político. Então, tais deficiências do regime foram 'curadas pelo golpe militar de 1954, apoiado pelos Estados Unidos. Começou, então, o reino do terror que se estende até hoje, sempre com apoio do governo norte-americano.'

"A ameaça ao que se considerava a ordem na Guatemala foi além do que se queria para um regime político aberto. A democracia nesse país se tornara, segundo o Departamento de Estado, uma ameaça aos regimes de Honduras e El Salvador. Sua reforma agrária poderia ser uma arma de propaganda poderosa. Seu programa social de ajuda aos trabalhadores e camponeses, numa luta vitoriosa contra as classes dominantes e contra as empresas estrangeiras, tinha uma atração muito forte para as populações vizinhas da América Central, onde prevaleciam condições similares."

"Estabilidade significava segurança para as classes dominantes e para as grandes empresas estrangeiras, cujo bem-estar precisava ser preservado. Na terminologia utilizada por planejadores de alto nível, a Guatemala se tornara um vírus que poderia infectar os outros, ao enviar as mensagens erradas sobre as possibilidades para uma mudança social democrática."

"Como este, tivemos muitos outros casos. O secretário de Estado Henry Kissinger alertava que o Chile de Salvador Allende também era um vírus que poderia espalhar uma infecção até em países tão longínquos como a Itália, que ainda não era estável, mesmo depois de 25 anos de programas da CIA para subverter a democracia italiana. Na verdade, uma das maiores operações da CIA ocorreu na Itália, desde 1948."

"Assim, este vírus precisa ser destruído, e outros precisam ser protegidos da infecção. Para ambas as tarefas, a violência é em geral o meio mais eficiente, deixando uma trilha de terror, torturas e devastação", define Chomsky.

A verdade sobre o Nafta

"Uma percepção mais próxima destas realidades pode ser dada pelo Nafta, o Acordo de Livre Comércio da América do Norte, englobando os Estados Unidos, o Canadá e o México. Já não é mais possível oferecer previsões otimistas sobre seus benefícios. Hoje, os que defendem o Nafta podem ver que a finalidade subjacente do acordo não era o de promover o livre comércio, mas impedir as reformas econômicas no México. Sua meta era o de prender o México naquelas políticas econômicas que tinham propiciado o chamado milagre econômico mexicano, as políticas que beneficiavam os investidores dos Estados Unidos e as camadas ricas locais, enquanto a massa dos mexicanos continuava mergulhada na miséria", explica o pensador.

"Prendendo o México a esta política econômica, esperava-se impedir o perigo detectado durante um seminário de assuntos estratégicos, realizado em setembro de 1990, na capital norte-americana. O perigo consistia na possibilidade de abalo nas relações especiais de Washington com o país, se ao governo subissem forças que praticassem políticas nacionalistas. A ameaça, portanto, era de que o México passasse a ter um governo democrático. O governo norte-americano só tolera a democracia quando ela não produz mais que os resultados esperados pelos interesses defendidos por Washington. (NR: A mudança política no México seria a vitória das forças de Cuauhtémoc Cárdenas, do

Partido Revolucionário Democrático - PRD, que, aliás, denunciou a ampla fraude eleitoral na ocasião, quando saiu vitorioso o candidato governista, o economista Carlos Salinas de Gortari)."

"O que é correto ou errado acaba determinado pela história e também pelo conhecimento dos registros destes documentos secretos. Este acesso a documentos secretos, depois de algum tempo, é, aliás, uma das coisas boas dos Estados Unidos. Na verdade, podemos aprender muito com o pensamento político que está por trás das políticas reveladas



Clinton: consolidar a vitória do mercado

"A finalidade subjacente do Nafta não era promover o livre comércio, mas impedir as reformas econômicas no México"

por tais documentos", analisa Chomsky. "Neles, a ameaça para a América Latina é definida como sendo os governos nacionalistas, sensíveis à pressão popular por melhorias nos precários padrões de vida das massas e por políticas de desenvolvimento nacional."

"Esse nacionalismo e essa sensibilidade social entram em conflito com a necessidade de se ter um clima político e econômico favorável aos investidores privados, que permita a repatriação dos lucros e a proteção adequada do que Washington considera "nossas matérias-primas". Essa expressão, na ótica norte-americana, inclui as riquezas naturais pertencentes a qualquer país, mas das quais os EUA necessitam. Por tais razões, um planejador muito influente, George Kennan, alertou, em 1948, que Washington deveria parar de falar sobre objetivos irrealistas e vagos, como direitos humanos, melhor nível de vida e democratização. Precisaria, isso sim, falar diretamente de ideais de poder, que não podem ser prejudicados por conceitos como altruísmo ou bem-estar social."

O conferencista lembra que essa subordinação da América Latina, na verdade, foi sistematizada em conferência hemisférica, em fevereiro de 1945, quando Washington propôs uma Carta Econômica para as Américas, a qual eliminaria o nacionalismo econômico em todas as suas formas.

"Os formuladores das políticas dos Estados Unidos esperavam ter problemas de resistência às sugestões, pois os latino-americanos preferiam políticas voltadas para a distribuição da riqueza e melhor nível de vida para o povo. Entendiam os latino-americanos que o primeiro beneficiário dos recursos de um país deve ser o próprio povo desse país."

"Mas no entendimento de Washington, os principais beneficiários dos recursos de um país devem ser os investidores norte-americanos. À América Latina caberia preocupar-se apenas em preencher a função de servir a esses interesses, sem ligar para o bem-estar do povo, nem pretender um desenvolvimento



Chile, 11/9/73: Allende a poucos instantes da morte, num sangrento golpe dirigido pelos EUA

industrial 'excessivo, que prejudicasse os EUA."

"Nesta linha de raciocínio, salta à memória a imposição americana de criação acelerada de uma Área de Livre Comércio das Américas (Alca), cujo desenho indica a pretensão de formação de mercados cativos para as exportações norte-americanas."

Brasil, uma cobaia especial

"Vamos agora falar do exemplo do Brasil, que tem sido chamado de Colosso do Sul, desde o início deste século. Existe um livro que estudou muito bem as relações Brasil-Estados Unidos. Seu título é A americanização do Brasil, escrito pelo conhecido

historiador diplomático Gerald Haines, um homem da CIA e que elabora estudos de fundo histórico para essa agência."

"O processo de americanização do Brasil começou, segundo ele, em 1945, quando os Estados Unidos assumiram, para seu próprio interesse, a defesa do sistema capitalista mundial. Segundo esse historiador, Washington usou o Brasil como terreno de experimentação para métodos científicos modernos de desenvolvimento industrial. Tais testes, de acordo com ele, foram feitos com as melhores intenções, pois seus formuladores acreditavam que, além dos investidores norte-americanos, o povo acabaria também por se beneficiar. As políticas de Washington para o Brasil tiveram um sucesso tremendo, escreveu ele em 1989."

"É uma verdadeira história de sucesso americano. Sob o regime militar, o Brasil se tornou o queri-

"No entendimento de Washington, os principais beneficiários dos recursos de um país devem ser os investidores norte-americanos"

Uma visão autocentrada e excludente

Em rápido esboço histórico, Noam Chomsky vai buscar nos primórdios dos Estados Unidos a explicação para a visão dominadora do país. Afinal, a riqueza, o poder, os direitos tinham o pressuposto da propriedade: os proprietários devem mandar. E só eles. Os demais devem subordinar-se a esta conveniência. Tomou-se um traço definitivo do caráter norte-americano

"Estudar os Estados Unidos é importante, se quisermos mesmo entender o mundo de hoje e o de amanhã. Uma das razões é seu poder incomparável. Outra é a estabilidade das instituições democráticas."

"A América pode ser tão feliz quanto desejar", assinalou Thomas Paine, em 1776. As sociedades indígenas foram amplamente eliminadas. Há raros resíduos de estruturas européias antigas, uma razão para a relativa fraqueza do contrato social e de sistemas de apoio, os quais muitas vezes têm suas raízes em instituições pré-capitalistas. A ordem social foi

conscientemente planejada. Ao estudar história, não se constroem experimentos, mas os Estados Unidos estão tão perto do "caso ideal" de uma democracia capitalista de estado quanto se pode achar.

O principal formulador disso, James Madison, era um pensador político astuto. Nos debates da Constituinte, Madison alertou que a propriedade dos donos de terras estaria ameaçada na Inglaterra, se naquele país fosse dado o voto às classes populares. Uma lei agrária logo daria terra aos sem-terra, retirando a propriedade de seus donos. O sistema constitucional deveria ser elaborado de forma a evitar tais injustiças e "assegurar o interesse permanente do país", que reside nos direitos de propriedade. A responsabilidade primária do governo, dizia Madison, é "proteger a minoria dos opulentos contra a maioria". Enfim, evitar que os pobres assaltem os ricos, na terminologia atual.

Para assegurar que os governos cumpram essa sua

tarefa primordial, Madison propôs uma série de limitações às regras da democracia. Ele intuiu que a ameaça à democracia se tornaria crescente, à medida que aumentasse "a proporção daqueles que enfrentam todas as durezas da vida e, no íntimo, querem obter uma melhor distribuição de bens. Numa sociedade democrática, eles podem ganhar voz em excesso", temia Madison. O direito ao voto pode "dar poder sobre a propriedade a quem não participa dela". Para afastar o "futuro perigo" de um "espírito de igualitarismo", Madison arquitetou um sistema, no qual o poder efetivo estaria nas mãos dos que "detêm a riqueza da nação", ou seja, "os homens mais capazes", em suas palavras, ante o público em geral fragmentado e desorganizado. Um princípio básico que um colega de Madison, John Jay, presidente da Constituinte e que iria depois presidir a Corte Suprema, resumiu assim: "Quem possui o país, deve também governá-lo".

dinho da comunidade de negócios no âmbito da América Latina. Era o que aparecia na imprensa, enquanto o Banco Mundial fazia um relatório, indicando que dois terços dos brasileiros não tinham comida suficiente para manter uma atividade física regular. O ano de 1989 foi considerado o ano de ouro do mundo dos negócios, lucros triplicando sobre 1988, enquanto os salários dos trabalhadores na área da indústria, já dos menores no mundo, declinou ainda mais, em 20%. O relatório das Nações Unidas sobre o desenvolvimento humano classificou o Brasil próximo à Albânia. Ou seja: realizações no mínimo estranhas para um país reconhecido como um dos mais ricos do mundo, em termos potenciais, com vantagens comparativas enormes. Os anos sob

tutela norte-americana serviram apenas aos propósitos e interesses dos Estados Unidos, enquanto a população brasileira ficava na miséria."

Chomsky lembra que nos anos 60, o secretário de Estado, John Foster Dulles, informou ao Conselho de Segurança Nacional que a elite latino-americana era como uma criancinha, não tinha praticamente capacidade de se autogovernar. "Tanto Dulles quanto o presidente Dwight Eisenhower expressaram suas preocupações sobre a habilidade dos comunistas em conseguirem controle sobre os movimentos de massa, algo que não temos capacidade de replicar." E explicam as razões: os povos pobres sempre querem retirar dos ricos. Este é o problema da história."



Europa: o interesse supremo das corporações flagela com desemprego e desamparo até mesmo o operariado do mundo rico

"Agora, nas minhas palavras, é difícil induzir as pessoas a aceitarem nossa doutrina, a doutrina norte-americana de que os ricos é que devem assaltar os pobres. É um problema de relações públicas que ainda não solucionamos..."

"A administração Kennedy enfrentou problemas ao deslocar a missão do sistema militar latino-americano da defesa hemisférica para a segurança interna, a chamada doutrina da segurança nacional. Segurança interna é um termo técnico que os brasileiros conhecem muito. Esta decisão teve consequências fatais, começando pelo golpe no Brasil em 1964. Os militares foram vistos nos Estados Unidos como uma ilha de sanidade no Brasil. O golpe foi muito aplaudido pelo embaixador de Kennedy, Lincoln Gordon, como sendo uma rebelião democrática. Nas suas palavras, o golpe foi a única vitória decisiva da liberdade na metade do século XX e também um dos pontos de virada na história mundial. Gordon, que é um economista de Harvard, não esqueceu de dizer, também, que a vitória, com o golpe militar, deveria criar um clima cada vez melhor para o investimento privado."

"Isto nos dá maior percepção do que significam para os Estados Unidos os termos liberdade e democracia para os outros países."

"Dois anos depois, o ministro de defesa norte-americano, Robert McNamara, informou que as políticas de seu país em relação aos militares da

Criando a diferença

A tese fundamental do humanismo é que os homens nascem iguais e, portanto, devem buscar a igualdade ao longo da vida. O neoliberalismo parte do princípio oposto: as nações nascem desiguais e a desigualdade deve ser aprofundada para que o sistema mundial (o controle de alguns) se mantenha.

Exemplos claros disso foram citados por Noam Chomsky.

"A História Econômica reconhece que a intervenção estatal desempenhou papel central no desenvolvimento. Mas seu impacto é pouco percebido, porque destaca o protecionismo. Para mencionar uma óbvia omissão, a revolução industrial tornou barato o algodão, principalmente o procedente dos Estados Unidos. Não ficou barato e acessível pelas forças do mercado, mas pela violenta eliminação das populações indígenas e pela escravidão. Houve outros produtores de

algodão. Com destaque, a Índia. Seus recursos fluíram para a Inglaterra, enquanto sua própria e avançada indústria têxtil era destruída pelo protecionismo inglês e pela força.

Outro caso é o do Egito, que começou seu desenvolvimento industrial na mesma época que os Estados Unidos, mas foi bloqueado pela Inglaterra à força, sob os argumentos explícitos de que a Inglaterra não poderia tolerar o desenvolvimento autônomo naquela região. A Nova Inglaterra (EUA), ao contrário, teve habilidade para seguir o caminho da pátria-mãe, estabelecendo barreiras aos têxteis ingleses através de altas tarifas alfandegárias, como a Inglaterra fizera.

Sem estas medidas, metade da emergente indústria têxtil norte-americana teria sido destruída, segundo avaliam os historiadores, e os efeitos seriam intensos sobre o crescimento industrial em geral.

América Latina alcançavam sucesso. A influência militar predominante de Washington fora assegurada. Os militares latino-americanos passaram a entender muito bem quais eram as suas tarefas e estavam equipados para realizá-las, graças aos programas de ajuda militar e treinamento, que incluíam a derrubada de governos civis, sempre que fosse necessário."

"Assim explicavam a intervenção na América Latina os intelectuais do governo Kennedy, segundo documentos secretos recentemente liberados. Naturalmente, o discurso público era diferente", assinala Chomsky. ■

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE

*Ações judiciais
tentarão impedir
a entrega
a interesses privados
de um patrimônio
nacional de valor
econômico, social
e estratégico
incalculável*

Vende-se um pedaço do Brasil

Miro Teixeira¹

Em nome da estabilidade da moeda, todas as barbaridades têm sido permitidas ao governo que decidiu fazer da reeleição do Presidente o objetivo maior de suas ações. O fim da inflação galopante permitiu ao quarto extrato da população aumentar o poder de compra do salário, corroído pela impossibilidade das aplicações financeiras comuns à classe média alta.

Tamanha a injustiça social, que o modesto aumento do consumo de alimentos básicos passou a ser o ponto de ênfase da propaganda oficial, com a sonegação de outro dado relevante: mesmo com o aumento, a média brasileira de consumo é muito inferior aos padrões dos países desenvolvidos.

Passada a euforia do primeiro momento do plano econômico, os

constantes aumentos de preços, tarifas e serviços repercutiram, primeiro, na classe média, para agora começar a reduzir o consumo nas classes C e D.

O quadro econômico que se desenha não é agradável. Na onda da globalização e com o parque industrial sucateado, o Brasil abriu-se às importações sem ter o que exportar e, no que exporta, absolutamente desamparado ante o protecionismo tarifário internacional. Participamos da globalização como consumidores. Para manter o abastecimento e compensar o desequilíbrio da balança comercial, o governo atrai capital externo praticando a mais alta taxa de juros do mundo, o que traz como consequência o aumento da dívida interna, triplicada no Governo FHC, principal foco do desequilíbrio fiscal.

Como está, não tem saída.

Se o tempo não corre a favor do governo, também não correrá

a favor do Brasil, se não for interrompido o ciclo de privatizações predatórias em curso, cujo principal símbolo é a Companhia Vale do Rio Doce.

Equilibrar as contas públicas demanda reformas com vistas à eficiência do Estado, mas o governo que resulta de uma aliança heterogênea não tem condições de fazê-las sem estilhaçar sua base política de apoio.

Não existem iniciativas para reformar o Estado, definindo-o como agente econômico e para estabelecer uma nova relação entre as unidades federadas. Ou, ainda, para regulamentar o artigo 192 da Constituição, que disciplina o sistema financeiro, a começar pelo inoperante, leniente e cúmplice Banco Central, que simula desbaratar quadrilhas depois de denunciadas pela imprensa. Ou a reforma tributária capaz de levar a pagar impostos os banqueiros que ensinam, por escrito,

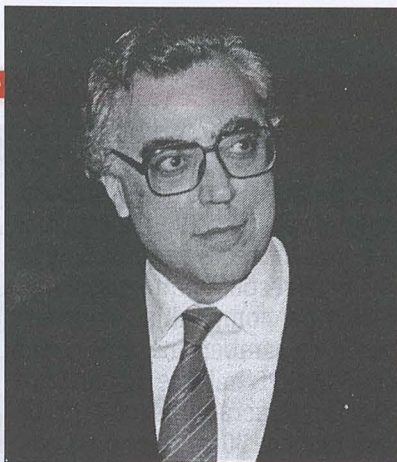
como sonegar e se livrar, pela prescrição, das penalidades.

Na escalada da nova forma de autoritarismo que promove, Fernando Henrique confunde governo com Estado e sustenta que a Vale não rende nada para o governo. Quem rende? O Proer?

Do bolso do povo já saíram R\$ 6,5 bilhões para o Banco Econômico, R\$ 5,8 bilhões para o Nacional e R\$ 5,7 bilhões para o Bamerindus. A contrário senso, poderíamos dizer que o Proer rende muito para o governo.

A venda da Vale não é boa para o Brasil. Para o Brasil, a Vale rende, é eficiente, atrai parcerias nacionais e internacionais, é uma empresa de capital aberto, com ações na bolsa. Vender a Vale não é bom para o Brasil, que gasta com um mês de juros da dívida interna o que poderá arrecadar com a venda, se for consumada.

Vender a Vale rende, seguramente, para a Merrill Lynch, que cobrou 1,9% de comissão por toda a operação de avaliação, modela-



Deputado Miro Teixeira: a venda da Vale é boa para a Merrill Lynch

gem do edital e venda das ações, enquanto cobrou 4% por serviço menos complexo na privatização da YPF argentina e na Telmex, mexicana. Por isso, a Merrill Lynch foi colocada, pela comunidade financeira internacional, sob a suspeita de ter um comprador estratégico para as ações, única forma de ganhar dinheiro com a operação - tudo publicado na Euromoney, de fevereiro do ano passado.

Tal comprador estratégico, agora digo eu, é a Anglo American - a financiadora do apartheid na África do Sul, da Unita em Angola, do seqüestro e assassinato do primeiro-ministro Patrice Lumumba e da ascensão de Mobuto, no Zaire, hoje mergulhado em guerra civil. A Anglo American, cujo presidente, Nicholas Oppenheimer, tem prisão decretada nos EUA por transgressões à Lei Antitruste. Querem trocar nosso modelo de empresa pelo modelo sul-africano, que durante um século seqüestrou, corrompeu, matou.

Traduzindo em miúdos, a Merrill Lynch atua, na operação de privatização da Vale, na ponta de venda e na de compra - situação vedada pela lei brasileira.

É a mesma Merrill Lynch que deu prejuízo de 172 milhões de dólares à estatal chilena de cobre

Codelco, em transações especulativas fraudulentas com contratos da companhia, golpe descoberto em janeiro de 1994.

É a Merrill Lynch que, na privatização da Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) argentina, reduziu as reservas declaradas de petróleo de 2,2 bilhões de barris para 1,7 bilhão². Consumada a privatização, as reservas retornaram aos níveis anteriores, no mais recente milagre geológico.

Retifico. O mais recente se dá com a Vale. Registradas na Securities and Exchange Commission (SEC), as reservas da Companhia Vale do Rio Doce, conferidas e admitidas pelas autoridades norte-americanas, reduziram-se misteriosamente entre os anos de 1995 e 1996. Companhias mineradoras são submetidas a um rígido controle para negociar ações na bolsa de Nova

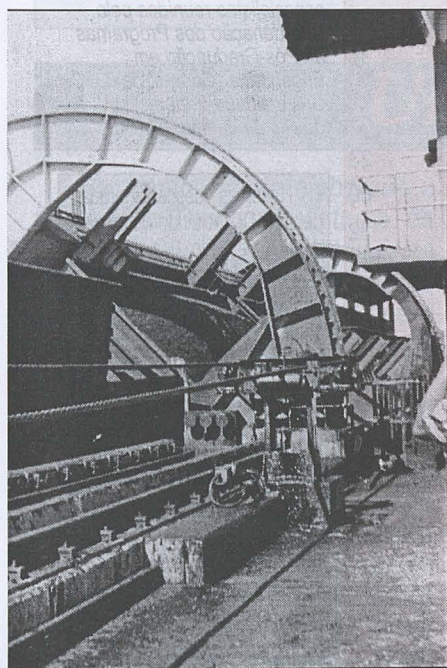
Iorque. Cumprindo todos os rituais, a CVRD resumiu em formulário próprio, organizado segundo padrões internacionais, o volume de nossas

reservas provadas, prováveis e inferidas, tudo no ano de 1995, com números relativos a 1994.

Em 1996, após a Merrill Lynch tornar-se consultora da privatização da Vale, a CVRD retificou o volume de reservas, por determinação do governo brasileiro, desconsiderando jazidas, cujo volume está inquestionavelmente medido. Vender a Vale não interessa ao Brasil.

São 54 empresas. São 41 bilhões de toneladas de minério de ferro, 994 milhões de toneladas de minério de cobre, 678 milhões de toneladas de bauxita, 67 milhões de toneladas de caulim, 72 milhões de toneladas de manganês, 70 milhões de toneladas de níquel, 122 milhões de toneladas de potássio, 9 milhões de toneladas de zinco, 1,8 milhão de tone-

"As limitações direcionam o resultado do leilão para a Anglo-American"



Itaqui/MA: pelo porto privativo, a Vale exporta o minério extraído de Carajás

ladas de urânio, 1 milhão de toneladas de titânio, 510 mil toneladas de tungstênio, 60 mil toneladas de nióbio e 563 toneladas de ouro.

E mais: a Vale é a maior frota de navios graneleiros do mundo, 1.800 Km de ferrovias, por onde trafegam dois milhões de passageiros/ano e 64% da carga transportada por trens no território brasileiro. Tudo à venda pelo preço de meio Proer do Bamerindus.

A Vale ajuda a manter a soberania nacional na Amazônia, onde ela tem mais de 16 milhões de hectares em terras que passarão para mãos estrangeiras. Financia a construção de escolas, hospitais, creches, eletrificação rural.

A Vale não é uma mineradora. É

um agente do nosso desenvolvimento capaz de ajudar o Brasil a equilibrar-se nas negociações da globalização.

Sem resposta que justifique a venda da companhia, o governo perde-se também na modelagem do edital. Limita-se à participação de mineradoras que produzam mais de 30 milhões de toneladas de minério de ferro por ano e a siderúrgicas que produzam mais de 8 milhões e meio de toneladas de aço/ano.

De onde o BNDES extraiu esses números, não há explicação no edital. Que critério transparente define que a mineradora é grande a partir da produção de 30 milhões de toneladas e a siderúrgica, a partir da produção de 8,5 milhões de toneladas? Não há.

As limitações direcionam o resultado do leilão para a Anglo-American.

O governo não tem qualquer justificativa para vender a Vale. A empresa está sendo entregue como demonstração de que é irreversível o compromisso neoliberal do poder com a comunidade financeira internacional.

Os dados são incontestáveis e instruirão as ações judiciais pelas quais tentaremos impedir a entrega do patrimônio nacional.

Há quem venda a pátria e não é de hoje. Incompreensível é o silêncio de tantos.

À Justiça a palavra final.

¹ Miro Teixeira é deputado federal (PDT/RJ)

² Subtração de 500 milhões de barris, correspondente a um valor comercial de 10 bilhões de dólares

Subavaliação dos Recursos Minerais

Divergências entre as informações fornecidas à Securities and Exchange Commission (Nova Iorque), no período de 1995 e 1996

Item	1ª Medição	%	2ª Medição	%
FERRO	(8/05/95)		(28/06/96)	
Reservas Provadas/Prováveis	Volume (milhões t)		Volume (milhões t)	
Carajás	4.970	12	1.875	5
Minas Gerais	7.918	19	1.441	3
Subtotal	12.888	31	3.316	8
Reservas Inferidas e outras				
Carajás	12.920	31	15.487	37
Minas Gerais	15.488	37	9.225	23
Subtotal	28.408	69	24.712	60
Outras (1)	0		13.438	32
Total	41.296	100	41.466	100
OURO (2)	113,2	100	106,4	100
MANGANÊS				
Reservas Provadas/Prováveis	65,0		26,0	
Outras Jazidas	66,0		46,0	
Subtotal	131,0		72,0	
BAUXITA				
Reservas Provadas/Prováveis	686,0		208,0	
Outras Jazidas	0		470,0	
COBRE				
Reservas Provadas/Prováveis	740,0		529,0	
Outras Jazidas	600,0		465,0	
CAULIM				
Reservas provadas/Prováveis	65,0		45,0	
Outras Jazidas	0		21,0	

Fonte: GAT-Grupo de Assessoramento Técnico da Comissão Extraordinária da Câmara dos Deputados, formado por especialistas reunidos pela Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

(1) Reservas "desconsideradas" pela MRDI, incluindo outras jazidas fora do Quadrilátero Ferrífero do estado de Minas Gerais e pequenas propriedades, ambas as categorias não avaliadas pela MRDI.

(2) Em toneladas de ouro contido.

Durante o processo de privatização do petróleo, na Argentina, também houve redução proposital das jazidas. Assim, as jazidas petrolíferas de 2,3 bilhões de barris em 1988 caíram para 1,6 bilhão em 1990, na avaliação dos consultores contratados (a mesma Merrill Lynch) e voltaram a 2,2 bilhões em 1993, quando a YPF já estava privatizada.

O Brasil só perderá



D. Luciano Mendes de Almeida

A advertência partiu de D. Luciano Mendes de Almeida, ex-presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e arcebispo de Mariana (MG), ao expor o pensamento do episcopado brasileiro sobre o projeto do governo de privatizar a Companhia Vale do Rio Doce.

"Se a Vale for privatizada, o Brasil não ganhará nada, só perderá", disse D. Luciano, em Itaici (SP), onde os bispos se reuniram para discutir questões pastorais e analisar o quadro brasileiro. O arcebispo lamentou que a imprensa venha negando espaços ao pensamento de oposição à política privatizante do governo federal. E apontou o que considera uma inversão política no país, sobre a qual se apóiam a iniciativas neoliberais do Planalto, como as privatiza-

ções: "Não compete ao Executivo determinar o perfil e o tamanho do Estado. Isto é tarefa do Legislativo."

Advertências semelhantes foram feitas na manifestação contra a entrega da companhia - um comício na Cinelândia, no Rio de Janeiro, no dia 11 de abril, liderado pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), União Nacional dos Estudantes (UNE), entidades sindicais e partidos progressistas (PT, PDT, PC do B e PCB).

"A venda da Vale ofende os interesses brasileiros", denunciou o arquiteto Oscar Niemeyer. "O país perderá a oportunidade de se tornar uma nação desenvolvida", disse o ex-governador baiano Waldir Pires. "O futuro do país ficará comprometido", assinalou o ex-governador gaúcho e fluminense Leonel Brizola.

Também participou do encontro o deputado José Maurício Linhares (PDT/RJ), que coordena na Câmara o Fórum sobre a Privatização da Vale. Segundo o parlamentar, o Fórum levará ao governo a proposta de que só sejam vendidas ações preferenciais sem direito a voto, o que permitiria a arrecadação de R\$ 4,5 bilhões e a permanência da companhia sob controle estatal. "Quem controla o minério, controla o sistema financeiro internacional", lembrou José Maurício.

Um bem estratégico

Na amplo estudo elaborado a pedido da Comissão Externa da Câmara Federal, os especialistas da Coppe descrevem o âmbito de atividades da Vale do Rio Doce e destacam seu papel estratégico para o desenvolvimento nacional.

"A Cia. Vale do Rio Doce constitui um grande e diversificado sistema produtivo, certamente o maior do Brasil, e é arrolada entre os mais expressivos conglomerados em termos mundiais. Atua em setores básicos e importantes, tais como mineração, transporte ferroviário, portos, empresas de navegação, produção integrada de alumínio, de madeira, celulose e

papel. É grande e crescente produtor de ouro e de manganês. Tem forte presença na produção de ferro-ligas e participação expressiva na siderurgia brasileira, argentina e na costa oeste dos Estados Unidos da América. Tem concretizadas e operando com sucesso parcerias societárias, comerciais e financeiras com grandes grupos empresariais asiáticos (especialmente japoneses), europeus e americanos. Desfruta de sólido conceito nesses mercados, é respeitada e freqüentemente solicitada a participar de novos empreendimentos.

A CVRD representa uma agência de desenvolvimento nacional, de eficácia já demonstrada: em Minas Gerais, na área siderúrgica por exemplo; no Espírito Santo, na área de florestas, pellets, ferrovia e porto; em Mato Grosso do Sul na área do manganês; na Bahia, em ouro e celulose; no Pará e Maranhão, na área do ferro, do ouro, do cobre, do alumínio, do manganês, do transporte ferroviário e marítimo. (...) Ainda que (as áreas) fossem bem pagas, caso ocorra a desestatização, fatalmente passariam a mãos estrangeiras. Seria, pois, mais um passo para a desnacionalização da Amazônia, processo cada vez mais ameaçador". □

Esquerda forma bloco no Congresso



Bancadas do PT, PDT e PC do B atuarão em conjunto

Neiva Moreira

A formação do Bloco Parlamentar de Oposição (PT, PDT, PC do B) é um importante acontecimento no panorama político nacional.

Não é que esses partidos já não seguissem, na Câmara, como no Senado, uma linha de oposição. Um balanço sobre as votações na Câmara demonstrou que, em quase 98% das matérias discutidas, os três partidos já atuavam uniformemente.

O importante no Bloco foi a definição de estratégias comuns e uma posição coordenada no debate e nas votações de temas essenciais, envolvendo definições ideológicas, políticas e de interesse nacional, sem contrariar linhas programáticas dos partidos.

Além disso, a agrupação parlamentar que, já de início, reunia 84 deputados - no Senado, o Bloco fora antes constituído com 11 senadores - tem um peso muito maior nas negociações do que a posição isolada de cada partido.

Outro fator de importância é a possibilidade de que novas forças de esquerda se reúnam ao Bloco. O Partido Socialista, com 11 deputados, já está definido. Com sua incorporação, o número de deputados do Bloco se eleva a 95.

Centro-esquerda

Considera-se que há um novo objetivo a alcançar: a busca de fórmulas orgânicas que permitam uma ação comum estruturada entre o Bloco de Esquerda e dezenas de deputados do Centro, dissidentes das posições dos seus partidos e que já estão na oposição ao modelo e ao governo neoliberal de FHC. Votam quase sempre como a oposição, sustentam princípios comuns como a luta contra a privatização da Cia. Vale do Rio Doce, mas ainda atuam sem conexões que lhes permitam esforço coordenado no Plenário e Comissões.

Especula-se muito, sobre a influência que o Bloco de Oposição pode exercer na unidade das forças populares e do Centro no problema da sucessão.

A Esquerda vive nova realidade, que contribui para unir seus dirigen-

Na Câmara, o ato de oficialização do Bloco: dep. Matheus Schmidt, então líder do PDT; José Dirceu, presidente do PT; Leonel Brizola, presidente do PDT; dep. José Machado, líder do PT; João Amazonas, presidente do PC do B; Luís Inácio Lula da Silva, líder do PT e Aldo Arantes, líder do PC do B

tes e militantes e superar antagonismos regionais.

Não é esta uma tarefa fácil. Aquela história de que a Esquer-

da só se unia na cadeia ou no exílio não é de todo destituída de fundamentos, até porque, mesmo aí, a unidade não foi fácil. Mas, há neste momento, animadores indícios de avanços que devem ser estimulados e desenvolvidos. Os senadores e deputados já organizados no Bloco da Oposição deram o exemplo de que essa realidade pode mudar.

Problemas fundamentais, como a defesa da soberania, a luta contra o desmantelamento do Estado e a desnacionalização da economia, resistência ao desrespeito e à liquidação das conquistas sociais já unem a Oposição, aí incluídos expressivos contingentes do Centro parlamentar.

Os problemas mais complexos estão nos estados, onde o entendimento é sempre mais difícil e lento. O mais importante, no entanto, é a consciência de que a unidade daquela força é vital ao país e à democracia e pode constituir uma poderosa alternativa na sucessão presidencial. Principalmente, quando o modelo neoliberal começa a dar sinais de esgotamento, aqui e em muitos países, com inevitáveis reflexos no julgamento popular.

O manifesto

O Bloco Parlamentar da Oposição divulgou um manifesto explicando seus posicionamentos na atual conjuntura da vida política brasileira. A seguir, a íntegra do documento, assinado pelos três partidos

Em defesa da democracia e dos interesses nacionais

"A aprovação da emenda constitucional da reeleição na Câmara dos Deputados é parte da reforma política pretendida pelo Governo. Ela visa tornar o poder político no Brasil mais autoritário e elitista. Representa uma séria restrição democrática ao concentrar ainda mais os poderes presidenciais.

O Estado brasileiro tem um forte conteúdo autoritário, o qual o Presidente da República, com seus imensos poderes, vem ampliando. Usurpa poderes do Legislativo, através das medidas provisórias, e pressiona o Judiciário. Aos poucos, configura-se no país um autoritarismo civil que trará graves consequências ao futuro da nação.

Colocada em prática na Argentina e no Peru, a reeleição visa acelerar o processo de implantação do neoliberalismo, através da abertura indiscriminada da economia ao capital estrangeiro, da venda das empresas estatais estratégicas, do desmonte do Estado, da quebra dos direitos dos trabalhadores e do cerceamento da democracia.

A ofensiva neoliberal não

ameaça apenas o patrimônio nacional construído ao longo das últimas seis décadas. Ameaça também, seguindo a lógica de um projeto social e economicamente excludente, os espaços de liberdade e a idéia de qualquer projeto nacional. As elites brasileiras, que sempre preferiram as opções autoritárias, estão agindo em sintonia com esta sua tradição.

Neste sentido, querem também fazer passar seus projetos de Reforma da Previdência, Administrativa e de Relações de Trabalho. A pretexto de cortar gastos e diminuir custos, querem retirar direitos históricos dos trabalhadores, aposentados e servidores públicos. E, para manter a euforia de consumo que garante a continuidade do processo de aprovação da emenda da reeleição, prolonga uma política irresponsável de endividamento externo e interno, juros elevados e sobrevalorização cambial, que a médio prazo levará a economia a uma profunda crise.

O desastre social gerado pelos cortes dos gastos públicos já se manifesta no agravamento da situação da saúde, da educação e

na paralisação da reforma agrária.

Com o objetivo de responder a estes desafios, as bancadas federais do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Democrático Trabalhista (PDT) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B) resolveram constituir um bloco parlamentar na Câmara dos Deputados, o Bloco Parlamentar da Oposição. Ele dará maior eficiência à atividade parlamentar da oposição, sintonizado com os interesses populares e será um ponto de referência para a ampliação das forças oposicionistas dentro e fora do Congresso Nacional.

O Bloco combaterá o projeto neoliberal de FHC e lutará pela defesa:

1. da soberania nacional;
2. do processo político democrático e contra o autoritarismo;
3. dos direitos sociais amplos e defesa das conquistas dos trabalhadores;
4. da retomada do desenvolvimento e da luta contra o desemprego;
5. da reforma agrária;
6. da autonomia do Legislativo e do funcionamento democrático da Câmara dos Deputados;
7. das prerrogativas do Poder Judiciário, para garantir a harmonia e independência dos três poderes.

O Bloco Parlamentar de Oposição se empenhará no sentido de fazer com que sua unidade de ação no Parlamento contribua para a construção de uma ampla unidade de ação fora do Parlamento, indispensável para o enfrentamento dos graves problemas que afligem a nação."

Brasília, 5 de março de 1997

José Dirceu	Presidente do PT
Leonel Brizola	Presidente do PDT
João Amazonas	Presidente do PCdoB
José Machado	Líder do PT
Matheus Schmidt	Líder do PDT
Aldo Arantes	Líder do PC do B





Darcy

Lições de brasilidade

Humanista, pensador, educador, antropólogo, romancista, poeta, político, Darcy Ribeiro deixa ao país um exemplo de vida dedicada à construção de uma nação desenvolvida, culta e consciente de seus valores

O desaparecimento do brasileiro múltiplo Darcy Ribeiro, jovem aos 74 anos, deixa uma lacuna no quadro dos consultores especiais de **cadernos do terceiro mundo**, publicação cujo nascimento acompanhou e estimulou nos duros anos de exílio. Sua ausência física não afetará, porém, sua presença inspiradora, como exemplo de homem de ciência e de ação visceralmente dedicado às causas populares - do povo índio, negro, branco e mestiço, pobre - e a um futuro melhor para essa fundição de raças chamada Brasil.

A luz de Darcy Ribeiro foi reconhecida por unanimidade em sua morte, mesmo pelos mais duros inimigos de suas propostas educacionais e políticas. Ao falecer de câncer no dia 17 de fevereiro, em Brasília, Darcy Ribeiro percorrera 51 anos de vida pública dedicada a causas nacionais. Considerava que nenhum de seus sonhos se realizara, mas tinha certeza de que o erro estava do lado dos adversários de seus projetos. "Fracassei em tudo que tentei na vida", assinalou ao tempo em que retratava a desu-

manidade das camadas dominantes brasileiras, no discurso no qual agradecia o título de Doutor Honoris Causa, concedido pela Universidade de Paris em 1989.

Darcy prossegue o seu discurso dizendo que tentou "alfabetizar as crianças brasileiras, mas não consegui. Tentei salvar os índios, mas não salvei. Tentei fazer uma universidade séria, mas fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente, mas fracassei".

Porém nenhuma amargura, antes uma tranqüila esperança no futuro e um compromisso de insistência. No confesso agnóstico, uma comparação involuntária com um Cristo que obtém sua vitória na derrota: "Mas estes fracassos são minhas vitórias. Detestaria estar no lugar de quem me venceu."

A exemplar reflexão de lutador social é, ao lado de tantos projetos que deixou, uma inspiração, um alento e uma lição. A morte despartidarizou a figura de Darcy Ribeiro e talvez muitos de seus sonhos possam agora encontrar caminhos menos obstruídos para alcançarem a plena realização.



Educação para todos

O antropólogo Darcy Ribeiro, em algum momento de suas tarefas de estudo das culturas indígenas, contaminou-se pela urgência de salvar e incorporou à sua missão o dever de lutar pela promoção humana. Não em microproyetos, mas pela implantação de grandes políticas nacionais integradas a um projeto de desenvolvimento do Brasil: educar o povo brasileiro para possibilitar o desenvolvimento do país. Nesse desenvolvimento ele englobava o conceito de crescimento cultural dos brasileiros e de sua realização como civilização aberta, integradora e afirmativa gerada pelo encontro étnico sob os céus tropicais.

O caminho para isso tinha um nome: educação - a chave do futuro.

Depois dos índios, ou, antes, junto com os índios, a preocupação aflita pelos caboclos, mulattos, negros, brancos de vários tons - a multidão brasileira dos interiores e das cruéis cidades grandes. Já em meados dos anos 50, Darcy Ribeiro compartilhava dos trabalhos de Anísio Teixeira para reformar a educação popular, integrando-se ao movimento por uma escola pública de qualidade.

Logo criaria a Universidade de Brasília, moldada para a formação de uma elite pensante, capaz de incluir o povo no projeto nacional. De primeiro reitor da Universidade de Brasília, em 1960, logo passará a ministro da Educação em 1962, aos 38 anos, e, no ano seguinte, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República.

Em 1964, começou o longo exílio e as experiências educacionais em diversas universidades estrangeiras (Uruguai, Venezuela, Chile, Peru). No retorno ao Brasil, a retomada do trabalho no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e o amadurecimento de projetos que logo se tornariam realidade com a eleição, em 1982, da chapa Leonel Brizola-Darcy Ribeiro para o governo estadual, no Rio de Janeiro.

Tempo integral

Como vice-governador, secretário de Cultura e do Projeto Especial de Educação, Darcy gerou o plano dos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), uma escola de tempo integral para todos. Concebido para propiciar um salto de qualidade no ensino público, o CIEP - desvirtuado, depois, por administrações adversárias - permitiu, pela primeira vez, que alunos pobres pudessem desfrutar de uma escola de horário integral. Nela, além das aulas, tinham estudo dirigido, prática de esporte e alimentação no próprio espaço escolar, onde as crianças ficavam de sete horas da manhã às cinco da tarde.

Ao projeto se acoplou também um programa de aluno-residente em família substituta, pelo qual um casal, que morava no local, assumia até duas dúzias de meninos e meninas abandonadas (ou de pais conhecidos, mas pobres, com os quais podiam passar os finais de semana).

Valeu qualquer absurdo na argumentação e na ação contra essa escola pública de tempo integral. Embora não fosse a primeira na ordem cronológica de sua ação de homem público, esta foi a derrota que Darcy nomeou em primeiro lugar, naquela avaliação ante a Universidade de Paris.

O povo da floresta

Projeto Caboclo salva a Amazônia e viabiliza uma civilização da mata

A vida nas selvas foi o primeiro panorama da atividade intelectual de Darcy Ribeiro como etnólogo, junto aos índios cadiueus, logo após se formar pela Universidade de São Paulo, em 1946. Em várias oportunidades ele afirmou que foi civilizado pelos índios, nos dez anos que pôde dedicar ao contato direto com diversas tribos.

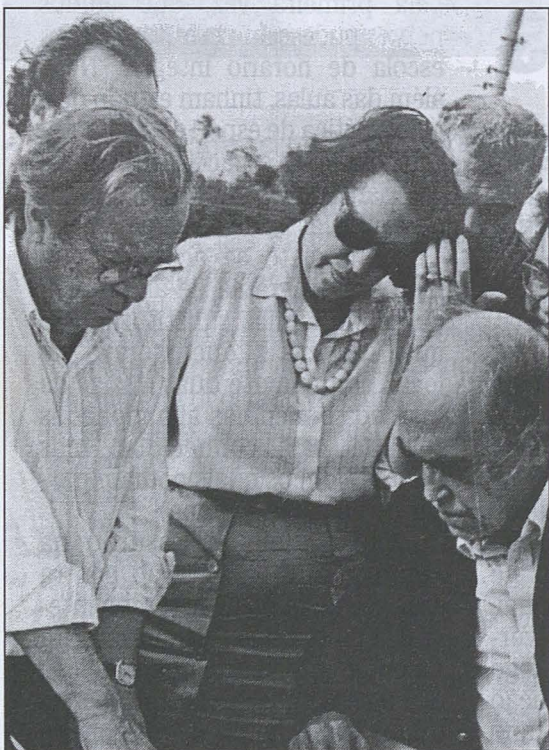
A vida nas selvas foi também o fechamento de seu ciclo criador: o Projeto Caboclo é o testamento que deixa para permitir a salvação da Floresta Amazônica, atra-



vés da integração harmoniosa do ser humano com o meio ambiente. A preservação da floresta, o desenvolvimento social do caboclo, a integração efetiva do território - estes três valores se fazem presentes no plano do senador.

Ao contrário das agrovilas agressivas ou dos megaprojetos agrícolas de empresas dos anos 70 - utopias tecnocráticas que formaram ilhas inacessíveis ao próprio poder público, com áreas às vezes equivalentes às de países europeus - Darcy concebeu um sistema de comunidades sustentáveis, que reproduzem os princípios de adaptação e sobrevivência indígenas, comprovados por milênios de integração com aquele meio ambiente.

O projeto prevê a formação de comunidades compostas por 50 famílias que vivem em torno de um centro de serviços - uma reprodução quase exata de uma comunidade indígena. Para as 50 famílias, 50 mil hectares de floresta, que o grupo explorará, de forma cooperativa e de modo ecológico, isto é, preservando-a e melhorando-a com plantios ordenados e com objetivos econômicos. A sobrevivência da comunidade estaria garantida por roças de produtos alimentícios básicos, por um salário mínimo mensal por família



Darcy Ribeiro e Oscar Niemeyer: dupla nos arrojados projetos sociais, como Cieps e universidades

A coerência nacionalista

O último discurso de Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro foi pronunciado na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), em ato público em defesa da Companhia Vale do Rio Doce. Era o dia 10 de janeiro e, em sua cadeira de rodas, Darcy manifestou toda a sua indignação de brasileiro contra o propósito do governo federal de privatizar essa poderosa estatal: "Não há nada mais incompreensível, absurdo, um crime de lesa-pátria, do que esta tentativa do governo de privatizar a Vale do Rio Doce."

Depois de saudar o centenário do presidente da ABI, Barbosa Lima Sobrinho - outro nome-símbolo da pregação nacionalista contra a onda neoliberal - Darcy Ribeiro expressou a perplexidade que a maioria dos brasileiros até hoje não conseguiu superar ante a radical transformação da natureza política do governo: "Por que o presidente Fernando Henrique - tão culto, tão inteligente, tão agradável - é um presidente tão ruim? É incrível que Fernando Henrique se deixe dirigir pela pior gente que há, que é o economista. (...) Ele só lê na cartilha dos economistas do BNDES e do Ministério da Fazenda. É incrível! Eles são bisonhos, são jovens com a cabeça feita lá fora. Não têm nada de patriótico, não têm compromisso conosco."

e pelo resultado econômico da exploração comercial dos produtos florestais e animais, com vendas aos mercados interno e externo.

Na visão de Darcy, tais comunidades jamais seriam predadoras, constituindo-se, ao contrário, em guardiães das matas e rios.

Por uma escola popular

Em seu sonho de uma revolução educacional, Darcy Ribeiro lamentava a barreira escolar que exclui a maior parte dos alunos pobres de um aprendizado regular, limitando as suas perspectivas culturais e sociais.

“Como é que o Brasil consegue ser tão ruim em educação? Quem quisesse organizar um país com o objetivo expresso de alcançar, com tantos professores e com tantas escolas, um resultado tão medíocre, teria que fazer um grande esforço. Um país monolítico, como o nosso, em que não há nenhuma barreira de ordem étnica ou cultural, conseguir ser tão medíocre no seu desempenho educacional, é realizar, sem dúvida, uma façanha incomparável. Ainda que nada invejável.

“Um certo objetivismo sociológico dá explicações copiosas, expressas em numerosas teses doutorais sobre as causas deste fracasso, tratando sempre como natural e até necessário. Notoriamente, a função social deste objetivismo é nos consolar, demonstrando que tudo isso decorre dos processos de urbanização e industrialização. Processos que, transladando a população trabalhadora do campo para a cidade - por força do próprio progresso que afinal nos alcança - perturba as instituições sociais, inclusive as educacionais, compelindo-as a se transfigurarem tão precariamente. “Advertem, nesta altura, que o problema é ainda mais complicado, porque à urbanização caótica se seguiu um processo de industrialização intensa que, exigindo

No texto abaixo, uma reflexão do educador sobre a pesada herança de elite, que considera normal a exclusão da grande maioria da nação dos benefícios do saber, isto é, do acesso à plena cidadania

mão-de-obra moderna e disciplina, reclamaria uma nova escola ideológica, capacitada a domesticar os camponeses urbanizados e proletarizados, através de uma indocinação que os convença de que são pobres porque são burros.

“Estas seriam as causas do desastre para os liberais. Desastre, aliás, autocorrigível, dizem eles, uma vez que a modernização das cidades brasileiras, criando pólos de progresso, iria dissolvendo os bolsões de atraso, até que a civilização industrial a todos homogeneizasse, num assalariado capitalista moderno. Alguns sociólogos esquerdistas aderem a estas teses, acrescentando triunfalmente que só a revolução socialista dará aos brasileiros a escola primária que a revolução burguesa deu por toda parte. Toda esta literatura não ensina nada. No máximo fotografa algumas situações, sem explicá-las. Para tanto, precisamos fazer uma crítica histórica de razão sociológica.”

“Seria verdade que nosso desastre educacional se deve a tais processos, se o ensino houvesse sido bom antes da urbanização caótica e da industrialização intensiva. Se ao menos ele fosse comparável ao que fizeram, em matéria de educação, outros países latino-americanos após a independência, como a Argentina, o Uruguai e o Chile. Como nada

disso ocorreu entre nós, devemos concluir que o nosso descalabro educacional tem causas mais antigas. Vem da Colônia que nunca quis alfabetizar ninguém, ou só quis alfabetizar uns poucos homens para o exercício de funções governamentais. Vem do Império, que, por igual, nunca se propôs a educar o povo. A República não foi muito mais generosa e nos trouxe à situação atual de calamidade na educação.

“Nós propomos, como explicação, que estamos diante de um caso grave de deficiência intrínseca da sociedade brasileira. Nossa incapacidade de educar a população, como a de alimentá-la, se deve ao próprio caráter da sociedade nacional. Somos uma sociedade enferma de desigualdades, antigas e modernas, o povo é o que há de mais reles. Seu destino e suas aspirações não lhes interessam, porque o povo, a gente comum, os trabalhadores, são tidos como mera força de trabalho, destinada a ser desgastada na produção. É preciso ter coragem de ver este fato, porque só a partir dele podemos romper nossa condenação ao atraso e à pobreza, decorrentes de um subdesenvolvimento de caráter auto-perpetuante.”

“O fracasso brasileiro na educação - nossa incapacidade de criar uma boa escola pública generalizável a todos, funcionando com um mínimo de eficácia - é paralelo à nossa incapacidade de organizar a economia para que todos trabalhem e comam.”

Trecho do capítulo de abertura “Educação no Brasil” do ‘Livro dos CIEPs’, de Darcy Ribeiro, Bloch Editores S.A., Rio, 1986



Vilas Olímpicas resgate social pelo esporte

Projeto de vilas olímpicas começa a desempenhar importante papel na promoção educacional e formação moral de milhares de crianças carentes

Paulo Marinho

Instalada nas imediações do morro da Mangueira, na Zona Norte do Rio, a vila olímpica da mais tradicional escola de samba carioca não coleciona títulos apenas nas pistas de atletismo. Responsável pelo renascimento deste esporte no Rio de Janeiro, o projeto, concebido em 1987, colocou a comunidade no pódio da mais difícil competição: a que se trava na categoria dos indicadores sociais da cidade.

Reunindo saúde, educação, esporte, cultura e formação pro-

fissional, a vila, por onde já passaram cerca de 40 mil crianças e adolescentes, inspirou o enredo da escola no último carnaval e serviu de modelo para a criação de seis outras vilas na Baixada Fluminense.

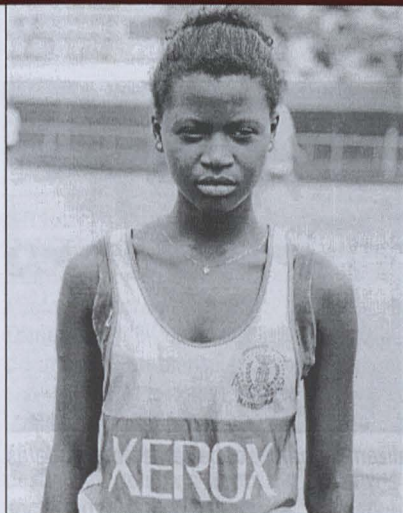
Tradicional ganhadora de títulos no Troféu Brasil, a mais importante competição do atletismo nacional, a Mangueira também forma atletas em cinco outras modalidades olímpicas, inclusive natação, para a qual usa a infra-estrutura do Ciep Nação Mangueirense.

Com a idéia fixa de promover

um projeto social-esportivo no morro da Mangueira, o então presidente da agremiação, Carlos Alberto Dória, pretendia criar um novo dado cultural na comunidade: fazer com que a mobilização dos moradores não se desfizesse após os 80 minutos de duração do desfile da escola no carnaval. Morto em 87, quando o projeto ainda engatinhava, Dória não viveu para ver o sonho se transformar em realidade.

Foi convidado para participar da iniciativa o professor de educação física Francisco de Carvalho, o "Chiquinho".

Incumbido de levar adiante a missão, o diretor da Vila Olímpica viu o sonho tomar forma com a construção de um ginásio, um campo de futebol e a pista de atle-



Tamara Rodrigues do Nascimento

tismo. O projeto logo recebeu o reforço de um Centro Integrado de Educação Pública, o Ciep Nãção Mangueirense.

Solicitada ao governo do estado, a escola, construída ao lado do complexo esportivo, foi inaugurada em 1993 - e até hoje mantém a filosofia original do programa educacional desenvolvido durante a administração Leonel Brizola. Dirigido por professores indicados pela comunidade, e que já trabalhavam no morro há 12 anos, o Ciep funciona em tempo integral, das 7h30min às 18h, tem biblioteca, cursos de corte e costura para as meninas e uma piscina semi-olímpica, onde funciona a escolinha de natação do projeto.

Resultados

Acrescentando a educação ao binômio saúde/esporte, o projeto permite que as crianças cumpram, na própria vila, a única exigência feita aos que procuram uma vaga nas escolinhas: "Quando elas chegam aqui e não comprovam escolaridade, nós as encaminhamos ao Ciep, matriculamos e acompanhamos a frequência às aulas", explica.

Concebida para promover o desenvolvimento pleno do indivíduo, a Vila Olímpica acabaria acrescentando dois outros departamentos a seu leque de atividades. O primeiro, dirigido pela cantora Alcione, ganhou contornos culturais, ao reunir a população jovem do morro na escola de

samba Mangueira do Amanhã - que desfila na Passarela do Samba na abertura do carnaval carioca.

Último componente do projeto, o acesso ao mercado de trabalho ganhou uma escola de datilografia, que funciona no complexo, e convênios com 62 empresas. O intercâmbio vem permitindo que, a cada ano, cerca de 400 crianças comecem sua vida profissional trabalhando como *office-boy* em empresas como a própria Xerox do Brasil, IBM e Golden Cross.

Reunindo, no mesmo espaço, esporte, educação, cultura, saúde e trabalho, a iniciativa gerou retorno social imediato. "Estamos comemorando o sexto ano consecutivo em que o morro da Mangueira tem o menor índice de menores infratores, entre todas as favelas do Rio, conforme dados divulgados pelo Juiz de Menores da 2ª Vara de Infância, Siro Darlan. Nossa comunidade registra também o melhor nível de escolaridade entre a população dos morros cariocas", diz Chiquinho.

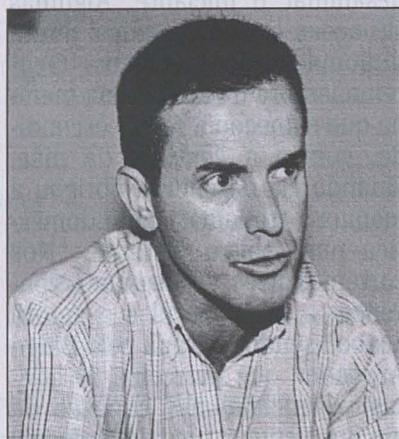
Carro-chefe e razão de ser do projeto, o atletismo vem alcançando marcas tão significativas quanto os indicadores da melhoria das condições de vida das crianças da comunidade. Tricampeã estadual na categoria infantil, tetra no infanto-juve-

nil e penta juvenil, a Mangueira, uma das responsáveis pelo renascimento do esporte no Rio, já é a primeira força do atletismo no estado.

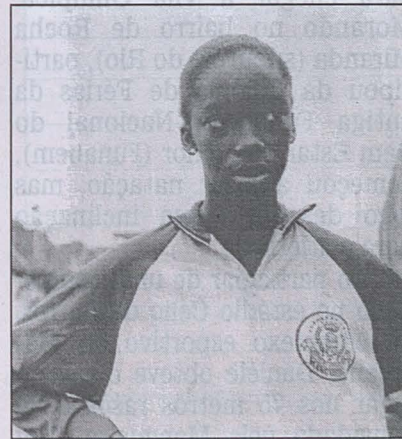
Liderança

Ocupando o espaço deixado pelo Vasco, Flamengo e Fluminense - clubes tradicionais que acabaram com as pistas de atletismo em volta dos campos de futebol - a Vila Olímpica da Mangueira, a partir do início dos anos 90, revelou, entre outros, talentos como a corredora Luciana Paula Mendes (que chegou a ter o quarto melhor tempo do mundo nos 800 metros livres) e a jogadora de futebol Kátia Cilene - ambas participaram das Olimpíadas de Atlanta. Ex-atleta e técnico de atletismo, Chiquinho, que foi criado no bairro do Maracanã (vizinho à Mangueira) revela que o projeto "interrompeu o êxodo de atletas cariocas, que estavam se transferindo para São Paulo, Paraná, Santa Catarina e outras praças".

Projetando-se no cenário nacional, por priorizar um esporte que ocupa o sétimo ou oitavo lugar nos clubes tradicionais, a Vila Olímpica da Mangueira mantém, em seus quadros, técnicos com larga experiência no meio esportivo.



Francisco de Carvalho: os talentos estão prontos para serem cultivados



Daniele Cristina descobriu sua vocação atlética

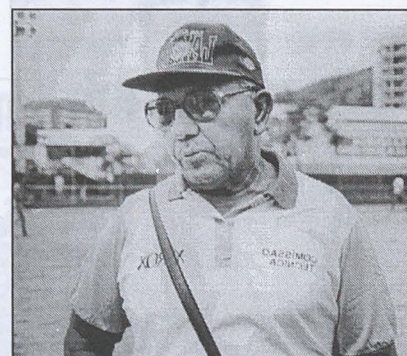
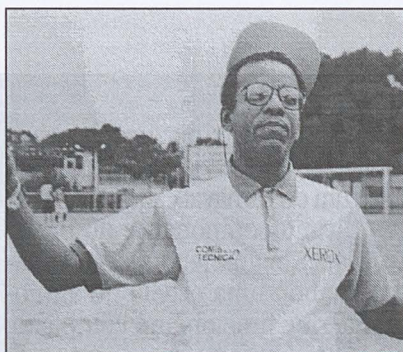
Luís Caetano Fernando, o 'Peron', trabalhou com o atual diretor da Vila Olímpica no Vasco da Gama até 89, quando o clube, a exemplo da dupla Fla-Flu, desativou a infra-estrutura voltada para o atletismo. "Muito embora seja o principal esporte olímpico, os empresários não vêem retorno comercial no atletismo. Vivemos no país do futebol e, por isso, os atletas ficam sem lugar para treinar. A TV só dá alguma cobertura às competições, quando se trata de Troféu Brasil ou *meetings* internacionais", lamenta.

Prioridade

Integrada ao projeto desde abril de 1994, Tamara Rodrigues do Nascimento gostava de correr e brincar de "pique", por entre os becos e vielas da Mangueira. Com 15 anos e 1,75 m, ela treina os 100, 300 e 400 metros com barreiras e é bicampeã carioca. Uma das esperanças do técnico Peron, ela descobriu que podia ser atleta e pediu permissão aos pais - que gostaram da idéia e hoje cobram resultados da filha. Além do atletismo, Tamara também pretende seguir a carreira de modelo.

Outra jovem corredora, Daniele Cristina dos Santos, 14 anos, percorreu um caminho mais longo para chegar à Vila Olímpica. Morando no bairro de Rocha Miranda (subúrbio do Rio), participou da Colônia de Férias da antiga Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Funabem), começou a fazer natação, mas logo descobriu sua inclinação para o atletismo.

Ao participar de uma competição no estádio Célio de Barros, no complexo esportivo do Maracanã, Daniele obteve o quarto lugar nos 75 metros rasos e foi convidada pela Mangueira. Morando com a mãe, a avó e dois irmãos, Daniele cursa a 8ª série da



Rui Rei e Luís Caetano Fernando, 'Peron', realizam-se na descoberta de novos atletas

escola municipal Luís de Camões, no bairro de Colégio, e acha importante continuar com os estudos, pretendendo fazer Enfermagem.

Lidando com 50 crianças das categorias infantil (A e B), a técnica Georgina Meneses de Oliveira diz que os candidatos procedentes de outros bairros chegam à vila levados por amigos ou atraídos por matérias de jornais ou TV. Há quatro anos trabalhando no projeto, ela classifica como muito saudável o intercâmbio entre as atletas.

"Eles têm entre 12 e 14 anos de idade, uns vieram da rua, outros pertencem a famílias com poder aquisitivo, mas, apesar das diferenças, aprendem a conviver e se unem em todas as situações."

Treinando crianças cujos pais, em sua maioria, não têm tempo para acompanhar as competições, Georgina Meneses acaba se envolvendo em questões familiares, já que a falta de atenção pode desanimar o iniciante. Algumas situações chegam a exigir muita diplomacia dos técnicos. Georgina lembra o caso de uma menina que começou a correr escondida, contra a vontade da mãe. Quando ela descobriu, obrigou a menina a trabalhar como doméstica num bairro distante. "Nós corremos atrás, conseguimos vencer a responsável e a garota acabou sendo adotada pelo Bingo Arpoador, que patrocina 90 atletas potencialmente capazes de um dia disputar uma Olimpíada."

A Vila Olímpica tem no basquete a maior presença de jovens

vindos de fora da comunidade. Disputando competições oficiais desde o final de 1994, a modalidade conquistou o vice-campeonato carioca da categoria infantil em 1996. Com a responsabilidade de confirmar, nas quadras, o sucesso que o atletismo obtém nas pistas (tricampeã no infantil do Rio e tetra no infantil e no juvenil do Troféu Brasil), os atletas do núcleo do basquete têm o mesmo perfil e aspirações dos outros meninos e meninas do projeto.

Logo em sua segunda semana na Vila Olímpica, Christiane Nascimento, 16 anos, matriculada no Ciep Nação Mangueirense, tentou praticar voleibol na escola, mas acabou sendo levada para a escolinha de basquete. Morando com os pais e três irmãos, ela divide seu tempo entre o curso de datilografia oferecido na Vila e os treinos "que um dia vão me transformar numa profissional".

Concebido para promover a prática esportiva entre as crianças da favela, o projeto serviu de modelo para o Programa de Esporte Solidário do governo federal. Impressionado com o alcance social da iniciativa, o ministro Extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, Pelé, contemplou o Rio com um investimento de R\$ 5 milhões - aplicados na construção de vilas olímpicas nos municípios de Caxias, Belford Roxo, São João de Meriti, Nilópolis, Nova Iguaçu e Queimados - destas, apenas a última ainda não está funcionando. □

LIVROS

OS FANTASMAS DO VALE Qualidade ambiental e cidadania

Lúcia da Costa Ferreira

Dimensão política e cultural do desastre ambiental provocado pelo complexo industrial de Cubatão (SP). A modernização da economia causou destruição no ecossistema e a sociedade busca soluções. Pesquisa premiada pela Associação Brasileira de Antropologia em 1991.

Cód. E-470 R\$ 10,00

A DIFÍCIL IGUALDADE Os direitos da mulher como direitos humanos

Fanny Tabak e Florisa Verucci

Textos de especialistas analisam a realidade das mulheres em vários países, desde sociedades consideradas avançadas na questão, como a França, até os países muçulmanos.

Cód. E-441 R\$ 18,00

ITAMAR: O HOMEM QUE REDESCOBRIU O BRASIL

José de Castro Ferreira

Um dos homens fortes durante a gestão Itamar conta a trajetória do ex-presidente e os bastidores do governo que assumiu o Brasil com a missão de manter a democracia após o maior escândalo de corrupção política da história do país.

Cód. E-436 R\$ 20,00

DESTINO DO BRASIL - POTÊNCIA MUNDIAL

A era Vargas continua

Léo de Almeida Neves

O maior país da América do Sul tem grande potencial, mas falta consolidar a cidadania e garantir a sobrevivência econômica. O livro aponta novos caminhos e ressalta o papel histórico de Getúlio Vargas. Prefácio escrito por Fernando Gasparian.

Cód. E-490 R\$ 24,00

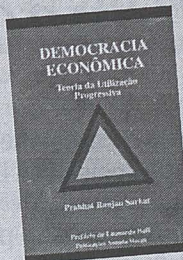
SINAL FECHADO

A música popular brasileira
sob censura

Alberto Moby

A canção popular tem ajudado a formar a identidade brasileira. Por isso o Estado volta-se para ela, usando-a em sua ação política ou censurando-a. O autor estuda os períodos do Estado Novo (1937-45) e do AI-5 (1968-78).

Cód. E-469 R\$ 18,00

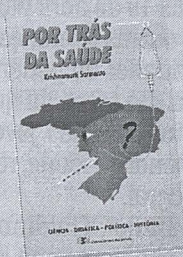


DEMOCRACIA ECONÔMICA Teoria da utilização progressiva

Prabhat Ranjan Sarkar

O escritor indiano apresenta uma teoria baseada no cooperativismo, garantia do poder de compra através da geração de emprego, reforma agrária e desenvolvimento de empresas estratégicas, administradas pelo governo. Prefácio de Leonardo Boff.

Cód. E-504 R\$ 18,00



POR TRÁS DA SAÚDE

Krishnamurti Sarmento

Mais do que colocar o dedo na ferida, o autor usa a consciência profissional e política para estabelecer um resgate da indignação. Mas como indignar-se não basta, apresenta propostas concretas, muitas até bem simples, que permitiriam superar os graves problemas de saúde no Brasil.

Cód. E-494 R\$ 18,00



CRIANÇAS ESQUECIDAS

Hélio de Oliveira Santos

A situação de abandono de meninos e meninas brasileiros, num retrato em preto e branco da violência presente tanto nas ruas como dentro das casas. O autor apresenta soluções que vão desde a municipalização do problema até a criação do salário abandono.

Cód. E-466 R\$ 18,00

Nome: _____

Endereço: _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Estado: _____

CEP: _____

Tel.: _____

Profissão: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:

() Cheque (s) nominal (is) em anexo

() Vale Postal - Agência Lapa

() Autorizo débito no meu cartão _____ no valor

de R\$ _____, que tem validade até ____/____/____.

Cartão nº _____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

Data: ____/____/____

Assinatura do comprador _____

CÓDIGO

QUANTIDADE

CADERNOS 199 / VALIDADE: até durar o estoque

Enviar para a Editora Terceiro Mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 / 105 e 106 - Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20241-180 - Tel.: (021) 221-7511 - FAX: (021) 252-8455

Crime hediondo contra índio pataxó

Dois dias depois de receber de braços abertos a Marcha dos Sem Terra, a capital do país ficou chocada com o ato monstruoso de cinco jovens de classe média alta contra um indígena indefeso, poucas horas após o "Dia do Índio".

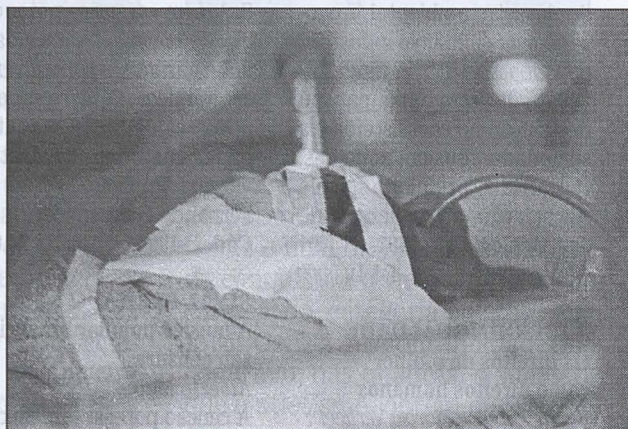
Galdino Jesus dos Santos, 44, pataxó ha-ha-hae da área indígena Caramuru/Paraguassu, sul da Bahia, que chegara a Brasília na manhã do dia 18 de abril para participar de uma delegação junto a outras lideranças indígenas para um diálogo com autoridades do poder público a respeito da grave situação da sua terra, foi queimado vivo por um grupo "insuspeito" de cinco jovens de classe média alta, entre eles um menor de idade, residentes no Plano Piloto da Capital Federal.

Em mais um triste "Dia do Índio", Galdino tinha saído à noite com outros indígenas para uma confraternização na Funai. Ao voltar, perdeu-se nas ruas de Brasília e, chegando tarde à pensão onde estava hospedado, foi impedido de entrar no local. Cansado, sentou-se num banco de parada de ônibus e adormeceu. Às 5 horas da manhã, acordou ardendo numa grande labareda de fogo.

Os jovens criminosos foram flagrados por outros jovens, ocupantes de veículos que passavam no local e prestaram socorro à vítima. Foram presos e conduzidos à 1ª Delegacia de Polícia do DF onde confessaram o ato monstruoso. Alegaram que queriam apenas se divertir e "pensavam tratar-se de um mendigo, não de um índio", o homem a quem incendiaram.

Levado ainda consciente para o Hospital Regional da Asa Norte, Galdino, com 95% do corpo com queimaduras de 3º grau, faleceu às 2 horas da madrugada do dia seguinte.

Neste mundo "civilizado" das grandes cidades brasileiras, as elites parecem insistir na velha máxima do general Kuster, matador de índios no século passado nos Estados Unidos, que se adaptada a este caso exclamaria: "mendigo bom é mendigo morto". Os jovens monstros de Brasília erraram apenas num "detalhe": aquele homem, humildemente vestido, de sandália havaiana e que ali dormia, não era um mendigo, mas um importante membro de uma comunidade indígena que estava na cidade para uma missão especial.



Galdino sobreviveu algumas horas, mas morreu depois

Galdino não foi a Brasília passear, nem mendigar. Foi para tratar da grave situação em que vive sua comunidade, exposta a toda sorte de violências causadas pela permanência de invasores de suas terras, muitos deles membros da elite rural para quem "índio bom é índio morto". Por isso assassinaram o líder João Cravim, seu irmão, dez anos atrás, num crime ainda impune, bem como tantos outros pataxós ha-ha-hae, nestes mais de vinte anos de conflitos pela posse da terra com fazendeiros do gado e do cacau. Segundo recente relatório de Violência Contra os Povos Indígenas, publicado pelo Cimi, nos últimos três anos 118 índios foram assassinados. Galdino foi queimado vivo. Não poderá mais expor os problemas de seu povo aos representantes do poder público, como havia planejado.

Assassino "bom" é assassino condenado e preso. Pena máxima para os monstros incendiários de Brasília. (Conselho Indigenista Missionário - Cimi)

A ex-comandante guerrilheira Maria Navarrete, do Partido da Frente Farabundo Marti de Libertação Nacional (FMLN), recebe seu diploma de deputada, em 14 de abril, na Assembléia Legislativa salvadorenha. Dos 84 deputados eleitos em El Salvador, 12 são ex-comandantes da guerrilha esquerdista, que nas eleições conquistou também, com Héctor Silva, a prefeitura da capital do país



Unita entra no governo

Chefes de Estado e altos dirigentes estrangeiros prestigiaram, em Luanda, Angola, a cerimônia de instalação do "governo de reconciliação nacional", em cujo gabinete figuram quatro ministros da União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita). O governo de unidade foi o resultado do acordo de partilha do poder entre a Unita e o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), o partido do governo.

"Não é uma panacéia que resolva todos os nossos problemas, mas poderá ser uma contribuição definitiva para a solução da maioria deles", disse o presidente, José Eduardo dos Santos, do MPLA.

A Unita, financiada pelos EUA e pelo antigo regime racista da África do Sul, começou a luta contra o MPLA em 1975, quando Angola conquistou a independência de Portugal. Breve paz reinou em 1992, mas a Unita se negou a aceitar os resultados desfavoráveis das eleições supervisionadas pela ONU, que confirmaram a preferência popular pelo MPLA. A Unita rompeu o acordo e recomeçou a guerrilha.

Em novembro de 1994, ambas as partes assinaram outro protocolo de paz, em Lusaka, Zâmbia. Desde então está em curso um processo de pacificação que envolve a supervisão de mais de 6.000 funcionários da ONU, inclusive tropas brasileiras. Um aspecto crucial do acordo foi o compromisso de organizar um governo de unidade nacional, o que consumiu dois anos de negociações e agora se realiza.

Delinquência de farda

A sociedade latino-americana vive hoje dramático dilema: confia cada vez menos nos organismos policiais encarregados de protegê-la e, ao mesmo tempo, se sente cada vez mais ameaçada pela delinquência urbana. Recentes episódios em São Paulo e Rio de Janeiro (Diadema e Cidade de Deus) mostraram para milhões de telespectadores o que as pesquisas de opinião pública já expressavam em números: menos de 10% da população confia na polícia.

A filmagem de espancamentos, morte e humilhações indignou o país, onde existe o consenso de que tais incidentes são rotineiros nos bairros pobres.

As polícias do Rio e SP, consideradas as mais violentas da América Latina pela organização Americas Watch, não são uma exceção no continente. Na Argentina, Colômbia, México, El Salvador, Jamaica, Guatemala, Honduras e até na pacífica Costa Rica, a imprensa tem registrado, com alarmante frequência, denúncias de maus tratos, torturas, seqüestros e até assassinatos de civis inocentes e pobres.

Acostumados à impunidade e ausência de controle, as polícias da América Latina viraram problema social e político gravíssimo, segundo o Instituto Latino-Americano de Prevenção ao Crime, órgão da ONU. O problema é mais crítico num contexto em que a opinião pública reclama mais segurança contra a delinquência alimentada pela miséria, enquanto os governos contam com recursos cada vez menores. (Carlos Castilho)

Lâmia em Brasília

Libertada da prisão em Israel, a brasileira Lâmia Maruf regressou ao Brasil, recebendo carinhosa acolhida no seu país. Não apenas em São Paulo, onde reside sua família, mas em Brasília, por ela visitada, verificaram-se seguidas manifestações de apreço e júbilo por sua libertação.

Lâmia visitou a Câmara e o Senado, sendo recebida por seus presidentes, deputado Michel Temer e senador Antônio Carlos Magalhães. Inúmeros deputados, de todos os partidos, ocuparam o microfone para expressar sua satisfação, acentuando que a libertação de Lâmia foi um serviço à causa da paz no Oriente Médio. Lâmia também visitou o Itamarati, sendo recebida por um dos dirigentes da casa.

Na Câmara, foi oferecido um almoço a Lâmia, com ampla representação partidária. Na foto, Lâmia



Maruf, conversa com o deputado Neiva Moreira, tendo ao lado a deputada Jandira Feghali e a senadora Emília Fernandes.

As doenças do sistema de saúde

Médico relata os bastidores dos hospitais, nos quais atos ilegais ou equivocados podem lesar os contribuintes e matar pacientes

Mônica Pérez

Uma jovem morre na mesa de cirurgia, com o abdômen aberto, diante do médico que, durante duas horas, procura o apêndice que deve ser retirado. Um senhor falece, também no centro cirúrgico, ao ser entubado pelo esôfago, e não pela traquéia: ele havia recebido a promessa do médico de que ficaria curado de gota, doença reumatológica crônica, com a simples retirada das amígdalas - esse fato ocorreu numa época em que era "moda" extrair amígdalas. Uma jovem, com infecção urinária, por pouco não é submetida a uma séria cirurgia, devido a um primeiro diagnóstico equivocado de gravidez tubária rota.

Histórias como essas, que mesclam incompetência médica e charlatanismo, foram testemunhadas pelo médico Nelson Senise, ao longo de seus 54 anos de atividade clínica, e estão fielmente reproduzidas em *O submundo da medicina - histórias cruéis e verdadeiras*, lançado pela Editora Record.

Os episódios são narrados sob forma de romance autobiográfico, em curtos capítulos de fácil leitura, intercalados por artigos, publicados ou não em jornais, em que o autor discorre sobre questões como homossexualismo, aborto, pena de morte, preços extorsivos dos medicamentos, e ainda sobre os comerciais de TV que estimu-

lam o consumo do fumo e do álcool. Com acirrado senso crítico e tom de denúncia, o médico expõe fatos, conceitos e idéias.

O sistema de saúde do país não poderia sair ileso dessas bem traçadas linhas. O capítulo "A saúde no Brasil" tece um panorama da crise no setor, recheado de números e datas, com informações que vão desde a criação das faculdades de medicina da Bahia e do Rio de Janeiro, em 1808, até a falência do Inamps, passando pela importância da medicina preventiva, comprovada historicamente.

Para ilustrar os meios pelos quais o rombo da Previdência Social aumenta dia a dia, o autor conta, em uma de suas histórias, a surpresa que teve ao reencontrar em Jaú (SP), sua cidade natal, um colega de ginásio, também médico, que num curto espaço de tempo fizera fortuna.

Senise tinha, então, apenas três anos de formado. Morando no Rio de Janeiro, onde completou seus estudos, e enfrentando dificuldades financeiras, ficou intrigado com o fato de seu colega já estar riquíssimo, sendo dono de um pequeno hospital, naquela pacata cidade do interior do estado de São Paulo.

O mistério se desfez, quando o próprio colega lhe revelou, com ares de vencedor, que adulterava os registros de internação de pacientes filiados à Previdência



Social, de forma a multiplicar várias vezes seus 12 leitos. Contava, para tanto, com a conivência de um fiscal do instituto, que também era funcionário do Banco do Brasil.

Autor de *Medicina e impunidade* e *Medicina prostituída*, entre outros livros, Senise ganhou fama internacional como especialista em reumatologia. No Rio, foi o introdutor do *check-up* e do método de emagrecimento rápido, feito hoje em spas. Fato, aliás, que o motivou a se apresentar em um programa de TV, tempos atrás, para um embate ao vivo contra um médico charlatão, que vendia promessas de emagrecimentos instantâneos, à base de drogas e às custas da saúde do paciente, conforme conta em seu livro.

Procurando dignificar a medicina, Nelson Senise critica o corporativismo da classe médica, que se omite ou se solidariza diante de irregularidades praticadas por profissionais que envergonham a categoria.

É assim que *O submundo da medicina* se apresenta como um testemunho raro, em que, nas próprias palavras de um médico, são narradas situações cruéis e verdadeiras, envolvendo sentimentos e vidas humanas, vítimas da ganância e da impunidade.



Lilian Costalonga

O cinema tem a capacidade de recolocar em evidência personagens "adormecidos" da História, como Oskar Schindler, Mozart, entre outros. O exemplo mais recente é Eva Perón, graças ao filme *Evita*, com Madonna no papel-título, que impulsionou o lançamento de diversas biografias sobre essa controversa personalidade argentina. Uma das mais completas e detalhadas obras é *Eva Perón - a madona dos descamisados*, da jornalista argentina Alicia Dujovne Ortiz.

A autora mostra, com riqueza de detalhes, diversas versões dos fatos mais marcantes da vida de Evita, que de atriz medíocre se tornou primeira-dama argentina, até hoje adorada por seu povo. O livro se baseia em outras biografias, entrevistas com pessoas que conviveram com Eva Perón e em arquivos, até então mantidos em sigilo, que revelam ligações entre o peronismo e o nazismo.

Eva, filha ilegítima do latifundiário Juan Duarte, saiu de casa aos 15 anos para tentar a vida como atriz. Porém não conseguiu mais do que alguns papéis inexpressivos, muitos sem fala, pois, além da questionável capacidade de representação, tinha sérios

A 'mãe' dos pobres argentinos

Livro narra como Eva Perón, filha ilegítima e atriz de talento duvidoso, conseguiu se tornar um mito na Argentina

problemas de dicção. O livro cita muitas pessoas que Evita "usou" com a finalidade de ascender socialmente e como ela as ajudou ou delas se vingou depois de sua ascensão política.

Este crescimento social começa quando Evita chega ao rádio, obtendo grande sucesso nas novelas radiofônicas, apesar das dificuldades de fala. Conhece então o coronel Juan Domingo Perón, que ajuda a impulsionar sua carreira no cinema, muitas vezes forçando produtores a contratá-la para o papel principal. Havia escassez de películas cinematográficas e Perón era o responsável pela distribuição do material. Mesmo assim, a carreira cinematográfica de Eva não foi bem-sucedida.

Mais tarde, já como primeira-dama, tenta apagar os vestígios de seu passado, destruindo a maioria das cópias dos filmes em que atuou e adulterando sua certidão de nascimento, mudando o ano (de 1919 para 1922) para coincidir com o da morte da verdadeira esposa de seu pai. O objetivo era não ser considerada uma filha ilegítima.

Ao casar com Perón, Eva é rejeitada pela alta sociedade. Contrariando a tradição, não é convidada para presidir a Sociedade de Beneficência. Resolve criar a própria fundação e começa a projetar para si o papel de protetora dos pobres. Consegue cortar os subsídios da entidade rival, transferin-

do-os para a Fundação Eva Perón, fazendo com que a Sociedade de Beneficência fosse fechada.

A autora admite que não tem como provar os trechos mais polêmicos do livro, como a origem dos recursos aplicados em conta corrente mantida pelo casal Perón num banco suíço. A conta teria sido aberta com dinheiro nazista em troca de passaportes e identidades argentinas antes do final da Segunda Guerra. Evita teria aberto a conta durante a famosa turnê pela Europa. Ela ficou por cinco misteriosos dias na Suíça.

Eva não era uma primeira-dama convencional, discursando para o povo de forma simples, passional e até hipnotizante. Era autoritária, mas atuante, lutando pelos direitos dos pobres e mulheres. Teve como uma das maiores conquistas o voto feminino, transferindo para si os louros da vitória, desagradando feministas que há muito batalhavam pelo direito.

Eva Perón é uma personagem com brilho próprio, conseqüentemente difícil de ser decifrada. O livro de Alicia Ortiz tem o mérito de contar detalhadamente a história de Evita e, ao mesmo tempo, um pouco da História argentina. Mas, muitas vezes, o estilo da autora dificulta a leitura com a descrição excessiva de hipóteses de acontecimentos e de alguns fatos irrelevantes, como roupas e penteados da personagem-título.

Memórias da Segunda Guerra Mundial

Livro autobiográfico revela uma nova forma de enxergar a vida

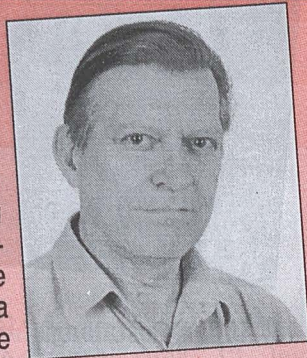
As experiências marcantes de uma criança que viveu as amarguras da Segunda Guerra são retratadas sob a forma de poemas no livro *Glimpses, Vislumbres*. O autor, Tomasz Lychowski, é o personagem do cenário do período de 1939-1945. Hoje, aos 62 anos, publica o primeiro livro, bilíngüe (inglês/português). Tomasz nasceu em Angola, de mãe alemã e pai polonês. Um ano antes da guerra, quando tinha quatro anos, sua família resolveu deixar a África e voltar para a Polônia.

A Segunda Guerra começou e, como o seu pai se posicionou contra os nazistas e entrou na resistência polonesa Armia Krajowa (AK), em Varsóvia, a família inteira foi presa. Tomasz, na época com oito anos, ficou nove meses preso na mesma cela que a mãe. O pai, depois de ter passado pela prisão, foi transferido para o campo de concentração de Auschwitz e, mais tarde, para Buchenwald, na

Alemanha. Apesar de tudo, sobreviveu.

Por obra do destino, a família conseguiu se reencontrar. Terminada a guerra, seu pai passou seis meses em recuperação num hospital e depois foi trabalhar na parte administrativa de um campo de refugiados.

Olhando as fichas dos que por lá passaram, encontrou os nomes do filho e da esposa e pôde traçar um caminho para encontrá-los. O menino, nos três anos em que o pai permaneceu preso (1942-45), tinha ido com a mãe morar na Alemanha e Bélgica, onde esperavam o visto para retornar a Angola. Na Bélgica, a família se reconstituiu e vieram para o Brasil em 1949. (Beth von Zuben)



Desde quando começou a escrever os poemas?

- Venho escrevendo ao longo da minha vida, mas o surto poético começou de cinco anos para cá. Acredito que isto está ligado ao fato de chegar a uma certa idade, maturidade e ver a vida em outra perspectiva. A perspectiva do tempo é que dá essa visão. Não via quando criança, jovem, adulto. Agora, na minha idade, vejo o quebra-cabeça se encaixando.

Qual o conteúdo da obra?

- O livro é muito autobiográfico. Tem muito da minha infância durante a Segunda Guerra Mundial, na Polônia, na Alemanha. Mostro as dificuldades que uma pessoa encontra numa guerra como aquela. Mas também tem um lado filosófico, de misticismo, de religiosidade. Está bem dosado, não é um livro que choca, é bem diversificado.

Por que o livro é bilíngüe?

- O mundo de hoje é uma Babel. Um imigrante polonês vem para o Brasil e acaba se exilando poeticamente, escrevendo numa língua que não é a portuguesa, embora seja brasileiro naturalizado, pai de filhos brasileiros, casado com brasileira. Justamente para evitar que houvesse esse exílio poético, fiz o livro em dois idiomas, se não estaria me alienando totalmente da realidade brasileira. É uma maneira de me inserir no país, através do meu trabalho.

Escrevo em inglês e minha filha traduz. Sou, como alguns amigos dizem, o poeta da terceira língua - nem polonês, português, alemão ou inglês. No poema *The Émigré (O Imigrante)*, explico minha Babel particular.

Qual é a mensagem do livro?

- Uma mensagem positiva. Passei pela guerra, vi os horrores

que aconteceram, mas isso não me tornou um homem amargo. Não considero que fui uma criança amarga, nem frustrada ou pessimista. Isso é importante, no sentido de que não é a experiência em si que faz a pessoa ser assim ou não, mas a maneira como se olha as coisas. Passar por uma guerra não quer dizer que todos vão se amargar, que vão ficar tristes, pessimistas. Também não tenho o sentimento de revanche, de ódio contra os nazistas e alemães. Você pode ter passado por tudo isso, mas não significa que esse é o fim do mundo.

É como o meu amigo Graham Connell disse: "Tomasz teve uma infância de privações, mas aprendeu mais sobre o amor do que a maioria das crianças normalmente aprendem, e nada sobre o ódio." Transmitir esta mensagem está até me animando a continuar escrevendo o próximo livro.

Talidomida, a nova geração

BRASIL
saúde

Medicamento está sendo usado no tratamento da hanseníase e é pesquisado para utilização em outras doenças, mas requer muita cautela, pois causa deformações nos fetos

Beth von Zuben

Desde 1965, a talidomida vem sendo usada no tratamento da hanseníase e apresenta ótimos resultados, segundo vários médicos. Mas, pela desinformação dos usuários e a falta de controle da saúde pública, ainda hoje nascem, no Brasil, crianças com ausência total ou parcial de braços e pernas e com outros defeitos genéticos provocados pelo medicamento.

Atualmente, em vários países, como nos Estados Unidos e na Inglaterra, vários projetos estão sendo autorizados a analisar a utilização do remédio em doenças como Aids, câncer e lúpus.

Para rever o uso terapêutico da talidomida no Brasil e, ao mesmo tempo, tentar garantir uma aplicação não-danosa aos seres humanos, a Vigilância Sanitária, órgão do Ministério da Saúde, formou uma comissão médica para complementar e reescrever a Portaria nº 65. Editada no ano passado, apresenta algumas falhas em relação a medidas que evitem o mau emprego do medicamento.

“O uso da talidomida tem que ser reduzido ao máximo, porque o seu efeito teratogênico é gravíssimo, e, se não for controlado, irão surgir mais casos de crianças com problemas de deformação”, diz o médico Jorge Bermudez, professor da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz e integrante

do Conselho Nacional de Saúde e daquela comissão revisora. A avaliação feita junto à comunidade científica admitiu o uso da talidomida no país em três situações: “para pacientes com reação hanseníca tipo Eritema Nodoso II; para portadores de HIV/ Aids, com complicações de úlceras aftóides idiopáticas; e lúpus eritematoso, no caso de doença enxerto-versus-hospedeiro”.

O medicamento continuará proibido para mulheres em idade fértil e a sua produção será limitada aos laboratórios oficiais, que terão autorização do governo para produzir a talidomida. Segundo Jorge Bermudez, serão proibidas a comercialização e manipulação em farmácias e a presença feminina na linha de produção do produto.

“Estamos tentando também chamar a atenção da responsabilidade médica”, pondera o professor Bermudez, explicando que o médico terá que estar consciente sobre a prescrição da talidomida. Para tanto, terá que preencher uma ficha, justificando para qual doença aconselha o uso, informando se alertou o paciente sobre os riscos de malformação congênita, quantos comprimidos orientou o doente a ingerir, etc. O governo é que irá comprar o medicamento e o colocará à disposição da população em determinados centros e hospitais no país.

O relatório exige que cada fabricante (são vários no Brasil)



Rosângela
Nascimento

solicite revisão do registro de autorização para a produção. “As empresas terão que justificar para quem vão produzir e em que quantidade. E terão que se enquadrar às normas da portaria”, disse. Mas, a modificação das normas não significa que o problema está resolvido. “Só se fazem portarias e até agora nada de solução. Pelo jeito, continuarão nascendo vítimas, por muitos anos”, reclama o dr. Jorge Bermudez.

Sistema mais confiável

Rosângela do Nascimento, 33 anos, uma das vítimas do remédio, preside a Associação Brasileira das Vítimas da Talidomida (ABVT), em Minas Gerais.

“Se esta droga é útil para outras patologias, são os cientistas que devem saber. Não sou contra, nem a favor. Mas, para evitar que a talidomida, assim como outros remédios, causem problemas às pessoas, é necessário que o governo brasileiro reforme a saúde pública do país”, reclama Rosângela.

Artur Custódio de Souza, coordenador nacional do Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase (Morhan) e também membro do Conselho Nacional de Saúde, defende o uso do remédio, com os devidos cuidados. "O total controle da droga depende da implementação da Portaria nº 65. A Vigilância Sanitária de cada estado deve se empenhar, para que a portaria saia do papel." Segundo Artur, se bem administrada, a talidomida traz benefícios a milhares de pessoas. "Mais de 99% dos casos de bebês que nascem com malformações podem ser evitados com medidas simples de educação", afirma.

Desconhecimento

Rafaela Kelley da Silva, 11 anos, teve o seu pedido de pensão indeferido. Rafaela mora na Colônia Estadual Tavares Macedo (antiga colônia para pessoas portadoras de hanseníase), no município de Itaboraí, estado do Rio de Janeiro. A sua mãe, hoje curada de hanseníase, tomou talidomida nos primeiros meses de gravidez: a filha nasceu com deformações nas orelhas e problemas de audição, e conta com um dedo a

Fotos: Beth von Zuben



Acima, as meninas Rafaela e Fabrícia, Maria Célia, mãe de Rafaela, e Arthur, do Morhan. Ao lado, Rafaela com a prótese auricular

Só Brasil faz novas vítimas

Nos anos 60, nasceram cerca de 13 mil bebês com malformações físicas, no mundo inteiro. Os cientistas apontaram a talidomida como o causador deste episódio. Desenvolvido por um laboratório alemão e indicado, na época, para controlar enjoos, náuseas e tensão - sintomas característicos dos primeiros três meses de gravidez - o remédio deixou uma herança trágica. Foi retirado do mercado consumidor, mas já deixava uma geração de vítimas, hoje conhecida como a primeira geração da talidomida.

Em 1965, o dermatologista israelense J. Sheskin descobriu que a talidomida era eficaz no tratamento da hanseníase. O medicamento voltou a ser produzido no Brasil em grande escala, tanto para exportar, como para atender a enorme demanda interna, pois,

segundo dados do Ministério da Saúde, o Brasil é o segundo país do mundo em hanseníase.

Assim, surgiu - desta vez apenas no Brasil - a segunda geração de vítimas da talidomida.

Segundo o Morhan, desta nova geração há 62 casos registrados, a maioria deles de filhos de pessoas portadoras de hanseníase tratadas com o medicamento.

Existem duas leis que garantem o direito de pensão às vítimas da talidomida: Lei nº 7.070, de 20/12/82, e a Lei nº 8.686, de 20/07/93.

Abaixo, os telefones ou endereços de entidades dedicadas ao atendimento às vítimas da talidomida:

ABVT - C.P.1351 - Cep:30161-970 - BH - MG

ABPST - (011) 5564-4333

TELEHANSEN - (021) 242-3098

MORHAN - (021) 242-3098 / 507-8722

menos em cada mão.

No laudo médico, a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) dá parecer negativo ao pedido de pensão: reconhece as lesões, mas duvida que sejam efeitos da talidomida. O Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) só concede a pensão depois de parecer técnico da Unicamp.

Apesar do descaso do setor público, Rafaela tem o que comemorar. Em fevereiro, a inglesa Helen Alford e o marido Gerry levaram a menina para a Inglaterra, onde recebeu prótese auricular. Agora, ouvirá melhor.

"A Helen apareceu na nossa vida como uma fada madrinha. Há anos vivemos nesta agonia e em apenas um mês conseguimos tudo", diz a mãe de Rafaela, Maria Célia da Silva. A cada ano, o casal inglês ajuda uma criança brasileira, vítima da talidomida.

A amiguinha de Rafaela, Fabrícia Dias de Souza, 11 anos, é

igualmente vítima da talidomida. Possui malformações nos braços e a sua mãe também era portadora de hanseníase, quando tomou o medicamento sem saber dos seus efeitos nocivos sobre fetos. Somente no final do ano passado, incentivado pelo Morhan, sua família fez o pedido de pensão. Ainda não se sabe qual será o parecer, a cargo da Unicamp.

"É um problema nacional. Pretendemos iniciar uma investigação para saber se estas crianças, com malformações físicas e que tiveram seus processos indeferidos, são ou não vítimas da talidomida", diz Geisa de Assis Rodrigues, procuradora regional dos direitos de cidadania, da Procuradoria Geral da República no Rio de Janeiro. Se confirmada a origem, o Ministério Público acionará a União e o INSS, para garantir às crianças a pensão prevista na lei. □

As mulheres não devem ser cobaias



Falta de informação e assistência médica fazem com que as mulheres brasileiras sejam vítimas de complicações pré e pós-parto em proporção muito superior à verificada em países desenvolvidos

Ana Paula Conde

A cada dois dias, uma mulher morre no Rio de Janeiro devido a complicações do parto. A elevada taxa, dez vezes superior à encontrada em países desenvolvidos, é consequência da falta de assistência médica adequada. Segundo o Comitê Estadual de Controle da Morte Materna e Perinatal, 90% dos óbitos poderiam ser evitados com a realização do exame pré-natal. A

divulgação de métodos anticoncepcionais também poderia reduzir o total de mortes maternas, já que boa parte é causada por abortos realizados em condições precárias.

Há alguns anos, poucas mulheres tinham acesso ao pré-natal. Hoje a possibilidade de realizar o exame é maior, mas o número de mortes continua alto, pois não é feito adequadamente. Segundo Tisuko Shirawa, coordenadora do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher, da

Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, se os hospitais respeessem as normas do Ministério da Saúde, o número de mortes diminuiria. A coordenadora lembra que muitos profissionais ainda dão alta a mulheres no oitavo mês de gravidez, período em que mais acontecem complicações.

Grande parte das gestantes, no entanto, não tem acesso a qualquer tipo de atendimento médico. Segundo pesquisa do comitê sobre óbitos maternos, no ano de 1995, 25% dos prontuários analisados não apresentavam quaisquer registros de assistência pré-natal. Somente metade das mulheres, entre as assistidas pelos serviços de saúde, tiveram cinco consultas ou mais. Além disso, antecedentes pessoais, que poderiam implicar risco para a

gestante, não foram devidamente valorizados.

O grande número de cesarianas, realizadas sem necessidade, também preocupa o comitê. Nos hospitais e na rede conveniada ao Sistema Único de Saúde, o índice chega a 37,3%, enquanto na rede privada atinge 46%. Nos países desenvolvidos, com baixa mortalidade neonatal, a taxa de cesarianas varia entre 15% e 20% do total de partos realizados.

A operação é uma técnica criada para salvar a vida da mãe e da criança, mas muitas mulheres fazem cesariana com medo das dores do parto normal, aumentando o risco de complicações.

A investigação, feita pelo Comitê em 1995, revela que 65% dos óbitos ocorreram após a cesariana e apenas 19% após o parto normal.



Complicações dos bebês decorrem, em geral, dos problemas de saúde das mães



Taxas altas de mortalidade estão ligadas a condições sócio-econômicas precárias

As taxas de mortalidade são altas em todo o estado, mas variam de acordo com as condições sócio-econômicas da população. Além disso, atingem em maior proporção as mulheres com mais de 35 anos, que apresentam risco de morte quatro vezes maior que as da faixa de 20 anos. No entanto, nos países desenvolvidos, o parto em mulheres maiores de 35 anos não é mais considerado de alto risco.

Tisuko Shirawa afirma que iniciativas simples poderiam evitar a morte materna, que na sua opinião "não é um fato isolado". Ela reflete a falta de assistência médica na adolescência, no planejamento familiar, no pré-natal e não somente no pós-parto.

Desde o ano passado, a Lei 2.566, de autoria dos deputados estaduais do Rio, Carlos Minc (PT) e Lúcia Souto (PPS), prote-

ge a mulher de experimentos que possam causar danos a sua saúde. Atualmente, todas as pesquisas, intervenções e programas de políticas públicas no estado só podem ser implementados depois de aprovados pelo Conselho Estadual de Saúde, através do Relatório de Impacto sobre a Saúde da Mulher (Rismu). Os medicamentos também só podem ser comercializados depois de aprovados pelo conselho.

O objetivo da lei é evitar que sejam comercializados medicamentos como o Norplant - anti-concepcional implantado abaixo da pele, causador de diversos problemas em várias mulheres, como cisto no ovário e nódulos nas mamas. A deputada Lúcia Souto destaca que a lei não pretende interromper pesquisas, mas evitar que as mulheres sejam cobaias. □

CADERNOS *on-line*

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

12 NÚMEROS MAIS RECENTES



Esses números podem ser obtidos junto a Editora Terceiro Mundo ou através do formulário de pedidos

E	I	P	A	Ex	S
Edições	Informações editoriais	Postal Norte-Sul	Assinatura	Expediente	Seus comentários

Home Revistas Publicações Centro de Documentação Serviços Fale conosco

Webmaster@netune.com.br

Copyright by Netune

Visite o nosso site na Internet

Http://etm. ~~netune~~.com.br

WWW.

Agora você já pode consultar cadernos do terceiro mundo pela Internet. As 12 edições mais recentes estão à sua disposição na rede mundial. Navegue e venha nos fazer companhia.

Desde dezembro, cadernos do terceiro mundo é um dos destaques do site da **Editora Terceiro Mundo** na Internet.

Fruto da parceria com a equipe da provedora Netune, o site coloca à disposição dos navegantes da rede mundial de computadores as informações básicas sobre a editora e nossas publicações.

Assim, em <http://etm.netune.com.br> você tem acesso aos temas que afetam o dia-a-dia da população dos países do Terceiro Mundo nas páginas de cadernos. No mesmo endereço, se pode acessar também as revistas **Ecologia e Desenvolvimento** e **Revista do Mercosul** e o livro de referência **Almanaque Brasil**, publicado a cada dois anos. Na página dedicada ao **Guia do Terceiro Mundo** - outro livro

de referência da editora - você pode fazer um link e viajar para o site do Chasque sediado no Uruguai, que pertence ao Instituto do Terceiro Mundo, responsável pelas edições espanhola e inglesa do Guia.

O nosso site oferece ainda informações sobre diferentes serviços da editora, como o Centro de Documentação; permite assinar as publicações via Internet; enviar comentários e sugestões; e ler artigos publicados nos últimos 12 números de cada revista, assim como conhecer o sumário da edição que está nas bancas.

Entre as nossas metas, a médio prazo, está a de possibilitar aos leitores pesquisas on-line sobre temas afins aos de nossas publicações.

Logo os navegantes poderão trocar idéias sobre os temas dos países do Terceiro Mundo diretamente com nossos editores, pois vamos incluir um serviço de chat, permitindo o contato imediato que faz a diferença da nova forma de comunicação.

INFORMAÇÃO COM QUALIDADE



Deseja conhecer as ações governamentais, a política econômica, as oportunidades de negócios no Mercosul? Leia a nossa publicação especializada, onde esses temas são tratados com imparcialidade. Focalizamos em particular os interesses dos pequenos e médios empresários do bloco, criando uma linha direta entre quem compra e quem vende: **uma verdadeira "roda de negócios"**.



CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

Em 1997, Cadernos do Terceiro Mundo completa 23 anos. Desde o primeiro número, ela busca contribuir para a formação de homens e mulheres aptos para o pleno exercício da cidadania. **A sua informação nacional e internacional não se encontra em nenhuma outra publicação brasileira.**

Revista do
Mercosul



ECOLOGIA
E DESENVOLVIMENTO

Lançada em 1991, **Ecologia e Desenvolvimento** vem sendo utilizada como leitura ou fonte de pesquisa e consulta por todos aqueles que se interessam pela preservação da vida no nosso Planeta. **Formativa e colecionável. Indicada por professores como material de apoio paradidático.**

ALMANAQUE BRASIL 97/98

Um livro de consulta imprescindível: o Almanaque Brasil constitui **uma valiosa fonte de pesquisa sobre o país em seus múltiplos aspectos.** Em Abril, será lançado o Almanaque Brasil 1997/1998, como de hábito, a nova edição não se limitará a atualizar dados estatísticos, abordando temas importantes da realidade brasileira.

**NA COMPRA ANTECIPADA DO ALMANAQUE 97/98
GANHE UM DESCONTO DE 20%**

Lançamento!

O maior compromisso que as publicações da Editora do Terceiro Mundo têm com os seus leitores



Ganhe mais 3 edições em cada assinatura de uma de nossas revistas, *Cadernos*, *Ecologia* ou *Mercosul* e ainda receba de brinde um *Almanaque Brasil 97/98*.

Obs.: A promoção do Almanaque Brasil é válida até esgotar a edição e a sua entrega será feita após o mês de Junho de 1997.

ASSINALE SUA OPÇÃO

Revista	Edições	A vista	Parcelado	Prazo
<input type="checkbox"/> ECOLOGIA + ALMANAQUE 97/98	06	<input type="checkbox"/> 36,00	<input type="checkbox"/> 2 X 18,00	1 + 1 (30d)
<input type="checkbox"/> ECOLOGIA + ALMANAQUE 97/98	09	<input type="checkbox"/> 54,00	<input type="checkbox"/> 2 X 27,00	1 + 1 (30d)
<input type="checkbox"/> ECOLOGIA + ALMANAQUE 97/98	12	<input type="checkbox"/> 72,00	<input type="checkbox"/> 2 X 36,00	1 + 1 (30d)
<input type="checkbox"/> CADERNOS + ALMANAQUE 97/98	06	<input type="checkbox"/> 33,00	<input type="checkbox"/> 2 X 16,50	1 + 1 (30d)
<input type="checkbox"/> CADERNOS + ALMANAQUE 97/98	09	<input type="checkbox"/> 49,00	<input type="checkbox"/> 2 X 24,50	1 + 1 (30d)
<input type="checkbox"/> CADERNOS + ALMANAQUE 97/98	12	<input type="checkbox"/> 66,00	<input type="checkbox"/> 2 X 33,00	1 + 1 (30d)
<input type="checkbox"/> MERCOSUL + ALMANAQUE 97/98	06	<input type="checkbox"/> 33,00	<input type="checkbox"/> 2 X 16,50	1 + 1 (30d)
<input type="checkbox"/> MERCOSUL + ALMANAQUE 97/98	09	<input type="checkbox"/> 49,00	<input type="checkbox"/> 2 X 24,50	1 + 1 (30d)
<input type="checkbox"/> MERCOSUL + ALMANAQUE 97/98	12	<input type="checkbox"/> 66,00	<input type="checkbox"/> 2 X 33,00	1 + 1 (30d)
<input type="checkbox"/> ALMANAQUE BRASIL 1997/1998	--	<input type="checkbox"/> 25,00	<input type="checkbox"/> 2 X 12,50	1 + 1 (30d)

Preencha o cupom e envie hoje mesmo!

Nome _____
 Profissão _____
 Data de Nasc.: ____/____/____ Sexo: M () F () Endereço _____
 Bairro _____ Cidade _____
 Estado _____ CEP _____ Tel.: (____) _____

Nome do Cartão de Crédito: Credicard () Visa () Américan Express () Sollo ()
 Validade _____ Número _____

Opções de Pagamento:

- ☐ Depósito Bancário (comprovante anexo) ☐ Autorizo o débito em meu Cartão
 Banco Bradesco: Ag. 2545-3 - c/c Nº 152 - P
☐ Cheque Nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda.

Assinatura _____

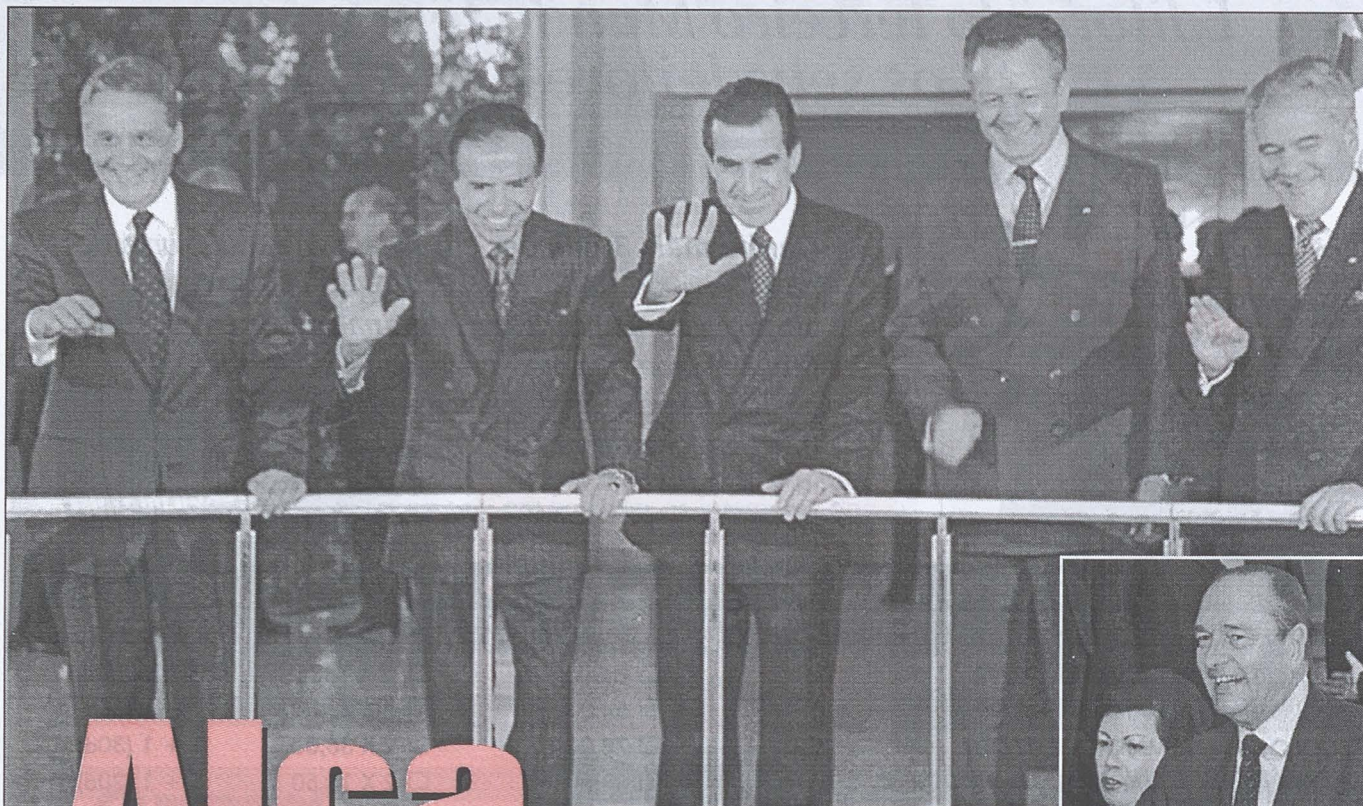
Data do Pedido ____/____/____



EDITORA TERCEIRO MUNDO LTDA.

Depto. de Assinaturas: Rua da Glória, 122 / 1º Andar - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241-180

Se preferir envie pelo Fax: (021) 252-8455 ou Telefone: (021) 221-7511



Alca,

nova Doutrina Monroe

Depois de 180 anos do lema "A América para os americanos", seu desgastado sentido libertário adquire formas cada vez mais agressivas de dominação política e econômica

Procópio Mineiro

Os Estados Unidos estão a um passo de considerarem o Mercado Comum do Sul (Mercosul) como o inimigo número um nas Américas. Têm sido duros os recados transmitidos publicamente por embaixadores e outros integrantes da administração Clinton aos governos integrantes do Mercado Comum do Sul, particularmente o Brasil.

A representante comercial da Casa Branca, Charlene Barshefsky, em depoimento no Senado norte-americano em março passado, não mediu palavras e chegou mesmo a descrever o Mercosul como algo que jamais deveria ter surgido, ao confessar que Washington não acreditou que o entendimento dos países do Cone Sul "pudesse ir tão longe", sendo hoje um bloco em plena consolidação e com o comércio em rápido crescimento.

Barshefsky acrescentou que o Mercosul é um entrave real aos interesses comerciais norte-americanos, principalmente pela pretensão do bloco em expandir-se, tendo integrado já o Chile e a Bolívia e estando próximo de atrair a Venezuela e fechar um acordo de livre comércio com o próprio México.

Neste clima de guerra fria, Belo Horizonte sediará em maio o III Encontro das Américas. Os ministros da Indústria e Comércio

Presidentes do Mercosul buscam atuar em bloco nos debates sobre a Alca e se aproximam dos europeus, de quem Jacques Chirac foi o mensageiro mais recente



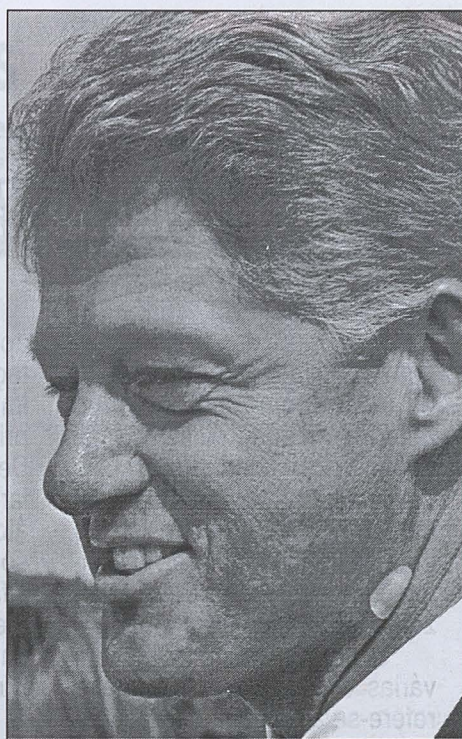
dos 34 países do continente debaterão, oficialmente, os passos para a implantação da Área de Livre Comércio das Américas - um compromisso que os presidentes assumiram em Miami, no final de 1994, com vistas a 2005, mas que os Estados Unidos decidiram agora apressar para os próximos três anos.

"O Mercosul é nossa prioridade absoluta", têm repetido o presidente Fernando Henrique Cardoso, o chanceler Luís Felipe Lampreia e o ministro da Indústria e Comércio, Francisco Dornelles.

O mais recente e forte recado veio do próprio presidente Bill Clinton e do primeiro-ministro canadense Jean Chrétien, que se encontraram na primeira quinzena de abril, em Washington. O Mercosul tem que se alinhar com os Estados Unidos e deixar de buscar entendimentos mundiais autônomos, particularmente com a União Européia, disseram.

"No ano passado, os signatários do Mercado Comum do Sul tiveram, pela primeira vez, um intercâmbio comercial com a Europa maior que com os Estados Unidos. Fomos menos agressivos do que precisamos ser", disse Clinton, ao lado de um Chrétien que se confessava muito preocupado com a corte européia aos sul-americanos, pois "preferia que eles ficassem mais direcionados para as Américas do que para outras comunidades. Precisamos tomar uma atitude".

Estranhas e pouco diplomáticas observações em plena era da globalização, saídas das bocas de dois pregadores do livre comércio. De qualquer maneira, um atestado de que a Doutrina Monroe



O primeiro-ministro canadense Jean Chrétien e o presidente Bill Clinton pressionam pelo alinhamento urgente das economias do continente ao bloco que lideram

pode estar a caminho do bicentário com um acréscimo importante: "A América para os americanos... e canadenses".

Alinhamento econômico

Com o fim da Guerra Fria, por falta de competição, o alinhamento político automático do continente com os Estados Unidos perdeu a urgência. Mas o fruto maior da nova fase - a globalização do livre mercado - chamou à cena o agora decisivo alinhamento econômico.

Daí as privatizações a favor do capital multinacional e de estatais do mundo desenvolvido; o controle dos recursos naturais estratégicos - petróleo, minerais diversos pelos mesmos capitais; e o domínio de serviços, como setores comerciais importantes, finanças, transportes, distribuição de água e luz, e a posse das telecomunicações pelos mesmos capitais dos países ricos. Em suma, como numa repetição mais sofisticada da Partilha da África, há pouco mais de 100 anos, o bloco dos desenvolvidos garante para si

mais um século de prosperidade, assumindo o controle direto das bases econômicas do Terceiro Mundo, em particular daqueles países emergentes, que estão perto de criar um novo patamar social para seus povos e de ocupar um espaço na cena política e econômica internacional.

A receita do neoliberalismo - privatização e abertura comercial plena para a invasão de importados - tem sido aceita com docilidade por estes virtuais competidores, que assim se deixam afastar de um destino melhor para suas populações, dominados por impressionante bombardeio de comunicação favorável à dita modernidade.

As aberturas estão em andamento acelerado no Brasil. Outros países, como a Argentina, praticamente já não têm do que se desfazer.

Mas, como o processo histórico não é uma linha reta, a experiência dos blocos econômicos convive com a idéia desse livre mercado mundializado a serviço dos países industrializados. Em

Uma cesta de divergências

“É inaceitável para o Brasil que o Mercosul seja diluído no âmbito da Alca, como sugerem os Estados Unidos”, disse no final de fevereiro o chanceler Luís Felipe Lampreia, quando vice-ministros faziam em Recife uma reunião prévia ao encontro marcado para Belo Horizonte em maio.

O termo inaceitável tem várias explicações. A primeira refere-se à ameaça de desaparecimento de uma experiência que se comprovou de grande utilidade para o Brasil, a Argentina, o Uruguai e o Paraguai - sócios plenos - e aos associados Chile e Bolívia. A segunda envolve uma recusa à subordinação real em relação ao Nafta, dominado pelos Estados Unidos e que se encontra em estágio de desenvolvimento muito inferior ao já alcançado pelo Mercosul.

Uma terceira razão é que o bloco do Sul tem servido de anteparo aos maus-tratos impostos pelos Estados Unidos ao comércio exterior da região, particularmente o do Brasil. Aplicado aluno das teorias da abertura comercial, o Brasil não obteve reciprocidade por parte de Washington. De credor costumeiro está se tornando devedor permanente (quase 4 bilhões de dólares de déficit em 1996) no intercâmbio com a pátria do ideário do livre comércio.

Os norte-americanos não apenas subsidiam suas exportações, como taxam, de forma impiedosa em alguns casos, os principais produtos brasileiros. Dezenas de artigos (suco de laranja, calçados, aço, açúcar, álcool, fumo, gasolina, etc.) sofrem pesados impostos alfandegários. Outros simplesmente estão proibidos de entrar naquele mercado, como frutas, carnes e pescado.

Ao mesmo tempo, com um conjunto de incentivos e subsídios a seus produtores, os Estados Unidos estabeleceram, em terceiros mercados, uma concorrência mortal a vários produtos de exportação brasileiros, como frango e óleos vegetais.

O prejuízo anual brasileiro, devido a estas práticas norte-americanas, chega a 5 bilhões de dólares, quantia relativa ao que deixa de ser exportado.



Lampreia: inaceitável abalar o Mercosul

princípio, uma contradição.

A União Européia é o exemplo mais antigo e mais sedimentado. O Mercado Comum do Sul é o mais novo e de resultados mais surpreendentes, pelo nível de sucesso em poucos anos. O Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta), que reúne os Estados Unidos, o Canadá e o México, já demonstrou a necessidade de englobar outros países do continente, como demonstra o insistente namoro com o Chile e a decisão de atrair também a Argentina.

Política de blocos

Os mercados comuns regionais abriram uma brecha nas muralhas da dominação econômica. Protagonistas isolados vêem-se confrontados por estruturas coletivas. Dessa forma, os europeus se defenderam da preponderância norte-americana e hoje disputam outra vez o mercado mundial. Simultaneamente, recuperaram todo o prestígio político que a Guerra Fria e o guarda-chuva atômico norte-americano abalavam.

Os asiáticos igualmente abriram sua brecha, de maneira quase fulminante, respaldados por um mercado regional que abriga mais da metade da população mundial.

A experiência do Mercosul apresenta, por sua vez, a diferença de que se trata de um bloco regional de economias em desenvolvimento, mas dotadas de recursos naturais suficientes para sustentar um crescimento prolongado. E os resultados positivos projetam a possibilidade de que o bloco passe a se movimentar de forma autônoma, comercial e política, o que Washington já considera, como nos exemplos citados acima, uma situação inaceitável de competição em domínios que considera propriedade sua.

As negociações para um acor-

Mercados Comuns no continente

AMÉRICA LATINA
Economia



Segunda economia do continente e décima do mundo, o Brasil lidera o Mercosul, que busca acordos com a Europa e, via Chile, planeja entendimentos com os asiáticos

do dos europeus com o Mercosul adquirem, assim, cores de desafio, na visão dos Estados Unidos.

Alca para quem?

Esta situação agravou-se com o giro mercosulista de Jacques Chirac, em março, quando o presidente francês não poupou elogios ao caminho autônomo do bloco, estimulou um estreitamento de relações com a Europa e não esqueceu de críticas diretas à postura de dominação dos Estados Unidos. Chirac chegou a propor - e foi aceita - uma reunião de presidentes e primeiros-ministros da Comunidade Européia e da América Latina em 1998, possivelmente no Rio de Janeiro, natural-

mente sem a participação dos Estados Unidos.

Semanas depois, já no início de abril, o representante da Comunidade Européia, Leon Brittain, trilhou o mesmo roteiro. Na passagem por Brasília, acenou com um entendimento Europa-Mercosul extensivo às demandas na Organização Mundial de Comércio, de modo a poupar o bloco do Cone Sul dos desconfortos de julgamentos numa instância onde os Estados Unidos exercem decisiva influência.

Neste clima de pressões e contrapressões é que o Mercosul irá ao III Encontro das Américas, onde os ministros da Indústria e Comércio de 34 países do continente (Cuba continua excluída)

discutirão a agenda da Área de Livre Comércio das Américas.

O ritmo de implantação desse superbloco, que colocaria o mercado continental inteiramente à mercê da indústria dos Estados Unidos, é o que divide as opiniões. Os países do Mercosul admitem o início do processo a partir de 2005, quando as economias regionais já deverão estar num patamar menos arriscado.

Os Estados Unidos e o Canadá, ao contrário, querem a implantação daquela área de comércio já a partir do próximo ano.

Diferenças

O Mercosul quer começar entendimentos pela eliminação das barreiras alfandegárias que prejudicam as exportações do bloco, incluindo os itens da produção agropecuária. Os Estados Unidos e o Canadá, ao contrário, querem acertar logo a livre comercialização de produtos industriais, tecnologias e reconhecimento de patentes, itens de interesse imediato para dinamizar suas exportações para a região.

Para o encontro de Belo Horizonte, os governos integrantes do Mercosul chegarão dispostos a atuar em bloco, com o respaldo do empresariado. Na 20ª Reunião Plenária do Conselho Industrial do Mercosul, em Florianópolis, os participantes pediram que os governos só negociem em bloco, de modo a preservar a força do acordo regional e as possibilidades de desenvolvimento de suas estruturas econômicas.

A incógnita, que envolve toda esta importante discussão para o futuro dos países do Sul, porém, continua sendo a adesão incondicional de governos às doutrinas da privatização, que transferem o controle dos principais recursos e meios econômicos para o empresariado externo. □

Sem final feliz

Uma operação militar treinada nos mínimos detalhes e que serviu para que Fujimori recuperasse a credibilidade, põe fim ao mais longo seqüestro da história da América Latina. Mas o saldo é trágico: 17 mortos

Com a invasão à residência do embaixador japonês em Lima e o fim, mesmo que sangrento, da crise dos reféns, o presidente do Peru, Alberto Fujimori, parece ter revertido a queda de popularidade, ao menos de forma momentânea. A surpreendente operação militar de 22 de abril permitiu a libertação de 71 das 72 pessoas que o Movimento Revolucionário Tupac Amaru (MRTA) manteve detidas por 127 dias, no maior seqüestro da história latino-americana.

A medida colocou um ponto final a uma semana negra para Fujimori. As pesquisas revelavam uma queda acelerada da aceitação popular ao governo: só 38% da população ainda mantinham a confiança no presidente. Suspeitas de escândalo comprometiam duas das mais importantes figuras da equipe do presidente: o chefe do Comando da Força Armada, general Nicolás Hermoza, e o chefe do Serviço de Inteligência Nacional, Vladimiro Montesinos.

Para a maioria dos analistas, o fracasso na solução da crise dos reféns era um dos fatores da queda da popularidade de Fujimori. O outro era o colapso de

seu programa econômico, que se expressa numa crescente inquietação social devido ao alto desemprego. O desgaste atingia também os comandos militares e a cúpula dos serviços de inteligência. O ministro do Interior, general Juan Briones, e o chefe da Polícia Nacional, general Ketin Vidal, tinham renunciado poucos dias antes do ataque à embaixada. Fontes diplomáticas acreditam que a substituição permitiu ao governo considerar esgotadas as gestões para a libertação pacífica dos reféns.

Bem de acordo com a sua personalidade, Fujimori não perdeu tempo para tirar dividendos políticos do desfecho da crise. Poucos minutos depois de terminada a operação militar, o presidente desfilava sob aplausos e com uma bandeira na mão no pequeno ônibus que conduzia os reféns.

No entanto, mesmo a euforia de grande parte da imprensa não conseguiu evitar a constatação de

que a ação não foi um sucesso completo. Custou 17 vidas. Os mortos foram um refém, o juiz da Suprema Corte de Justiça, Carlos Giusti, dois oficiais do Exército, o comandante Juan Sandoval e o tenente Raúl Giménez, além dos 14 militantes do MRTA. Vários ex-reféns foram feridos.

A exceção do chefe do grupo, Néstor Cerpa, e dois ex-universitários relativamente jovens, os demais guerrilheiros eram adolescentes (três deles mulheres) de origem camponesa e procedentes da selva amazônica peruana.

Os reféns da embaixada souberam com dez minutos de antecedência que os militares tomariam a residência para resgatá-los. A afirmação foi do único refém que não era peruano nem japonês, o embaixador da Bolívia no Peru, Jorge Gumucio.

A maioria dos 14 guerrilheiros jogavam futebol quando os estilhaços de uma granada mataram boa parte deles, segundo o embai-

AFP



Soldado se comunica com outros militares durante a libertação dos reféns do MRTA

xador. A operação militar estava planejada para durar de dez a 15 minutos, mas se prolongou por, pelo menos, 40, afirmou Gumucio.

O comando rebelde manteve Gumucio entre os prisioneiros, após libertar os demais embaixadores - com exceção do japonês - porque pretendia obter em troca a libertação de quatro membros da organização presos na Bolívia pelo seqüestro em 1995 do industrial Samuel Doria Medina.

"Todos nós aguardávamos um ataque do Exército fazia algum tempo. Mas só soubemos que iria acontecer dez minutos antes, de modo que tivemos alguma condição de nos preparar", disse Gumucio. O diplomata revelou que os reféns foram avisados porque um dos altos oficiais que estava entre os seqüestrados recebeu, de alguma forma, uma comunicação e discretamente a fez circular.

Ele explicou que o momento foi escolhido pois a maioria dos guerrilheiros estava jogando futebol no térreo. "Embaixo dessa sala estavam os túneis onde os militares espalharam explosivos. A operação começou quando voou o chão no qual eles jogavam. Imediatamente, pelos túneis adicionais, ingressaram as tropas de elite". Gumucio disse que os militares também entraram pelo segundo andar, onde estavam os reféns.

Néstor Cerpa, chefe do comando que tomou a residência do embaixador do Peru, era o dirigente em liberdade de mais alta patente do MRTA. Conhecido como o "comandante Huerta", advertiu: "Para nós não existe a palavra rendição. Se o governo não cede, começaremos a justicar os prisioneiros. Ou libertam nossos companheiros ou aqui morreremos todos." O MRTA exigia em troca dos reféns a libertação dos 458 quadros do movimento presos.

Dias depois, após libertar 38

As possíveis consequências

O porta-voz do MRTA na Europa, Isaac Velasco, afirmou de Hamburgo (Alemanha) à rede de televisão norte-americana CNN que "a força" de sua organização "ficará em evidência nos próximos dias". E acrescentou: "O MRTA não deixará impune este crime de lesa-humanidade." Velasco lembrou que Cerpa advertiu sobre novas ações que aconteceriam caso se utilizasse a força para dar fim à crise dos reféns. O porta-voz dos guerrilheiros também acusou de "assassino" o governo do Peru, pela surpreendente operação utilizada para acabar com a crise dos reféns.

As autoridades peruanas acreditam que o MRTA não tem condições de deflagrar grandes operações. Tudo não passaria de bravatas de sobreviventes de um movimento armado que está desmantelado. Mas reconhecem que há cerca de 200 militantes ainda livres que podem iniciar uma série de operações, inclusive de

caráter suicida.

Por outro lado, a ocupação da embaixada poderia ter encorajado os militantes do outro grupo armado, Sendero Luminoso, muito mais agressivo que o MRTA, a voltar à ação. Há informações sobre a reorganização do Sendero na Amazônia peruana.


Otilia Campos de Polay, mãe de Víctor Alfredo Polay, fundador do Movimento Revolucionário Tupac Amaru e que cumpre prisão perpétua, comentou o fim da crise dos reféns, chorando. "Não choro pelo meu filho. Choro pela luta, pelo que Fujimori ainda será capaz de fazer." E denunciou, mais uma vez, as condições em que estão detidos os presos. Graças às suas denúncias e de organizações de direitos humanos, as Nações Unidas estão investigando em que condições se encontram detidos os presos - políticos ou comuns - no Peru. A libertação de Polay era uma das exigências do grupo guerrilheiro morto na embaixada.

reféns e prometer que deixaria sair outros se o deixassem falar ao telefone com o líder do MRTA, Víctor Polay, detido no presídio de Yanamayo, Cerpa emitiu um comunicado, com novos objetivos políticos, inclusive a possibilidade do grupo abandonar a luta armada e se transformar em partido.

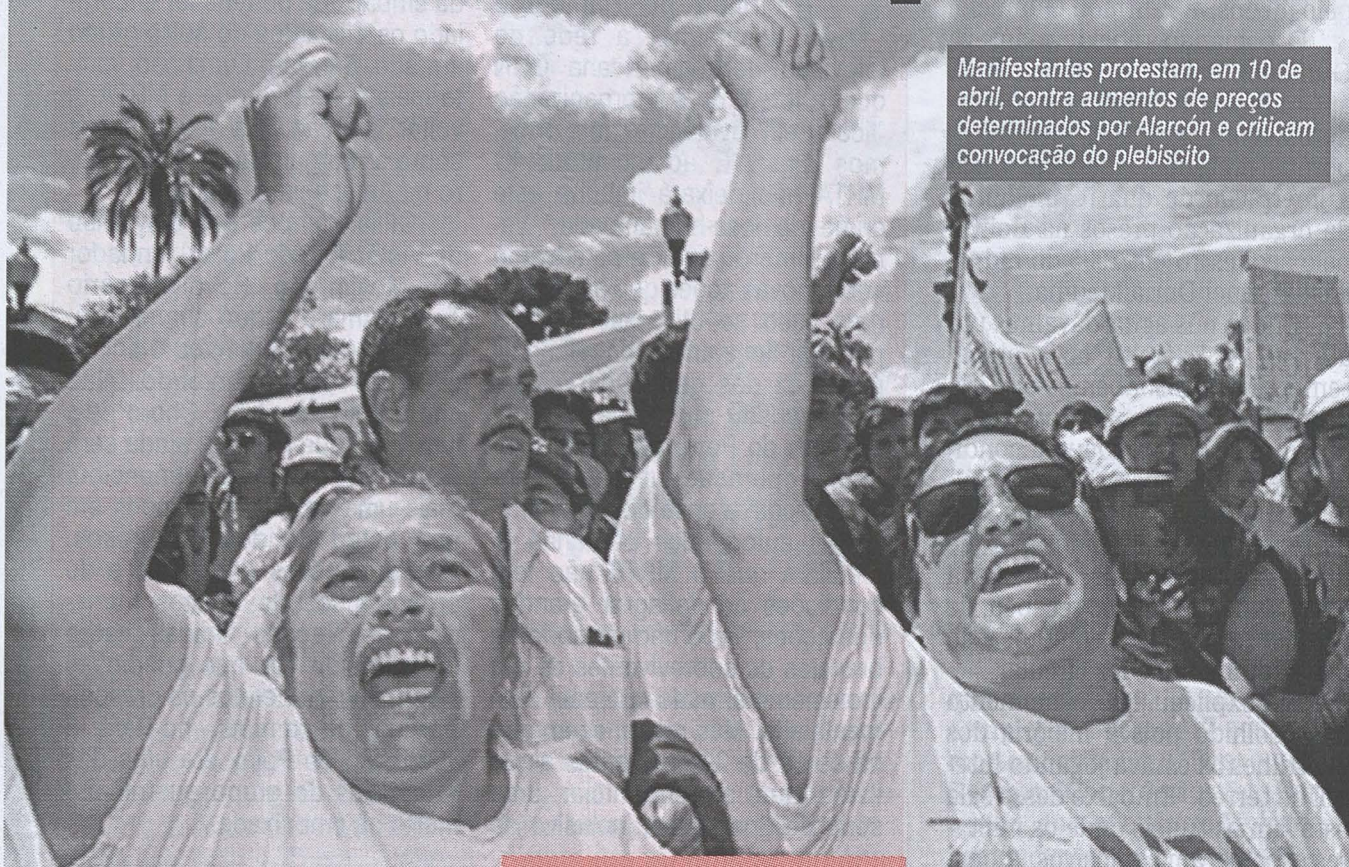
Mas Fujimori recusou a possibilidade de negociar. Respondeu que os guerrilheiros deviam entregar as armas e os reféns e então teriam a garantia de, sem nenhum dos prisioneiros políticos, poderem abandonar o país. A partir daí, os lados não cederam um milímetro na negociação.

Cerpa era o único dirigente do MRTA de origem operária, numa organização cujos demais líderes

são intelectuais. E era uma das lendas vivas do movimento, porque tinha participado em quase todas as ações armadas feitas pela organização, inclusive a primeira: o assalto a um banco.

Nascido em agosto de 1953, aderiu à luta armada depois de dirigir, em 1978, a ocupação da fábrica têxtil Cromotex, onde trabalhava, para impedir demissões. Na repressão à ocupação, que durou três meses, quatro operários morreram, inclusive o melhor amigo de Cerpa, Hemigidio Huerta. Após dez meses preso, Cerpa estava convencido de que a luta sindical tradicional não era adequada para atingir as metas a que se propunha. Tinha decidido aderir à luta armada. 

O povo tem a palavra



Manifestantes protestam, em 10 de abril, contra aumentos de preços determinados por Alarcón e criticam convocação do plebiscito

Foram contraditórias as reações à convocação de plebiscito, feita em 6 de abril pelo presidente interino Fabián Alarcón. A consulta será realizada no dia 25 de maio e consistirá de 13 extensas perguntas, que abarcam temas referentes à despolitização do sistema judiciário, reformas à lei eleitoral e a atuação do Congresso no mês de fevereiro, quando resolveu destituir Abdalá Bucaram e nomear para substituí-lo o até então presidente do Poder Legislativo, Fabián Alarcón.

Entre os que defendem a medida está dom Mario Ruiz, presidente da Conferência Episcopal Equatoriana, para quem a consul-

O presidente interino busca respaldo político através de iniciativa inédita de consulta popular aos equatorianos

ta popular é o único mecanismo constitucional, "que porá fim à crise política que vive o país desde que Bucaram assumiu a presidência, em 10 de agosto de 1996". O bispo acredita que a iniciativa se justifica plenamente, para consolidar a democracia e o governo, já que permitirá "afastar as sombras de inconstitucionalidade que pesam sobre o presidente interino, a partir da decisão do parlamento

de destituir Bucaram por incapacidade mental".

O ponto que todos coincidem é quanto ao acerto do presidente Alarcón em deixar de lado a pergunta mais polêmica, que envolvia a duração do seu mandato. Inicialmente, Alarcón havia anunciado que uma das perguntas se referia à conveniência de o governo provisório se estender até agosto do ano 2000, quando terminaria o mandato de Abdalá Bucaram.

Este item foi rejeitado por partidos de oposição, organizações sindicais e indígenas, que acusaram Alarcón de querer permanecer no poder depois de 1998, data-limite acertada nas negocia-

ções que levaram à destituição do presidente Bucaram.

A União Nacional de Educadores reconheceu o direito do presidente Alarcón de convocar a consulta e considerou que "as perguntas são oportunas e vão ao encontro da vontade do povo equatoriano de participar nos processos de transformação do país", disse Carlos Medina, presidente da organização.

Medo de manipulação

No entanto, há quem ache a consulta improcedente e inacessível para a maioria do povo. "Todas as perguntas são tão complexas que a maior parte da população não vai conseguir responder", criticou Alberto Luna, arcebispo de Cuenca, a terceira cidade do Equador. Na opinião do prelado católico, o país tem outras "necessidades econômicas, que requerem com urgência os oito ou nove milhões de dólares que vai gastar com o plebiscito", disse.

Em consonância com o raciocínio de Luna, há quem acredite que a consulta servirá ao governo para desviar a atenção da opinião pública dos graves problemas econômicos do país. As vendas

caíram, no primeiro trimestre deste ano, em mais de 20% em relação a igual período de 1996. O presidente da Câmara de Comércio de Quito, Nicolás Espinosa, reclama de "uma grande recessão econômica e um progressivo aumento do desemprego". Estudos realizados por essa entidade assinalam que em alguns setores os negócios diminuíram 50%, como no setor automobilístico, que em anos anteriores chegou a vender mais de 2.000 unidades em janeiro, contra 1.000 em 1997.

O presidente da Câmara de Indústrias de Guayaquil, Francisco Alarcón, disse que "não é de estranhar que as vendas tenham caído de forma tão significativa, porque a capacidade aquisitiva dos equatorianos diminuiu em 25% nestes meses".

A recessão vinha se prolongando desde o governo de Sixto Durán Ballén (1992-96). A situação agravou-se ainda mais nos primeiros dois meses deste ano, assim que vários setores sociais rejeitaram o plano econômico de Bucaram e lançaram uma greve nacional, que criou as condições para a destituição do presidente pelo Congresso.

Adeus à conversibilidade

O governo provisório do Equador decidiu arquivar o projeto de conversibilidade da moeda, numa iniciativa muito bem recebida pelos setores produtivos.

"Não trataremos mais do tema", disse Danilo Carrera, novo presidente da Junta Monetária, órgão dirigente da economia equatoriana, ao se referir ao plano macroeconômico proposto pelo governo de Abdalá Bucaram, destituído em 6 de fevereiro passado. O sistema de bandas cambiais e a livre fixação das taxas de juros, que começaram a vigorar durante o governo conservador de Sixto Durán Ballén (1992-96), permanecerão vigentes e o Banco Central continuará a controlar a liquidez do mercado. "Seria uma loucura aplicar a conversibilidade num país que não tem hiperinflação", disse Pablo Grijalva, gerente da Associação de Pecuáristas da Serra. O plano de livre conversão proposto por Bucaram era calcado no argentino, de 1991, que fora utilizado para combater a inflação de quatro dígitos pelo ex-ministro de Economia, Domingo Cavallo, contratado como assessor pessoal de Bucaram.

A decisão do governo do presidente Fabián Alarcón de revogar as medidas econômicas adotadas por Bucaram "devolveu a tranquilidade aos setores produtivos do país", disse Gustavo Pinto, presidente da Câmara de Indústrias de Pichincha, província onde se localiza Quito, a capital.



Maior exportador de bananas, o Equador sofre com problemas econômicos crônicos

Tudo na estaca zero

Medidas unilaterais da administração Netanyahu criam condições à retomada da violência e lançam dúvidas sobre a continuidade dos acordos de paz

Mohamed Salem

A 12ª Conferência Ministerial do Movimento de Países Não-Alinhados (Noal), que terminou no dia 8 de abril em Nova Délhi, capital da Índia, fez uma exortação para o congelamento internacional de relações com Israel, como contribuição ao processo de paz no Oriente Médio. A declaração oficial, aprovada por mais de 70 ministros e dezenas de vice-ministros e altos funcionários da África, América Latina e Caribe, Ásia e Europa, convocou os 113 países do Movimento Não-Alinhado "a deixar em suspenso os vínculos com Israel e utilizar todos os meios disponíveis" para obrigar o governo de Benjamin Netanyahu a respeitar "os compromissos assumidos pelas partes envolvidas nas negociações de paz".

A reunião, à qual assistiu o presidente da Autoridade Nacional Palestina (ANP), Yasser Arafat, chegou à conclusão de que as atitudes do governo de Israel "obrigarão os não-alinhados a tomar medidas apropriadas".

A construção de 6.500 casas para judeus em Jabal Abu Ghoneim, na zona árabe de Jerusalém - denominada Har Homa pelos israelenses, foi um dos pontos mais debatidos da reunião¹.

Na sua intervenção, o presidente da Palestina fez um apelo aos países ali representados, para "salvarem Jerusalém do horror da ocupação e dos assentamentos". Ad-



Arafat quer impedir a ocupação da parte árabe de Jerusalém pelos israelenses

vertiu que a construção das moradias não só viola os acordos de paz firmados em Oslo, em 1993, como visa a diluir a identidade árabe da parte oriental da Cidade Santa.

Nas palavras de Arafat, os novos assentamentos "buscam mudar o conceito sobre o qual está baseado o processo de paz". Fazem parte da estratégia de bloqueio israelense das áreas governadas pela ANP, o que qualificou de "catástrofe para a jovem economia palestina". A medida já estaria causando perdas diárias de sete e nove milhões de dólares.

Na declaração final, os países não-alinhados pediram a convocação de sessão de emergência da Assembleia Geral da ONU, para deter "todas as medidas e ações sobre Jerusalém" por parte do governo de Israel. Também exigiram dos países que integram a ONU o congelamento dos acordos

com empresas israelenses, privadas e públicas, comprometidas com essas atividades.

A atitude dos não-alinhados reforça as gestões do representante da Autoridade Nacional Palestina na ONU, Nasser al-Kidwa. Ele exortou as Nações Unidas a convocarem uma sessão de urgência da Assembleia Geral.

O presidente norte-americano, Bill Clinton, rejeitou a construção das residências em Jabal Abu Ghuneim, admitindo que modificam a composição demográfica de uma zona em disputa entre israelenses e palestinos. Mas disse que a ONU não deve intervir na polêmica.

A chanceler da Colômbia e presidenta em exercício dos Não-Alinhados, Maria Emma Mejía, em nome dos países do bloco, manifestou ao secretário-geral da ONU, Kofi Annan, seu desejo de que a Assembleia Geral seja convocada. "Acompanhamos a deterioração do processo de paz no Oriente Médio com profunda preocupação. E pedimos que seja paralisada, de imediato, a construção do assentamento israelense em Jabal Abdul Ghoneim, em Jerusalém Oriental", disse Mejía.

Os esforços de Arafat

Antes da desastrada decisão de construir um bairro judeu em Jerusalém Oriental, Israel estava experimentando uma longa trégua de parte do Hamas e outras organizações armadas similares. Poucos questionam o fato de que essa paz fugaz foi fruto mais dos esforços pessoais de Yasser Arafat que de medidas provenientes da administração israelense.

Arafat fez o melhor que pôde para implementar sua parte do Acordo de Oslo e fazer possível a paz com Israel. Mas o ponto central do acordo, e pré-requisito para a cooperação do povo palestino, é

hoje, como foi ontem, o conceito de terra por paz. A rejeição do governo de Netanyahu a esse critério deixou o presidente palestino numa difícil situação: todos os grupos árabes radicais, que desde o início ficaram contra os acordos de Oslo, voltaram-se contra a Autoridade Palestina e contra Israel.

O *premier* Netanyahu estava brincando com fogo. O líder palestino fez reiteradas advertências sobre os riscos que a paz - já por si precária - iria enfrentar, mas foi em vão. Como consequência da intransigência israelense, o Hamas encontrou um caldo de cultura para reaparecer. Novas operações suicidas foram lançadas, em resposta à decisão de adensar a presença israelense em Jerusalém Oriental, capturada na guerra de 1967.

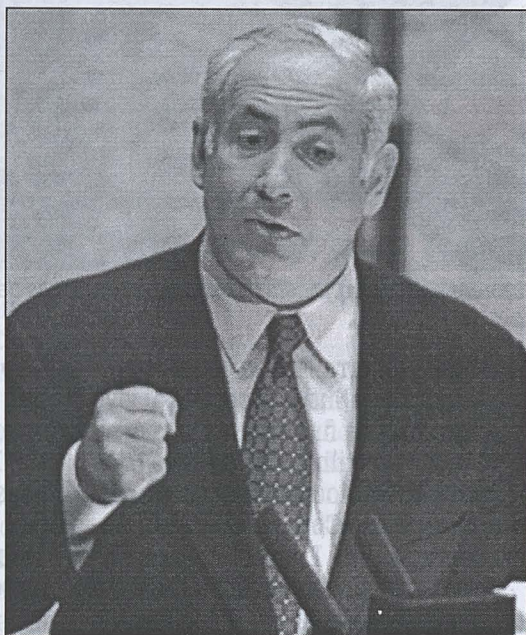
Antes da iniciativa de se construir o bairro judeu, os habitantes palestinos da Cidade Santa já tinham enfrentado uma política de hostilidade destinada a afastá-los de seus lares. Rigorosas fiscalizações de documentos de identidade, pagamento de impostos, de contratos de trabalho, renda e outros foram iniciadas. Cada imperfeição nos papéis foi explorada como motivo para caçar o direito de morar na cidade.

Nesse clima, aconteceu o primeiro desafio de Netanyahu: a ordem de abrir um túnel sob a Mesquita de Al-Aqsa, o lugar mais sagrado da cidade para os muçulmanos. A iniciativa teve por resposta forte violência.

Agora, o governo decide construir as 6.000 moradias para judeus no bairro árabe Jabal Abu Ghoneim. Em termos demográficos, esta decisão equivale a aumentar em 30.000 pessoas a população israelense de Jerusalém Oriental. Ao mesmo tempo, os pales-

tinós são proibidos de construir em 50% do território palestino em Jerusalém. Desde 1967 foram levantadas em Jerusalém Oriental 38.000 moradias para judeus e apenas 555 para palestinos.

A recente decisão a respeito de Jabal Abu Ghoneim foi interpretada - como lembra o jornalista e produtor de televisão palestino Yousef Ahmed, representante de Anistia Internacional em Gaza



Netanyahu: colocando em risco a paz e questionado politicamente acusações de tráfico de influência

- como tendo por único objetivo frustrar a parte fundamental do acordo negociado entre o representante palestino Mahmoud Abbas e o israelense Yossi Beilen. O entendimento reconhecia o direito do povo palestino ao estabelecimento de um Estado, cuja capital seria a parte oriental de Jerusalém.

Netanyahu estaria buscando, portanto, fragmentar o futuro Estado palestino, instalando assentamentos e construindo rodovias que o cruzam.

A partilha da Cidade Sagrada não parece constar da agenda do primeiro-ministro israelense. Mas a aceitação da sua estratégia também não faz parte das intenções dos palestinos. Eles insistem em seus direitos sobre Jerusalém e reafirmam que não haverá paz sem um compromisso claro de parte do governo israelense em aceitar os limites históricos da cidade. □

¹ Os ministros e representantes dos países não-alinhados também estudaram, em Nova Délhi, a reforma da Organização das Nações Unidas (ONU), o desarmamento nuclear, o impacto da "globalização" no Terceiro Mundo e a reorganização dos não-alinhados. A próxima reunião de chefes de Estado e de governo deste grupo se celebrará na África do Sul, em 1998

O 'Bibigate'

A oposição israelense e uma associação civil que luta contra a corrupção entraram na Suprema Corte com pedidos de acusação formal contra o *premier* Benjamin Netanyahu. E o Partido Trabalhista, do ex-primeiro ministro Shimon Peres, exige a renúncia do primeiro-ministro, afirmando que o seu governo está condenado politicamente.

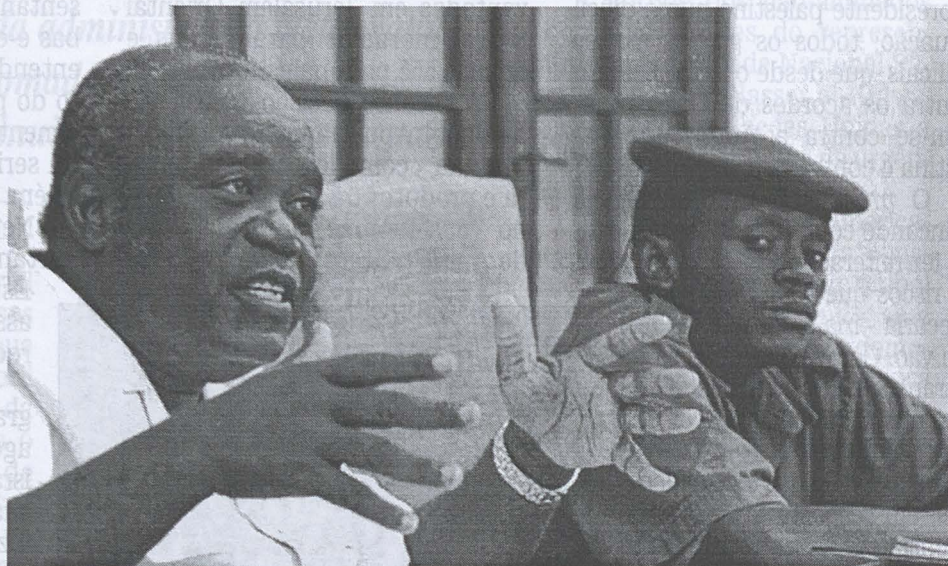
O escândalo, o pior já enfrentado pelo governo conservador israelense, está sendo chamado de "Bibigate", em referência ao apelido de Netanyahu, Bibi,

e surgiu quando foram tornadas públicas evidências de que o *premier* teria nomeado Roni Bar-On para o cargo de procurador-geral, em troca do apoio do partido religioso Shas para a retirada israelense de Hebron. O líder do Shas, Aryeh Deri, está sendo processado por corrupção. Há suspeitas de envolvimento de Bar-On. A nomeação estaria tipificada no crime de tráfico de influências.

Netanyahu reconhece que cometeu um erro, mas não um crime, ao aceitar essa barganha política, que lhe fora sugerida por assessores. Mas já anunciou que não pretende renunciar.

Começa a era pós-Mobutu

Ante o avanço das forças rebeldes, o ditador do Zaire rejeita a renúncia aconselhada pelos Estados Unidos e entrincheira-se em Kinshasa, alvo final que a guerrilha quer conquistar em junho



Laurent Kabila (esq.) lidera as Forças Democráticas de Libertação do Zaire-Congo (AFDL)

Maurício de Assis

No dia 4 de abril, os rebeldes de Laurent Kabila conquistaram mais um dos grandes centros zairenses, Mbuji Mayi, capital da província de Kasai Oriental, cuja economia se baseia, em grande parte, nas atividades de extração de diamantes, em que atuam empresas estrangeiras. No mesmo dia, sua representação chegava a Pretória, na África do Sul, para o início de negociações com o governo de Mobutu, patrocinadas pelas Nações Unidas e a Organização de Unidade Africana.

No dia 9, surpreendentemente a guerrilha tomou Lubumbashi, a segunda cidade do Zaire, sem encontrar a encarniçada resistência que esperava e que as tropas de Mobutu prometiam. Kinshasa, a capital, tornou-se o alvo imediato.

Envelhecido, recém-operado de câncer na próstata e já de pouca utilidade para o esquema ocidental que o sustentou por

toda a Guerra Fria, o general-presidente Mobutu Sese Seko vive um clima de fim de festa.

A guerrilha da Aliança das Forças Democráticas para a Libertação do Congo-Zaire (AFDL), liderada por Laurent-Désiré Kabila, de formação socialista, já domina metade do país e suas principais áreas econômicas, como a do cobre, no sul do país, principal produto de exportação. Os guerrilheiros são recebidos como libertadores nas cidades em que entram. A população se sente aliviada com a partida das tropas governamentais, que jamais recuam sem antes saquear os lugares que deveriam defender. A decomposição dos exércitos de Mobutu demonstra a agonia do regime, que já se prepara para uma batalha final em Kinshasa, a capital. Figurões do regime e até filhos de Mobutu já estão se fixando em Brazzaville, capital do vizinho Congo e cidade que fica a 10 quilômetros de Kinshasa.

A internacionalização do con-

flito seria uma das saídas do regime, pois levaria a algum tipo de intervenção dos Estados Unidos, da França ou mesmo da ONU, aliás, já sugerida pela Casa Branca. Em qualquer das hipóteses, Mobutu seria beneficiado e ganharia tempo.

Isolamento e agonia

Os dados para essa internacionalização do conflito ainda existem, pois Kabila é ajudado pelos governos de Uganda, Ruanda e Burundi, que retribuem, assim, seguidas intervenções zairenses em seus assuntos internos.

Mobutu, por sua vez, conta com o apoio expresso da França e Bélgica e, formalmente, dos Estados Unidos. Oficialmente, a posição do Departamento de Estado é a de que o presidente zairense ainda tem um papel a exercer num processo de transição, como disse o subsecretário George Moose.

O Governo Clinton, contudo, faz gestões para que Mobutu

renuncie e na pressão utiliza os governos do Marrocos e do Gabão. Após a inesperada tomada de Lubumbashi, o porta-voz da Casa Branca, Mike McCurry, comentou oficialmente que os EUA empenhavam-se por "uma transição ordenada, que estabeleça um governo que funcione em nome do povo do Zaire". Fora dos microfones, McCurry resumiu: "Mobutu já era".

No campo diplomático, uma mudança decisiva e fatal. Washington, sustentáculo e aliado em ações de desestabilização contra governos vizinhos, atesta a inviabilidade de manter o governo que tantos serviços lhe prestou. Sali Booker, diretor de Assuntos Africanos do Conselho de Relações Exteriores dos Estados Unidos, disse com todas as letras: "É hora de Mobutu sair. Prolongar seu regime é perigoso".

Mobutu tem a ajuda de forças mercenárias compostas por sérvios-bósnios e croatas - desmobilizados da guerra da Bósnia, devido aos acordos de paz - e contratados através de oficiais franceses e belgas que integram as forças de paz naquela parte da antiga Iugoslávia. Conta, ainda, com a ajuda da Unita angolana, de Jonas Savimbi, personagem importante de desestabilização contra o governo de Luanda e apoiado pelos governos dos Estados Unidos, da África do Sul, no período do *apartheid*, e do próprio Zaire - que manteve, durante largo período, sua própria guerrilha antiangolana, a Frente Nacional de Libertação de Angola, de Holden Roberto, genro de Mobutu.

A difícil paz em Angola, sempre ameaçada pelos recuos de Savimbi nos diversos acordos que assina, poderia ser alcançada com a vitória de Kabila, segundo

avaliam setores diplomáticos. Abatido o regime de Mobutu, a Unita de Savimbi perderá a retaguarda e será obrigada a enquadrar-se na paz negociada ou desaparecer. "A última batalha de Angola poderá estar sendo travada no Zaire, nestas próximas semanas", comentam estas fontes. A propósito, a Unita aceitou afinal integrar a administração angolana com quatro ministérios, medida prevista nos acordos de paz e sempre retardada por Savimbi (leia nota à pag. 28).

Em Kinshasa, soldados americanos e franceses já aguardam para retirar seus concidadãos

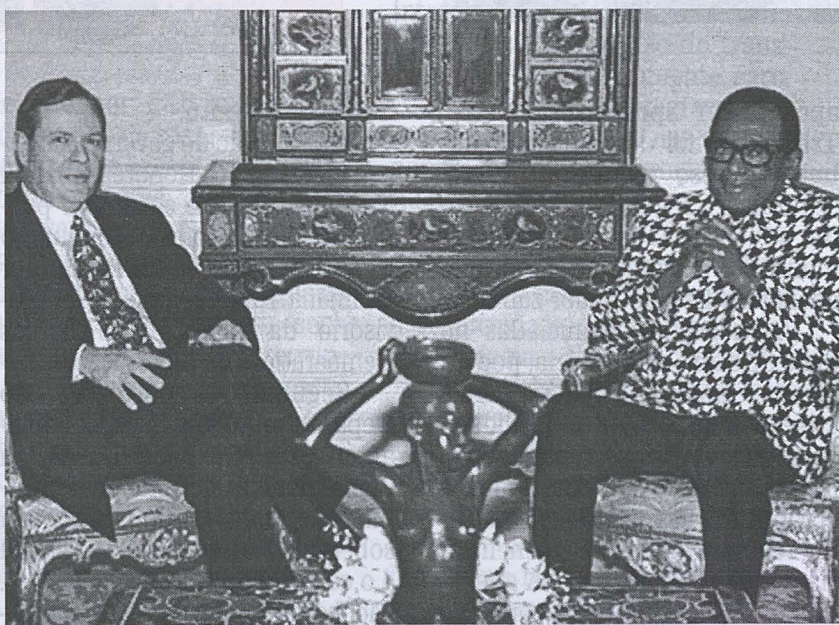
Os Estados Unidos já advertiram que é imprescindível "manter a unidade territorial do Zaire", país que consideram como "ponto de equilíbrio político na África Central".

Manter o poder

A arrancada militar rebelde, a partir de setembro, foi acompanhada de longe por Mobutu. Estava muito doente e passou alguns meses na França, onde se operou e depois convalesceu até fins de março, quando retornou a um Zaire já parcialmente em poder de Kabila.

Ao chegar, fez uma manobra surpreendente: nomeou primeiro-ministro seu maior adversário político, Etienne Tshisekedi, no começo de abril, e passou a comportar-se apenas como um chefe de Estado, deixando o primeiro-ministro agir com inteira liberdade. Tshisekedi, logo no primeiro dia no cargo, demitiu todo o gabinete mobutense, nomeou ministros de oposição e ofereceu nada menos que seis cargos ministeriais às forças de Laurent Kabila, inclusive o Ministério da Defesa.

Kabila sequer considerou a hipótese e Tshisekedi perdeu a utilidade de gerar um acordo palaciano. Assim, uma semana

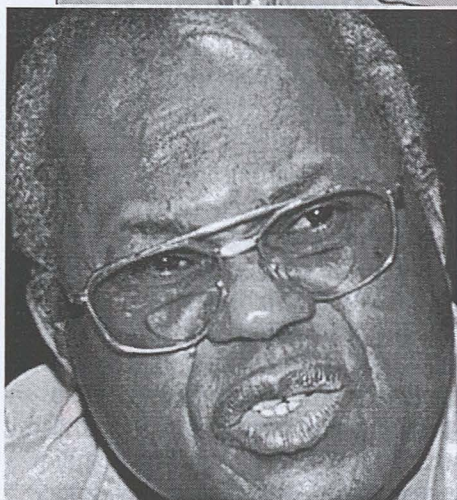


Mobutu está cada vez mais só, pois os EUA já o pressionam para que deixe o poder

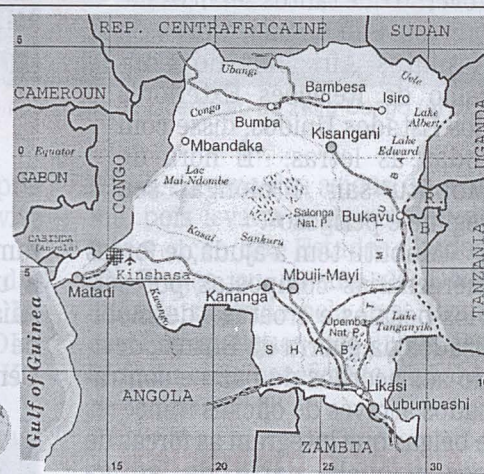


Na foto ao lado, o chanceler zairense Kamanda wa Kamanda (esq.) cumprimenta o representante rebelde Bizimana Karaha (abaixo), no início das negociações em Pretória. Por enquanto, só um acordo, o de que não interessa aos dois lados o desmembramento do Zaire

Adversário do regime, o político Etienne Tshisekede (foto abaixo) foi elevado a primeiro-ministro para patrocinar uma pacificação que a guerrilha não admite, enquanto Mobutu mantiver o poder. Afastou os mobutistas do gabinete e foi logo demitido e preso. Seus partidários têm feito manifestações em Kinshasa



O Zaire é um dos países mais populosos da África, com quase 45 milhões de habitantes. Também é um dos maiores (2.344.885 km²) e mais ricos, com enormes jazidas de cobre, petróleo, pedras preciosas, em particular diamantes, e metais não ferrosos



após virar primeiro-ministro, Tshisekede foi demitido por Mobutu e preso "para sua própria segurança", segundo a explicação do governo. O novo primeiro-ministro é Lukulia Bolongo, que chefiava o Estado-Maior zairense.

As negociações iniciadas no dia 6 de abril, em Pretória, podem oferecer uma saída política para a crise zairense. Mas a facilidade com que as forças rebeldes vão dominando o país certamente complicará um acordo. A guerrilha rejeita trégua, o que beneficiaria o regime de Mobutu. A guerrilha estabeleceu como condição primeira para um acordo o afastamento de Mobutu.

mento de Mobutu.

A delegação do governo zairense é chefiada por Honoré Ngbanda Nzambo, sobrinho e assessor político do ditador zairense, enquanto a dos rebeldes é liderada por Bizimana Karaha, o chanceler provisório da Aliança das Forças Democráticas de Libertação.

Segundo o porta-voz do Departamento de Estado norte-americano, Nicholas Burns, "a única maneira de reforçar a estabilidade política do Zaire, sua soberania e integridade territorial é o cessar-fogo com negociações". (Ao fecharmos esta edição, as negociações estavam em curso, em

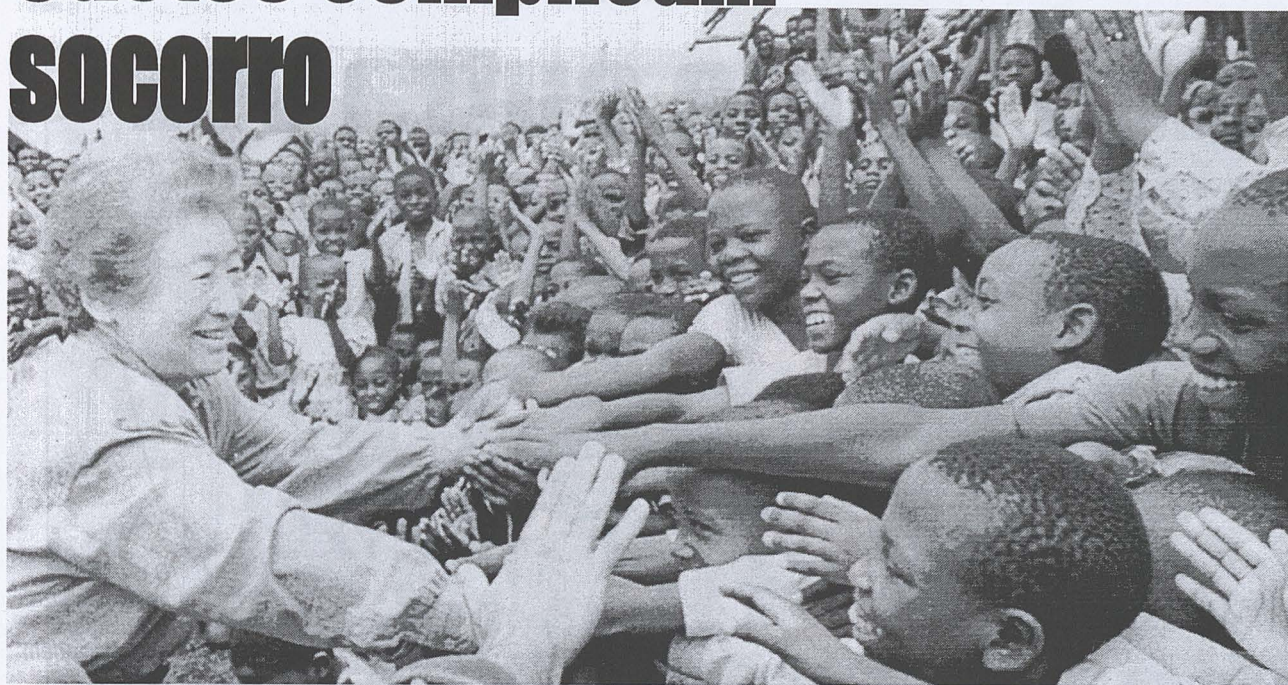
Pretória, mas sem cessar-fogo).

Burns considerava que o país estava cercado por inimigos, que estariam exercendo um papel agressivo e desestabilizador, e anunciava que os Estados Unidos não aceitariam o desmembramento do Zaire, um tradicional peão da política norte-americana de desestabilizar governos esquerdistas e nacionalistas naquela região africana.

Segundo fontes diplomáticas, as potências não imaginavam que os rebeldes de Kabila pudessem ir tão longe. "Agora, precisam rever o quadro e decidir se permitem a Kabila alcançar seus objetivos e em que condições."

Custos complicam socorro

ÁFRICA
Refugiados



Guerras civis misturam lutas políticas e tribais na África e tornam-se o calvário de centenas de milhares de pessoas, como no caso dos ruandeses fugidos de sua própria guerra e alcançados pela guerra do Zaire, país onde tentaram encontrar um refúgio seguro e enfrentam incertezas até para receber socorro da ONU

Os dramas africanos não apenas se repetem, mas atingem sempre proporções alarmantes. Se no nordeste do continente há guerra civil e seca, no centro-sul a guerra civil combina-se com deslocamento de refugiados e, de novo, doenças e fome.

O socorro alimentar às centenas de milhares de refugiados ruandeses no leste do Zaire está agora correndo perigo, segundo dirigentes do Programa Mundial de Alimentos, da Organização de Alimentação e Agricultura da ONU.

Os acampamentos se situam nas proximidades das cidades de Tingi Tingi, Amisi, Lubutu e Xabunda. As dificuldades se prendem tanto a questões de segurança, devido à própria guerra civil zairense, quanto às más condições de acesso aos locais onde as multidões estão refugiadas. Isto vem obrigando o organismo a recorrer ao transporte aéreo, mul-

Ruandeses deslocados também enfrentam os problemas causados pela guerrilha zairense que combate Mobutu

tiplicando por dez seus gastos com o serviço de socorro.

A diretora executiva do PMA, Catherine Bertini, teme que os custos venham a interromper o fluxo da ajuda que sua agência e diversas outras prestam àquelas populações, tangidas de seus lares pela guerra. Uma interrupção dos fornecimentos representaria quase uma condenação à morte por inanição daquelas pessoas, começando por crianças, velhos e doentes.

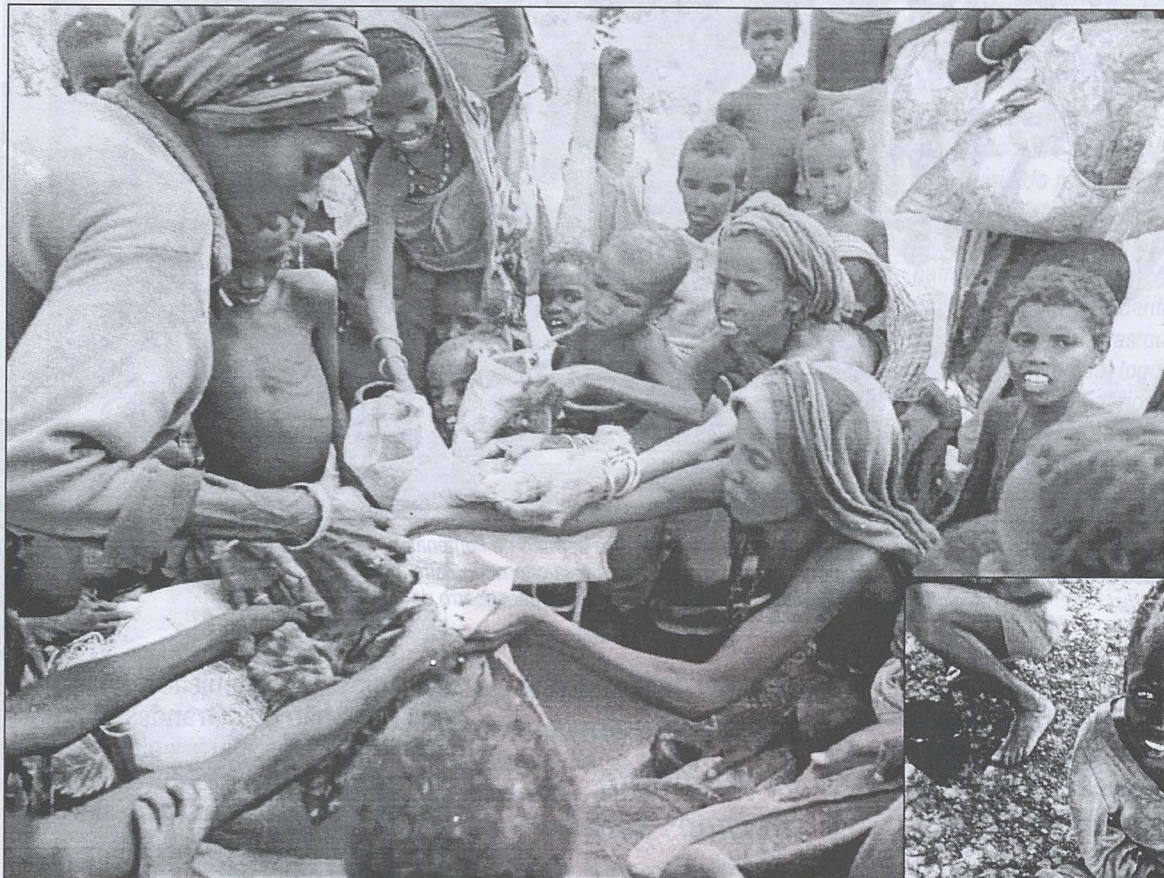
Catherine Bertini explica que o PMA paga 185 dólares por tonelada para transportar comida - por caminhão ou trem - até os

centros de distribuição localizados na região dos Grandes Lagos africanos. Mas para colocar as mercadorias no leste do Zaire ao alcance dos ruandeses deslocados, o custo sobe para 1.600 dólares por tonelada. As estradas intransitáveis, naquela região de selvas, obrigam ao uso do transporte aéreo, extremamente caro. A solução estaria no regresso dos refugiados ao seu país, mas as condições de segurança continuam precárias.

“As agências humanitárias não podem resolver esta questão. Faz-se urgente o trabalho diplomático e a generosidade dos países doadores”, reclama a dirigente do PMA.

A maioria dos refugiados são ruandeses de etnia hutu, que deixaram seu país após o triunfo dos rebeldes tutsis, em julho de 1994. Temiam a vingança do novo governo, pois o deposto regime dos hutus fora responsável pelo massacre de quase um milhão de pessoas, a maioria tutsis. (PM)

Fome ronda outra vez



O clima
hostil penaliza
populações
que dependem
da ajuda
internacional



Etiópia, Eritreia, Quênia, Somália e Sudão sofrem os devastadores efeitos da seca

O ano de 1997 não trouxe boas novas para milhões de habitantes dos países da África Oriental, castigados pelos rigores do clima desde meados de 1996. Autoridades locais e setores internacionais envolvidos com a assistência alimentar temem que se verifiquem, outra vez, os horrores da fome registrados na década passada e nos primeiros anos da atual.

Funcionários da autoproclamada República de Somalilândia (que luta por se separar da Somália) e representantes da

ONU, em Hargeisha, capital da província rebelde, já solicitaram a ajuda internacional para a região: poços secaram e atividades econômicas, como a pecuária, estão em colapso com o desaparecimento dos pastos. Magdi Dawabi, representante do Fundo das Nações para a Infância (Unicef) e um dos participantes do encontro, assinalou que é preciso buscar soluções duradouras, uma vez que as secas têm ocorrido quase anualmente. O clima semi-árido da região recebe menos de 400 mm/ano de chuvas em praticamente metade desses territórios,

que somam 5,2 milhões de km².

A Autoridade Internacional para o Desenvolvimento (Igad), órgão regional que agrega o Djibuti, Etiópia, Eritreia, Quênia, Somália, Sudão e Uganda, considera que a segurança alimentar da região está ameaçada.

Estado de calamidade - "A sub-região é propensa a secas graves e recorrentes, que afetam a agricultura e a pecuária, principais meios de subsistência da maioria dos seus 130 milhões de habitantes", constatou o secretário-



As crianças africanas são as maiores vítimas da fome e das doenças

Na região de atuação do Igad, já no ano passado seis milhões de pessoas dependiam do socorro alimentar internacional



rio-executivo do Igad, Tkeste Ghebray, em recente conferência em Nairóbi, capital do Quênia. Neste país, a colheita de milho perderá 200 mil toneladas em relação à do ano passado e não passará de 2,1 milhões de toneladas. O presidente queniano, Daniel Arap Moi, até agora tem resistido a declarar calamidade pública na província do noroeste, na fronteira com a Somália, embora, na opinião de setores políticos do país, a medida se imponha há muito tempo. O reconhecimento oficial do estado de calamidade abriria as portas para a ajuda humanitária internacional, principalmente o envio de alimentos às comunidades afetadas.

Na região de atuação do Igad, já no ano passado seis milhões de pessoas dependiam do socorro alimentar internacional, envolvendo tanto os atingidos pela seca, quanto populações migrantes por motivos de guerras e conflitos. As causas políticas, segundo o secretário-executivo do Igad, atormentam as populações da

área há mais de 15 anos, o que, somado a planos econômicos fracassados, faz recuar a produção agropecuária, enquanto a população continua a aumentar.

O Sudão é um exemplo de país atingido pela natureza e pelos conflitos políticos. Em janeiro, cinco mil sudaneses penetraram na Etiópia, fugindo ao mesmo tempo da seca e dos efeitos da luta entre tropas do governo e rebeldes do Exército Popular de Libertação do Sudão. Há cerca de dez anos, centenas de milhares de sudaneses morreram de fome. A Associação para Ajuda e Reabilitação do Sudão, braço político do EPLS, já advertiu que, neste ano, a crise alimentar tende a repetir a de dez anos atrás, quando 300 mil pessoas morreram de inanição no país.

Na Etiópia, com renda anual per capita de apenas 110 dólares, cerca de 25 milhões de pessoas (45% da população) vivem abaixo da linha de pobreza (um milhão de mortos por fome em 1984). Os

agricultores não dispõem de terra arável em quantidade suficiente para garantir a própria subsistência e, conseqüentemente, está longe de suas possibilidades o acesso a equipamentos que melhorem sua produtividade.

Dados da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) indicam que em toda a África a crise alimentar é intensa, o que explica a desnutrição crônica de que padecem cerca de 215 milhões de africanos (40% da população do continente). "Este número poderá subir a 265 milhões até 2010, se não forem tomadas as providências adequadas para modificar a atual situação", assinala Abdur Rashid, chefe do Sistema de Informação da FAO. "A menos que se realizem contribuições excepcionais de ajuda alimentar, é provável que, em vários países africanos, grande parte da população padecerá por falta de comida suficiente", adverte.

(Procópio Mineiro) □

Corrupção abala integração

Mercado Comum da África Oriental e Austral (Comesa) entra em crise ante denúncias contra o secretário-geral do bloco

Lewis Machipisa

O futuro é incerto para o bloco econômico que reúne 20 países, entre os quais se encontram algumas das mais pobres nações africanas. Formado quatro anos atrás e disputando espaço político com a mais antiga e sólida Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADCC), o Comesa entrou em área de turbulência séria, quando seu secretário-geral, Binga wa Mutharika, foi formalmente acusado de malversação de fundos, na reunião ministerial realizada na Zâmbia, no final de janeiro.

Os 20 associados compareceram a essa reunião: Burundi, Ilhas Comores, Djibuti, Eritreia, Etiópia, Quênia, Madagascar, Ruanda, Ilhas Seicheles, Somália, Sudão, Uganda e oito dos 12 membros da SADCC que também o integram - Angola, Lesoto, Malaui, Ilhas Maurício, Namíbia, Suazilândia, Tanzânia, e Zâmbia.

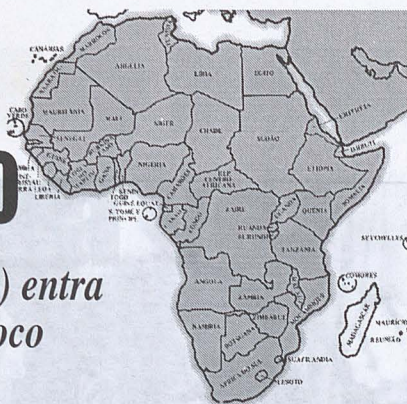
Uma comissão ministerial vai investigar as denúncias apresentadas por funcionários do organismo contra o secretário-geral. Elas envolvem má utilização dos recursos da entidade e uso político do cargo para objetivos pessoais, pois Binga wa Mutharika tentou chegar à presidência do Malaui apoiando-se na influência de sua posição no Comesa. A crise, aparentemente, pode ser afastada com a substituição do secretário-geral, mas as denúncias vieram agravar problemas e debates que põem em causa a própria finalidade da organização.

O Mercado Comum da África Oriental e Austral foi criado a partir da composição da antiga Área Preferencial de Comércio (Preferential Trade Area/PTA), fundada em 1981 por 22 países do Leste e Sul da África. Mas, além de compartilhar membros com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, o Comesa também conflita com aquela comunidade quanto aos objetivos gerais, praticamente iguais.

A SADCC surgiu em 1981, com o objetivo de promover o desenvolvimento da África Austral fora da influência da economia regional dominante, a do então regime de minoria branca da África do Sul. Além das oito nações já citadas, integram-na hoje a própria África do Sul - admitida após o fim do apartheid, com a subida de Nelson Mandela ao poder - mais Botsuana, Moçambique e Zimbábue.

Menor e mais ágil, a SADCC está atraindo opções de países que integram as duas organizações. Assim, o Lesoto já anunciou seu desligamento do Comesa e a Namíbia já marcou o afastamento para o final do ano, segundo comunicado de seu ministro da Indústria e Comércio, Wilfred Amvula. Moçambique chegou a assinar a ata de fundação do Comesa, mas não vem atuando na organização, nem pretende fazê-lo, conforme assegurou seu chanceler, Leonardo Simão.

Segundo o namibiano Amvula, o Comesa "mantém-se inativo" em comparação com a SADCC, "a qual vem promovendo de modo eficaz o comércio, a integração e

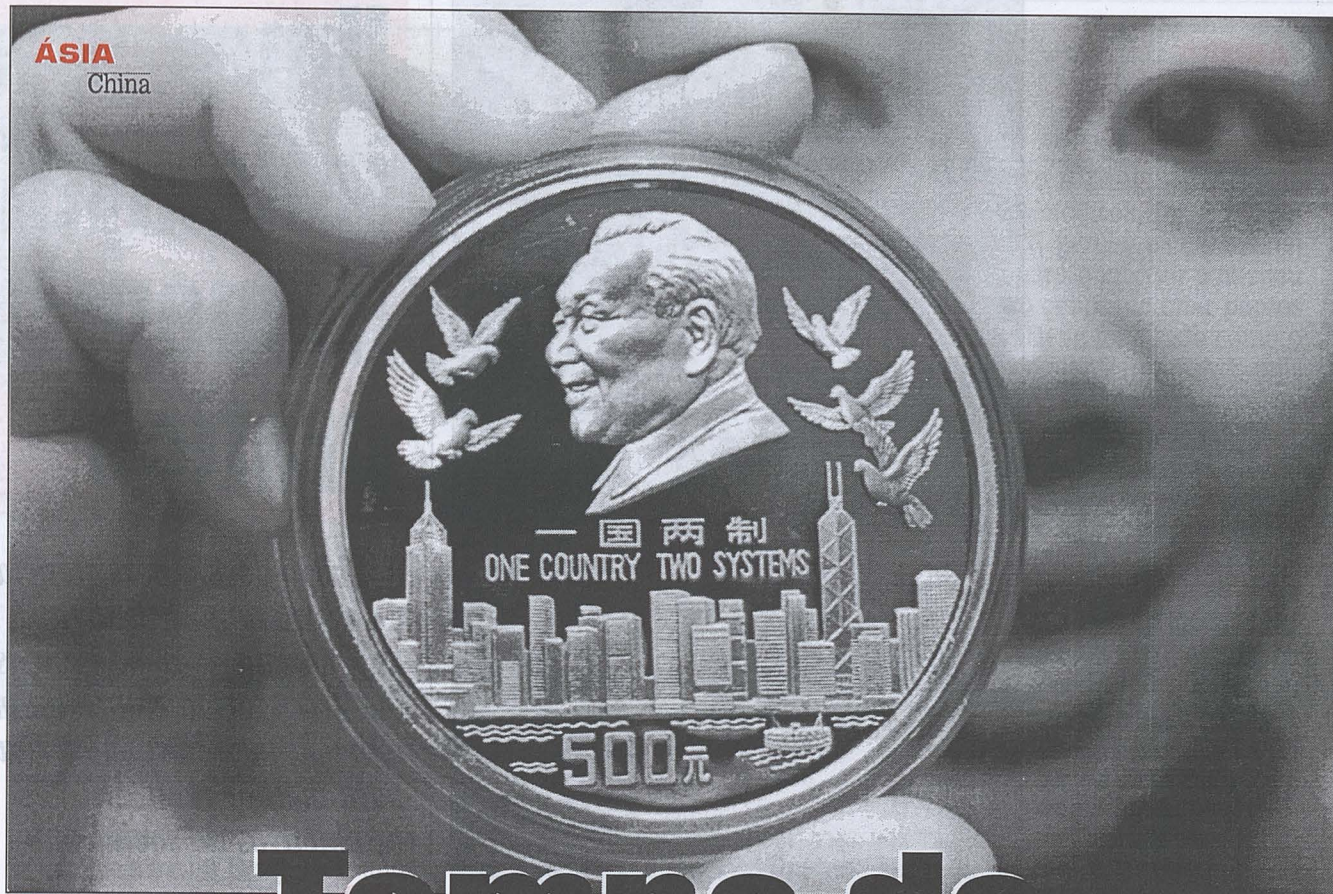


a cooperação". O economista zimbabuano Tony Hawkins lembrou que questionou desde o começo "a decisão de se contar com uma organização de objetivos semelhantes aos da SADCC. Os dois grupos fazem basicamente o mesmo. Creio que a África Austral deve conservar a SADCC, enquanto a África Oriental pode ter sua própria organização. É escasso o comércio na área do Comesa", assinalou Hawkins.

Alguns membros do Comesa sugeriram unificar os dois blocos, para evitar duplicidade e dinamizar as ações, mas o secretário-geral Mutharika opôs ferrenha oposição à proposta. Agora, com as acusações que enfrenta, seu destino pode influir no da própria organização.

Mas há membros favoráveis à manutenção da entidade. Chakalala Chaziya, ministro da Indústria e Comércio do Malaui, país de Mutharika, considera importante participar das duas organizações existentes, embora analistas apontem que o surgimento do Comesa em nada impulsionou o comércio com a área da SADCC.

Alguns estudos, contudo, indicam que existe um bom potencial de negócios entre o Sul (SADCC) e o Leste africanos (Comesa). Se bem articulado, o intercâmbio poderia aumentar em até 2 bilhões de dólares anuais. O Comesa inclui uma população de 230 milhões de pessoas, seus integrantes apresentaram um Produto Interno Bruto conjunto de 70 bilhões de dólares (10% do PIB brasileiro, aproximadamente).



Tempo de expectativas

O futuro das reformas econômicas e o iminente retorno de Hong Kong à soberania chinesa são algumas das questões que levam o Ocidente a acompanhar com atenção as mudanças que podem acontecer em decorrência da morte do líder Deng Xiaoping, pai da idéia de “dois sistemas, mas um só país”

Vinícius Barros

A morte de Deng Xiaoping, no dia 19 de fevereiro de 1997, aos 92 anos e após quatro anos de quase invisibilidade, abriu um tempo de expectativas na cena internacional. A consolidação de novas lideranças, os rumos das reformas econômicas, as pressões da globalização sobre o regime comunista, os iminentes desafios do retorno de Hong Kong à soberania chine-

sa, em julho, pondo em teste a convivência de dois sistemas econômicos num mesmo país, são alguns dados da realidade chinesa sobre os quais o mundo lança um olhar de interrogação.

Ao presidente Jiang Zemin, secundado pelo primeiro-ministro Li Peng, cabe a responsabilidade de consumir a transição e consolidar uma liderança que, de qualquer forma, já se desenvolvia há anos com a aprovação de Deng, aposentado e sem cargos direti-

vos oficiais, mas líder incontestado da nação.

O curso da economia chinesa, com sua crescente descentralização e participação no mercado mundial, igualmente aponta para a continuação das políticas iniciadas por Deng no final dos anos 70 e aceleradas na década de 80. A caminho dos 50 anos, a Revolução Socialista Chinesa experimenta o desaparecimento de sua segunda liderança dos tempos da guerra: Mao Zedong, pai da China socia-

Turistas locais tiram foto em Guangzu, tendo ao fundo cartaz em que Deng assegura que o socialismo chinês não mudará nem em 100 anos



lista, morreu em 1976. O desaparecimento de Deng, seu sucessor na liderança, 21 anos depois, representa um virar de página na história do país. Já não há mais nomes da velha-guarda revolucionária que tenham conduzido, ao lado de Mao, como Deng, o processo de implantação do comunismo.

Nada, contudo, indica orfandade ou se assemelha a um vazio. O que as especulações sobre o futuro próximo tentam desvendar é se as inegáveis tensões do processo de modernização em curso podem afetar os rumos do país. Afinal, a China enfrenta o desafio de recuperar, em apenas algumas décadas, o atraso em que mergulhou desde o século passado. Por mais de um século, esse vasto e populoso país foi uma presa fácil para a exploração por ocidentais e orientais e um campo devastado por decênios de guerras, até a vitória de Mao e os seus seguidores, em 1949.

A implantação do socialismo não se deu sem problemas internos. As frentes econômica e ideológica ocuparam as prioridades,

alternando, episodicamente, preferências.

Nos anos 60, a Revolução Cultural promove um revigoramento ideológico, com excessos que não pouparam sequer nomes consagrados do regime, como o próprio Deng, que amargou um penoso expurgo, e tentativas de rebelião, como a do ministro da defesa Lin Biao. A posterior reabilitação de Deng e, depois da morte de Mao, sua ascensão à liderança do regime, deram início a uma fase de prioridade às questões do desenvolvimento econômico, sem poupar sequer a viúva de Mao, condenada por extremismo ideológico.

Se é visível uma espécie de pêndulo na história deste quase cinquentenário da Revolução Chinesa, torna-se compreensível que analistas especulem sobre a possibilidade de desdobramentos com a morte de Deng, um homem cuja vida política foi exemplarmente pendular.

Um inflexível homem prático

A China deve à persistência e ao faro administrativo de Deng a era de mudanças que transforma sua economia e lhe dá uma base moderna para melhor realizar os objetivos do socialismo

Deng Xiaoping nasceu em 1904 em Paifungcun, na província de Sichuan, numa família de fazendeiros bem-sucedidos. Em 1920, aos 16 anos, partiu para a França com um grupo de 100 jovens, dentro do programa nacional de promover a modernização com o aprendizado de adolescentes nos centros mundiais. Naquela Europa do pós-guerra, Deng iniciou sua militância política junto aos grupos chineses. Quatro anos depois, aos 20 anos, ingressava no Partido Comunista, ainda como trabalhador e estudante na França. No ano seguinte, 1925, a polícia francesa iniciou uma caça aos chineses comunistas, o que levou Deng a viver um ano na clandestinidade, antes de empreender o retorno a seu país, via União Soviética.

De novo na China, desempenhou diversas funções no PC e, já em 1932, perdia um cargo de direção partidária, em consequência das disputas entre a facção pró-Moscou, dominante, e o grupo dissidente de um jovem revolucio-



Deng Xiaoping, ao lado da filha Deng Rong, que escreveu a biografia do pai, um homem imperturbável mesmo nas drásticas mudanças em sua carreira de revolucionário (1993)

nário chamado Mao Zedong, com o qual se alinhou Deng. Dois anos depois, 1934, estava ao lado de Mao na Longa Marcha. No transcurso da guerra civil e da luta contra os invasores japoneses, ocupou diversos cargos políticos e militares. Na etapa decisiva da guerra contra os nacionalistas do Kuomintang, a partir de 1945, foram as tropas do Exército Vermelho lideradas por Deng, que conquistaram Nanquim, capital do Kuomintang, e Xangai. Já era, então, integrante pleno do Comitê Central do Partido Comunista Chinês.

Com a vitória, em 1949, Deng assumiu o cargo de primeiro-secretário do PCC e, em 1952, o de secretário-geral e vice-primeiro-ministro. Em 1956 entra no Politburo e engaja-se na chamada "campanha antidi-reitista" contra os intelectuais que pediam liberdade de expressão. Nos anos 70, essa sua faceta de rigor ideológico voltará a mostrar-se contra as manifestações da chamada Primavera de Pequim, onde se destacava a liberdade de expressão do Muro da Democracia, no qual os

cidadãos pregavam seus cartazes com críticas e denúncias. Um terceiro episódio foi o da repressão às manifestações estudantis na Praça Tiananmen, em 1989, quando parecia que o regime chinês estava fadado a sofrer o esfacelamento que já provocava a agonia do regime soviético. A inflexibilidade de Deng parece ter poupado à China o processo de desmantelamento que o pulso incerto de Mikhail Gorbachov levou à União Soviética.

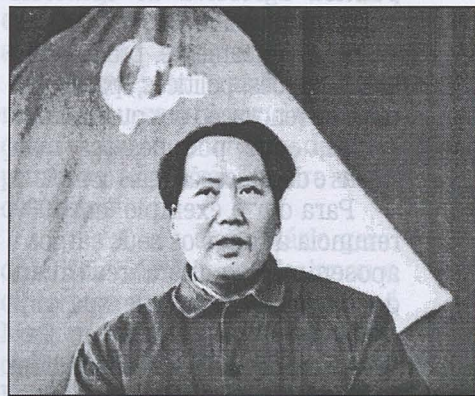
Mas foi a face pragmática de Deng que lhe criou problemas na cúpula chinesa. Suas opiniões sobre a condução da economia não raro foram tomadas como heresias. Assim, quando o Grande Salto Para a Frente - o ambicioso plano econômico de Mao, a partir de 1958 - apresentou resultados muito aquém do esperado, Deng sugeriu mudanças na política econômica que valorizassem a iniciativa pessoal, permitissem estímulos salariais e admitissem formas privadas de produção e comércio, ao lado do setor estatal.

Era muito cedo para a ousadia. O pêndulo balançou para o

lado oposto e Deng, acusado de desvios ideológicos, foi expurgado: em 1967 perdeu os cargos, foi afastado para o interior e chegou a ter como ocupação criar porcos e plantar. Deng foi citado como o "segundo maior capitalista", pois o "primeiro" era o afastado presidente da República Liu Xiaoshi.

A onda da Revolução Cultural amainou e, em 1973, sob a proteção do amigo e primeiro-ministro Zhou En-lai, Deng retorna a Beijing e ao Comitê Central do PCC. No ano seguinte, cabe-lhe falar em nome da China no plenário das Nações Unidas, defendendo a Teoria dos Três Mundos, de Mao. A China está em pleno processo de abertura ao exterior, recebe o presidente norte-americano Richard Nixon, inicia a caminhada para tornar-se membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, mostra, enfim, uma face pragmática.

No início de 1976, porém, já



Mao Zedong: em 1945, no 7º Congresso do PCC; em 1972, recebendo Richard Nixon

sem o apoio do poderoso Zhou En-lai, que morreria meses antes, Deng sucumbe à campanha ideológica da mulher de Mao, Qiang Qing, e é afastado do centro do poder, mais uma vez.

Mas por pouco tempo. Neste mesmo ano de 1976, morre Mao, Qiang Qing perde a força e Deng volta à cúpula chinesa, para, a partir de então, marcar a era do pragmatismo econômico da China socialista.

Suas teses são aprovadas pelo Congresso do PCC em 1978: "A prática é o único critério da verdade", o que, ainda por cima, combinava com a máxima maoísta de "Buscai a verdade com a prática". Ainda em 1978, dá partida a suas reformas para a economia rural. Em 1984 é a vez das reformas para a produção urbana. Descentralização, modernização da produção, estímulo à iniciativa pessoal e valorização da melhoria do padrão de vida e política agressiva de comércio mundial marcam a nova fase.

Simultaneamente, promove reestruturações políticas, particularmente a renovação dos quadros dirigentes, onde põe pessoas mais jovens e de educação mais completa.

Para dar o exemplo, em 1989, renuncia a todos os seus cargos e aposenta-se, embora reafirmando, na despedida, que sua vida continuaria a pertencer ao Partido e ao Estado. Já era o líder máximo e continuaria a influir, mesmo na sombra, para que sua política de modernização e projeção mundial do país continuasse a servir aos objetivos essenciais da Revolução Chinesa.

Por isso, o Comitê Central do Partido Comunista Chinês, ao comunicar oficialmente a morte de Deng, frisou que sua política de reformas deve estimular a nação a fazer-se "forte, próspera, democrática, civilizada e socialista".

Reformas garantem avanços

Resultados econômicos lançam China na arena do comércio mundial

O programa de desenvolvimento econômico liderado por Deng Xiaoping tornou-se um processo consolidado, que a ausência de seu idealizador não deverá afetar. As reformas econômicas, sugeridas nas dificuldades dos anos 60, mas só iniciadas no final dos anos 70 e consolidadas no correr dos 80, tiveram por lema a idéia de "uma economia socialista de portas abertas", capaz de receber investimentos externos, sem desfigurar-se, e modificar relações de trabalho e produção, sem perder o rumo.

Um primeiro objetivo foi aumentar a produção. No mundo urbano - atividades de transformação e comércio - um programa ideológico de estímulo ao trabalho foi executado. No campo, as comunas populares foram extintas e o estímulo se fez com outro método, o de valorizar o trabalho familiar e permitir retorno financeiro. Nas atividades urbanas e rurais, estimularam-se o técnico e o gerente com o objetivo de ampliar a produção e gerar resultados.

No campo da modernização tecnológica e do comércio exterior, o caminho inovador foram as Zonas Econômicas Especiais (ZEE). Nessas áreas especiais para o desenvolvimento econômico, a administração gozava de maior autonomia para planejar e executar, tratar de finanças e salários, e praticar sem embaraços o comércio internacional. Investimentos externos passaram, por sua vez, a



O presidente Jiang Zemin e o primeiro-ministro Li Peng conduzem o processo chinês de transformações socialistas

receber estímulos para se implantarem no país e exportarem.

A primeira ZEE instalou-se em 1979, em Xenzen, na província sulista de Guangdong. Hoje, 18 anos depois, Xenzen, na fronteira com Hong Kong, é uma das metrópoles mais prósperas da China.

Foi lá, em Xenzen, num giro que fez pelo país, às vésperas de sair de cena, que Deng Xiaoping expressou sua alegria pelos resultados que levavam o povo chinês a evoluir no padrão de vida: "Enriquecer é glorioso". Uma frase de dar alergia a ortodoxos, mas nada além de uma reflexão sobre mudanças bem-sucedidas e que tornavam a nação mais rica.

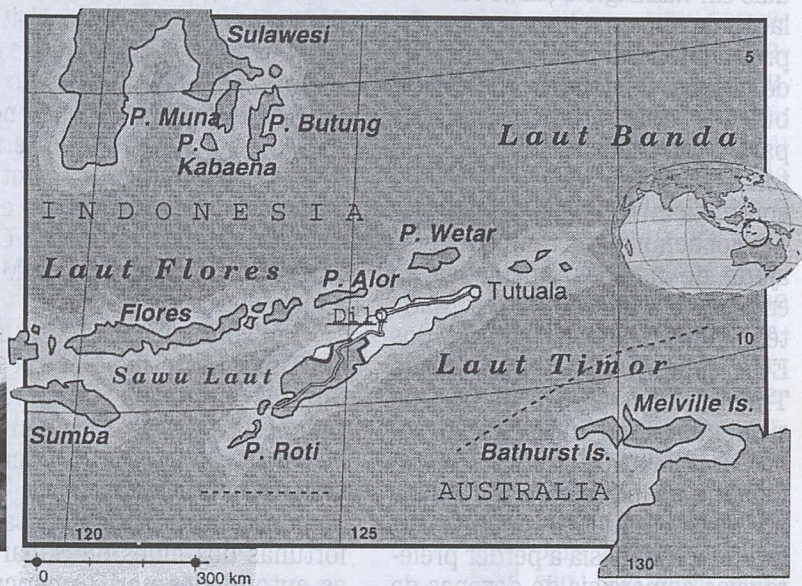
Outras quatro Zonas Econômicas Especiais surgiram em regiões costeiras, além de Xangai. O que seria impensável para qualquer economista ou administrador, aconteceu em menos de duas décadas: um acanhado comércio exterior abaixo dos 20 bilhões de dólares, em 1979, transformou-se num fluxo de mercadorias de 290 bilhões de dólares, em 1996, quando as reservas cambiais da China chegaram a 105 bilhões de dólares.

A produção chinesa vive uma explosão, com as reformas, e os reflexos sociais são profundos, estabelecendo um padrão de vida mais confortável que o das primeiras décadas de revolução.

Deng Xiaoping passa à história como o homem que vislumbrou e dirigiu um processo de modernização da China, utilizando forças e práticas de mercado para alcançar mais eficientemente os objetivos do socialismo.

Os desdobramentos do Nobel

A transferência do bispo de Dili e as sutis mudanças na diplomacia norte-americana podem ser creditadas aos efeitos causados pelo prêmio concedido em 1996 aos nacionalistas timorenses



No final de março, o Vaticano decidiu transferir o bispo Carlos Filipe Ximenes Belo da diocese de Dili, capital de Timor Leste, para a recém-criada diocese de Baucau, na sua província natal.

A nova diocese nasceu com a divisão da antiga, que ocupava toda a pequena ilha dominada pela Indonésia desde 1975. O motivo da sua criação foi a necessidade que sentiu a Santa Sé de transferir o Prêmio Nobel da Paz de 1996 para um local de menor peso político e populacional.

O gesto foi interpretado como uma concessão do Vaticano às pressões do regime encabeçado pelo general Suharto. O presidente da Indonésia ficou furioso com a decisão de conceder o Prêmio Nobel ao bispo de Dili, que tem denunciado de forma incansável as violações aos direitos humanos pelas tropas de ocupação e vem reivindicando o direito do seu povo à autodeterminação.

Enquanto Dom Ximenes Belo começa essa nova etapa de sua vida pastoral, o seu colega, Ramos

Horta, continua percorrendo o mundo em função de antigas e novas responsabilidades diplomáticas, criadas pelo peso de ter sido contemplado com o Nobel da Paz.

Plebiscito

Em março, Ramos Horta encabeçou uma delegação de Timor Leste em visita aos EUA. Reivindicou do presidente Bill Clinton uma manifestação pública em favor de referendun supervisionado pela ONU para decidir o status da ex-colônia portuguesa. "A realização de plebiscito coordenado pela ONU é tudo o que pedimos", afirmou Ramos Horta, em Washington.

Alguns fatos posteriores à viagem de Ramos Horta e do bispo católico Carlos Ximenes Belo a Oslo, para receber o Prêmio Nobel, fizeram aumentar o otimismo dos patriotas timorenses em relação ao possível apoio da Casa Branca à causa. Em 27 de dezembro, Clinton expressou, pela primeira vez, interesse no referendun em Timor Leste, em carta ao senador Russell Feingold, de

Wisconsin, parlamentar solidário com o povo maubere. "Tenho acompanhado com interesse a sua proposta de que a ONU organize um plebiscito sobre a autodeterminação em Timor Leste", escreveu Clinton. "Vou considerar a sua idéia."

Na mesma carta, Clinton manifestou-se a favor da utilização de uma "combinação de compromisso e pressão" sobre a Indonésia.

Por sua vez, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, designou o diplomata paquistanês Jamsheed Marker como primeiro enviado especial das Nações Unidas a Timor Leste. O gesto foi visto como um sinal do renovado interesse da comunidade internacional em resolver a questão, que se arrasta há 22 anos.

Também foi recebida com alento a negativa de Washington em efetivar a venda de nove aviões de guerra F-16 à Indonésia. Até dezembro, as autoridades do governo afirmavam que a venda seria proposta formalmente ao Congresso em janeiro.

Há pouco estourou um escândalo em Washington, diante da revelação de que uma importante empresa indonésia recebeu centenas de milhares de dólares, em contribuições aparentemente ilegais para a campanha eleitoral de Clinton. Os republicanos exigem uma completa investigação a respeito.

Foi denunciado também que a ajuda de pessoas vinculadas ao empresário indonésio James Riady têm influenciado na política dos EUA sobre vários temas, desde Timor Leste à decisão, de 1994, de suspender uma investigação sobre violações dos direitos dos trabalhadores indonésios. O resultado desse inquérito poderia ter levado a Indonésia a perder preferências comerciais de dezenas de milhões de dólares.

Em março, Washington enviou um alto funcionário da área comercial à Indonésia para considerar a reabertura do inquérito sobre os direitos dos trabalhadores.

Terror na ilha - Denúncias sobre violações dos direitos humanos em Timor Leste também prejudicaram o governo de Jacarta.

O congressista republicano Frank Wolf, membro da poderosa Comissão de Orçamento, visitou o território, agora em março, e considerou péssima a situação dos direitos humanos. "O que encontrei em Timor Leste foi o terror", disse Wolf, que sugeriu a Clinton a designação de um enviado especial do peso do general Colin Powell, ex-chefe do Estado-Maior, àquela ilha.

Em consequência da situação em Timor Leste, das violações aos direitos humanos também na Indonésia e das graves denúncias de corrupção interna - numerosos artigos publicados nos EUA demonstram a origem ilícita das fortunas dos filhos de Suharto -, as autoridades norte-americanas sugeriram ao general que reconsidere a intenção de reeleger-se em 1998. Suharto governa a Indonésia com mão de ferro há 30 anos, desde que destituiu o presidente Sukarno, líder da independência, num golpe militar com mais de um milhão de vítimas.

Na sua campanha em denunciar a situação de seu país, José Ramos Horta esteve em Genebra

em abril, na Comissão de Direitos Humanos da ONU. Ele lembrou a morte, em 23 de março, em Dili, de quatro estudantes, por tropas indonésias. Ramos Horta também apresentou um vídeo com cenas de tortura praticadas por soldados indonésios, tiradas em 1996, na região de Baucau.

O Prêmio Nobel da Paz também lançou um novo livro sobre Timor Leste, demonstrando que durante muito tempo o mundo não prestou atenção à situação de guerra que vive seu país há 22 anos. A maioria dos Estados "fomentou as relações econômicas lucrativas com o regime opressor de Suharto", escreve.

O livro se soma aos esforços dos grupos de solidariedade a Timor Leste, que buscam novas formas de divulgar a situação na ilha. A Coalizão Ásia-Pacífico sobre Timor Leste (Apcet) lançou, em Manila, um folheto chamado "Timor Leste para principiantes", com poesias, gibis e uma breve história do território.

A Apcet também lançou o CD "Amor a curta distância", cujo tema-título foi cantado pelo irlandês Bono, do grupo de rock U2. Todas as músicas têm letras que defendem o direito timorense à autodeterminação. A renda da comercialização do disco será utilizada para assegurar educação às crianças órfãs de Timor Leste.

A capa do CD mostra, em perfil, o dirigente da resistência, José Alexandre Xanana Gusmão, preso em 1992 pelos indonésios e condenado a 20 anos por "tentar fundar um Estado independente". Outros artistas - da África do Sul, Macau e Timor Leste - também contribuíram com músicas.

Brasil envia diplomata

Pela primeira vez, um alto funcionário do Brasil visitou Timor Leste. Em março, o embaixador Ivan Cannabrava esteve na ilha, numa demonstração de ligeira mudança na política do Itamarati em relação à ex-colônia portuguesa.

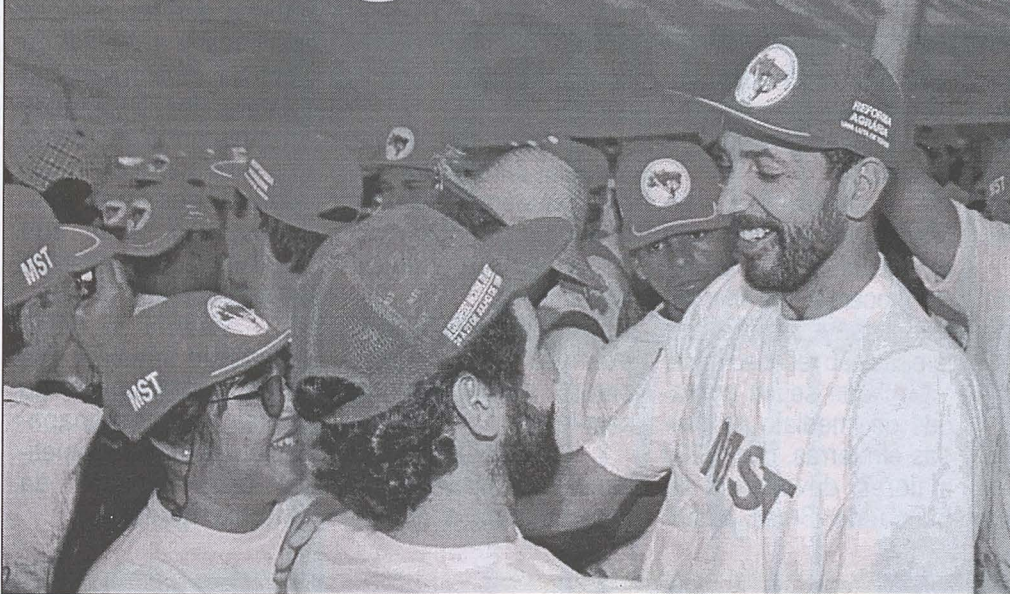
Cannabrava encontrou-se em Dili, a capital, com o bispo católico Ximenes Belo, Prêmio Nobel da Paz de 1996, e o giro estendeu-se também à Indonésia. As relações econômicas com a Indonésia são consideradas o grande obstáculo para

que o Brasil defenda a independência de Timor.

A excessiva cautela do governo brasileiro em assumir uma posição contrária à ocupação indonésia, desde 1975, provoca críticas de políticos de esquerda e organizações de defesa dos direitos humanos. O ex-presidente Itamar Franco apoiou a independência de Timor em 1995, quando era embaixador em Portugal, mas a sua posição não refletia a opinião de Brasília e gerou uma pequena crise diplomática.

¹ Dom Ximenes Belo partilhou o Nobel da Paz do ano passado com o diplomata e jornalista timorense José Ramos Horta (ver 'cadernos do terceiro mundo' nº 197 e 198)

A longa marcha



A vitoriosa mobilização dos sem-terra muda o quadro político nacional, acua o governo e leva a Brasília a "voz rouca das ruas"

José Luis Santos

Não levou a nada o oficialismo e os meios de comunicação com ele relacionados criassem um ambiente de dúvidas e descrédito em torno da Marcha dos Sem Terra. A resposta foi contundente: foi o maior acontecimento da vida política e social do nosso país nos últimos tempos.

Sem nenhuma dúvida, as 30 ou 40 mil pessoas calculadas pelos jornais se referiam à concentração final. Mas a realidade é que 80 ou 100 mil receberam a Marcha ou estiveram nas avenidas e na Esplanada dos Ministérios durante o dia em que Brasília virtualmente parou para recebê-los e aclamá-los.

A história humana, desde a marcha bíblica dos hebreus a caminho da Terra Prometida até os tempos contemporâneos, está

cheia de exemplos de imensas movimentações humanas reivindicando justiça, direitos sociais ou terra. Duas delas são contemporâneas nossas, a Coluna Prestes, no Brasil, e a longa marcha liderada por Mao-Tsé-Tung, na China.

Ambas surgiram quando os seus países enfrentavam situações críticas, avassalados pelo autoritarismo, e o povo estava angustiado pela injustiça social e o predomínio de forças políticas, econômicas e militares repressivas e exploradoras.

"A semente que a Coluna Prestes plantou está germinando com os sem-terra. A Coluna já pregava a necessidade de o povo ter uma pá e uma enxada para trabalhar", recordou D. Maria, viúva de Prestes, na Esplanada dos Ministérios.

O mais impressionante na marcha foi o imenso apoio que recebeu ao longo dos quase 1.300 quilômetros percorridos,

saindo simultaneamente de vários estados. Em Brasília, uma pesquisa de opinião pública revelou que quase 90% da população apóiam o Movimento dos Sem Terra. De forma significativa, ao mesmo tempo, outra pesquisa, no Rio de Janeiro, revelava que a aceitação popular do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso caía de 53% para 37% da população. Não seria mera coincidência.

A presença de políticos progressistas como o ex-governador Leonel Brizola,

o líder do PT Luís Ignácio Lula da Silva, o governador do Distrito Federal, Cristóvão Buarque - que teve uma atitude exemplar de apoio à Marcha -, o histórico líder comunista João Amazonas, o prefeito de São Luís, Jackson Lago, parlamentares e destacadas figuras da Igreja, de entidades sindicais - tendo à frente a CUT, liderada por Vicentinho -, de organizações não-governamentais, da União Nacional dos Estudantes (UNE), e milhares de jovens, servidores públicos, etc., demonstrou o irrestrito e caloroso apoio da sociedade civil.

Quando uma comissão designada pela direção do Movimento dos Sem Terra composta pelo Bispo de Jales, D. Demétrio Venturini, do deputado Neiva Moreira e da artista Leci Brandão, entregou aos dois caminhantes mais velhos da Marcha - camponeses com mais de 80 anos - ramos de flores em nome da

As reivindicações dos sem-terra

No documento entregue ao presidente Fernando Henrique Cardoso, o MST faz uma série de reivindicações. Entre elas destacam-se as seguintes:

- que seja resolvido o mais breve possível o assentamento de 40 mil famílias que estão acampadas e os conflitos;
- reformulação do Incra, "onde falta dinheiro até para diária para

fazer vistoria, mas sobra para passagem aérea para trazer prefeitos a Brasília";

- redefinição do volume dos recursos para empréstimos por família do Proterra a ser liberado este ano. A maioria das famílias não recebeu nada;
- que sejam cobradas de imediato as dívidas em terras, dos 1.200 maiores devedores do Banco do Brasil, distri-

buindo-as para reforma agrária;

- linha de crédito especial para agroindústrias cooperativadas nos assentamentos (compromisso não-cumprido pelo governo);

• justiça e punição exemplar dos culpados pelos massacres de sem-terra;

- mobilização da base parlamentar do governo para a aprova-

ção dos projetos de reforma agrária, como o que impede a Liminar do Despejo (já aprovado na Câmara dos Deputados e aguardando no Senado), o que impede o pagamento dos juros compensatórios e o que aperfeiçoa o processo de desapropriação;

- vistoria e desapropriação imediata das terras improdutivas do Pontal do Paranapanema, tal como prometido pelo ministro da Reforma Agrária.

sociedade civil e deles receberam frutos da terra, como símbolo da reforma agrária, imensas aclamações saudaram aquele momento de unidade nacional em torno do sem-terra e de sua causa.

Dom Demétrio Valentini considerou a Marcha "um divisor de água". Disse ele: "O governo precisa entender que a economia deve estar em favor do povo. Não pode manter as coisas do jeito que estão."

No seu discurso muito aplaudido na sessão especial da Câmara dos Deputados, sobre a privatização da Vale do Rio Doce, o ex-governador Brizola denunciou a política neoliberal, de cunho entreguista do governo. E exigiu mudanças já defendendo energicamente a resistência civil e a mobilização do povo para evitar a destruição do país.

No mesmo sentido se pronunciaram os outros oradores, sempre muito aclamados. O deputado Márcio Fortes, que falou defendendo a privatização, pôde medir na dura reação da plateia a desaprovação frontal às suas teses.

Lula, em seu discurso no encerramento da Marcha, assinalou que os quase 20 bilhões de reais usados para cobrir os rombos dos bancos privados dariam para assentar 666 mil famílias, criar 1.798 mil empregos e construir 2.857 casas populares.

Esse quadro de unidade nacional de apoio aos sem-terra incomodou o presidente Fernando Henrique Cardoso e também uma parte da mídia comprometida com o governo. Os políticos, os líderes sindicais, os representantes da sociedade, estariam de acordo com a sua visão - apoiando os sem-terra como "caronas" na Marcha. Mas, na verdade, se lá não estivessem, esses mesmos críticos diriam que estavam abandonando os sem-terra e se distanciando de suas reivindicações. O certo, o justo, o esperado, é que todos se unissem, políticos ou não, para exigir a reforma agrária e manifestar seu descontentamento com a situação que o governo criou para o país.

E agora? O presidente recebeu corretamente a liderança dos

sem-terra e os seus convidados e renovou as suas promessas. Mas as declarações e os atos praticados até agora não vão ao fundo do problema. São cosméticos.

É inevitável que a Marcha dos Sem-terra continue. Que outras iniciativas ainda mais amplas e multitudinárias se concretizem no país até que triunfe a reforma agrária.

João Pedro Stédile, que ao lado de José Rainha e Gilmar Mauro lidera o MST, foi claro a respeito: "Não viemos a Brasília falar com Fernando Henrique. Viemos falar com a sociedade, com o povo. Temos que pensar num novo projeto de desenvolvimento para o país para se contrapor ao projeto neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. Vamos marchar para cada uma das grandes capitais. E se for preciso vamos fazer uma marcha de cem mil pessoas percorrendo dez mil quilômetros."

Sem dúvida alguma, a vitoriosa Marcha dos Sem-terra mudou o quadro político nacional, aciou o governo e levou para Brasília a "voz rouca das ruas".

1997/1998

ALMANAQUE BRASIL



Lançamento: Junho

***O livro de referência que não
pode faltar em sua biblioteca***

A mais rica fonte de pesquisa e consulta
para estudantes

Indicada por professores como leitura
complementar aos textos curriculares

**Faça já o seu pedido e ganhe um desconto de 20%
no preço de capa! Pague só R\$ 20,00**

**Assine *Cadernos, Ecologia e Desenvolvimento*
ou *Mercosul-Revista de Integração Latino-Americana*
e receba o Almanaque como brinde!**

Promoção por tempo limitado



*“Vista do mar, a cidade
parece humilde presépio
levantado por mãos puras
e em sua simplicidade
esconde glórias passadas,
sonha grandezas futuras”*

Bandeira Tribuzi



PREFEITURA DE
SÃO LUÍS